

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação do Departamento de História

Marina Silva Duarte

## **História e Memória**

O Enfrentamento entre Paul Ricoeur e Michel Foucault

Belo Horizonte  
2013

Marina Silva Duarte

## **História e Memória**

O Enfrentamento entre Paul Ricoeur e Michel Foucault

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de mestre em história.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientador: Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História  
2013

**907.2 Duarte, Marina Silva**

D812h História e memória o enfrentamento entre Ricoeur e Foucault [manuscrito]  
2013 / Marina Silva Duarte. -2013.

180 f.

Orientador: José Carlos Reis.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.

1. Ricoeur, Paul, 1903- 2. Foucault, Michel, 1926-1984. 3. História– Teses.  
4. Memória – Teses. 5. Identidade – Teses. I. Reis, José Carlos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓSGRADUAÇÃO  
história.ufmg

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Marina Silva Duarte**, intitulada: **História e Memória O Enfrentamento entre Paul Ricoeur e Michel Foucault**, no dia 16 de agosto de 2013 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

*Jose Carlos Reis*  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. **José Carlos Reis** - Orientador  
Universidade Federal de Minas Gerais

*Mateus Henrique de Faria Pereira*  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. **Mateus Henrique de Faria Pereira**  
Universidade Federal de Ouro Preto

*Douglas Attila*  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. **Douglas Attila**  
Universidade Federal de Minas Gerais

## RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de investigar, em diálogo com as filosofias de Paul Ricoeur e Michel Foucault, a problemática entre os conceitos de história e memória na historiografia contemporânea. As duas noções tiveram uma relação conflituosa, sobretudo, na historiografia francesa, a partir da segunda metade do século XX. Analisaremos esta relação tensa entre as categorias, em que se engajam historiadores, sociólogos e filósofos, para empreender um debate sobre o papel da história e da memória na constituição da sociedade contemporânea.

Palavras Chaves: História, Memória, Identidade, Ricoeur, Foucault.

## RÉSUMÉ

L'objectif de ce mémoire est d'examiner, en dialogue avec les philosophies de Paul Ricoeur et Michel Foucault, la problématique entre les concepts de l'histoire et de la mémoire dans l'historiographie contemporaine. Les deux notions ont eu une relation conflictuelle, surtout, dans l'historiographie française, à partir de la seconde moitié du XXe siècle. On commence par cette relation tendue entre les catégories, dans lesquelles s'engagent des historiens, des sociologues et des philosophes, pour entreprendre un débat sur le rôle de l'histoire et de la mémoire dans la constitution de la société contemporaine.

Mots-clés: Histoire, Mémoire, Identité, Ricoeur, Foucault.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao professor José Carlos pela orientação no mestrado e na graduação. Foi através de nossas conversas que me formei como historiadora.

Agradeço ao Professor Mateus Pereira, a professora Regina Horta pelos conselhos da banca de qualificação. Agradeço à Professora Eliana Dutra pelos debates e reflexões da disciplina ofertada na pós-graduação que me ajudaram muito a desenvolver essa pesquisa.

Agradeço ao meu pai, pelo apoio e exemplo, e à minha mãe pelo carinho diário e paciência.

Agradeço aos meus irmãos por me aguentar meses fechada dentro do quarto escrevendo essa dissertação. Ao Guilherme, primo querido, pela gentileza de sempre e pela revisão do texto.

Aos meus amigos da FAFICH, em especial Flora, Bá, Raquel, Alexei, Love, Tiago e Matheus, por tornarem a graduação um *Woodstock* de quatro anos. Agradeço à Julia por fazer parte deste percurso. À Mariana pela amizade, antes e depois da faculdade, sempre.

Anouk! Pelo olhar. Sua imagem é mais que uma lembrança constante, é presença!

## Índice

INTRODUÇÃO.....	7
HISTÓRIA E MEMÓRIA: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO.....	15
1.1 A história aliada à memória.....	18
1.2 A história adversária da memória.....	33
1.3 História ou memória? Fronteiras e limites.....	49
PAUL RICŒUR E A HISTÓRIA ALIADA À MEMÓRIA.....	62
2.1 Os historiadores e Ricœur.....	62
2.2 Tempo e Narrativa: o círculo hermenêutico.....	73
2.3 A operação historiográfica.....	88
2.4 A memória, a história e o esquecimento.....	104
MICHEL FOUCAULT E A HISTÓRIA COMO CONTRAMEMÓRIA.....	116
3.1 Foucault e os historiadores.....	116
3.2 História, arqueologia, genealogia e arqueogenealogia.....	132
3.3 A operação historiográfica: documento-monumento.....	148
3.4 A história como contramemória.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
BIBLIOGRAFIA.....	175

Elle, *bas*: ... Écoute-moi. Comme toi, je connais l'oubli.  
Lui: Non, tu ne connais pas l'oubli.  
Elle: Comme toi, je suis douée de mémoire. Je connais l'oubli.  
Lui: Non, tu n'es pas douée de mémoire.  
Elle: Comme toi, moi aussi, j'ai essayé de lutter de toutes mes forces contre l'oubli.  
Comme toi, j'ai oublié. Comme toi, j'ai désiré avoir une inconsolable mémoire, une  
mémoire d'ombres et de pierre.  
Elle: J'ai lutté pour mon compte, de toutes mes forces, chaque jour,  
contre l'horreur de ne plus comprendre du tout le pourquoi de se souvenir.  
Comme toi, j'ai oublié...  
Elle: Pourquoi nier l'évidente nécessité de la mémoire?...  
Elle: ... Écoute-moi. Je sais encore. Ça recommencera.

Trecho do filme Hiroshima mon amour de Alain Renais

## INTRODUÇÃO

O ofício do historiador muitas vezes encontra conflitos éticos, epistemológicos ou de outras naturezas, em que a prática exige uma suspensão para entrar em cena debate de cunho reflexivo. Essa reflexão visa dar a densidade teórica que o trabalho histórico cotidiano requer para a pesquisa evoluir. Na abertura, imprescindível, entre prática e teoria, esta dissertação pretende se localizar, na zona fronteira que procura estabelecer um diálogo íntimo com os saberes vizinhos da história, como filosofia, sociologia e antropologia, no intuito de analisar os impasses suscitados pelo trabalho histórico.

Muitas portas abrem caminhos para um exercício teórico e reflexivo como este, que dialoga diretamente com as tensões conceituais da historiografia contemporânea, como temporalidade, verdade histórica, escrita e linguagem, por exemplo. Conceitos que não serão aqui dispensados, pois são fundamentais; porém, entram tangenciando e complementando a análise do que será nossa diretriz central, a saber, a relação entre os conceitos de história e memória.

O século XX foi um período de reavaliação dos pilares em que a sociedade ocidental estava assentada. O projeto iluminista formulado no início da modernidade, centrado na razão, no humanismo e no antropocentrismo, foi alvo de uma crítica

generalizada. Categorias como verdade, sujeito e valores universais são colocadas em dúvida em nome de uma revisão crítica e epistemológica<sup>1</sup>.

Distintos eventos traumáticos marcaram o último século, como o totalitarismo, duas guerras mundiais, imperialismos, holocausto, ditaduras na América Latina, entre outros, ocasionando mudanças consideráveis na trajetória da humanidade. A associação desses eventos com a crise do paradigma iluminista é assunto controverso. A radicalização desses preceitos das luzes em nome de uma razão universal, de ciência, progresso e domínio do homem sobre a natureza levaria aos trágicos acontecimentos que abalaram a sociedade contemporânea, ou esses foram desvios do projeto das luzes?

A resposta à associação não está em nosso escopo, mas é importante mencioná-la para localizar um mal-estar, uma atmosfera de incerteza quanto aos preceitos e fundamentos, antes admitidos com mais naturalidade e maior consenso. E, sobretudo, para nos situarmos em uma encruzilhada, em um momento de reavaliar sob quais bases construiremos a sociedade após o desmoronamento de seus antigos fundamentos<sup>2</sup>.

Imerso nessa atmosfera crítica, de revisão dos acontecimentos passados, ao historiador é essencial certa suspensão da prática para refletir sobre o sentido de seu ofício. Qual o sentido da história na sociedade contemporânea em sua atual configuração e, da mesma forma, qual o lugar da memória? Diante dessas interrogações voltamos o olhar para

---

<sup>1</sup> Sobre o iluminismo, Todorov, em *O espírito das luzes*, procura identificar sob o signo da diversidade o que definiria o projeto das luzes, que estaria fundada em três preceitos, a saber: autonomia, finalidade humana de nossos atos e universalidade (p. 14). Sobre as repercussões e as críticas contemporâneas desse projeto, Todorov defende que não são os valores das luzes que devem ser rejeitados, pois são preciosos à humanidade. O que deve ser revisto e rejeitado são os “desvios” cometidos pela sociedade, como violência, guerra, autoritarismo, que nada têm a ver com o programa virtuoso iluminista. O que se identifica no livro de Todorov é elogio aos valores de tal projeto, em oposição ao que seria uma crítica contemporânea ceticista e inoperante.

<sup>2</sup> TODOROV, 2008, p. 9

o saber histórico, com o objetivo de analisar como a historiografia se coloca em relação ao conflito entre a sociedade contemporânea e a tradição, entre a história e a memória.

A memória tem sido objeto de estudo em várias áreas do saber: neurociência, fisiologia, arte, literatura, filosofia, psicologia e sociologia. A relevância da discussão a respeito da memória se torna evidente pelo grande número de obras e publicações sobre o tema. Citamos algumas obras de referência produzidas em diferentes momentos, como *Matéria e Memória* (1896), de Henri Bergson, *A Memória Coletiva* (1925), de Maurice Halbwachs, e, mais recentemente, *A Arte da Memória*, de Frances Yates (1966), e *A Memória, a História e o Esquecimento* (2000), de Paul Ricœur.

Tendo em vista a vasta literatura sobre a memória, nos interessa investigá-la na interseção com o conhecimento histórico. Para tal empreendimento, a escolha de Michel Foucault e Paul Ricœur aparece na medida em que recobrem o diálogo interdisciplinar sem tirar o foco do saber historiográfico. Ambos, em sua trajetória filosófica, travaram um intenso diálogo com a história contemporânea, e seus trabalhos foram apropriados e debatidos nos ciclos de historiadores. Outros filósofos, como Gadamer, Agamben, Benjamim e Derrida, para citar alguns nomes, igualmente fizeram a ponte entre filosofia e história, porém acreditamos que Foucault e Ricœur permitem observar uma tensão particular da questão em foco neste trabalho.

Michel Foucault foi enormemente apropriado pelos historiadores, sua obra possui centenas de publicações organizadas, inclusive no Brasil, por diversos laboratórios de pesquisa em filosofia e ciências humanas e por intelectuais que se dedicam aos estudos de seu pensamento. Foucault se tornou uma “febre”, uma avalanche, desde a grande

repercussão de seus primeiros escritos nos anos de 1960. Ricœur, por sua vez, tem seu reconhecimento mais tardio, ganhando maior espaço a partir década de 1980<sup>3</sup>. Seus livros são, atualmente, leituras obrigatórias para qualquer curso de teoria da história. Seu “descobrimento” tardio pelos historiadores está ligado à reavaliação – ou um certo declínio – da hegemonia pós-estruturalista no pensamento francês, que tem seus espectros diretamente ligados à historiografia brasileira. Os dois filósofos trazem contribuições distintas, mas fundamentais para entender a questão central do nosso trabalho. Foucault é um iconoclasta, que pretende romper com a memória instituída, ao passo que Ricœur busca, com sua filosofia paciente, resgatar e revisitar a experiência vivida para compor um presente apaziguado com o passado. Esses posicionamentos filosóficos têm seus correspondentes nas abordagens historiográficas como veremos ao longo de nosso percurso.

As noções de história e memória, ao longo de século XX, tiveram relação conflituosa, especialmente na historiografia francesa<sup>4</sup>. Entre aproximações e distanciamentos, alguns historiadores chegaram a recusar a memória como parte integrante do saber histórico. A tensão viva na historiografia requer uma reflexão mais atenta e suscita diversas perguntas. Qual o papel da memória no trabalho do historiador? A atitude de destituí-la como parte integrante do saber histórico não elimina a função do historiador, que seria a de ampliar e iluminar a memória? Por outro lado, a retomada do sentido e da tradição de forma elaborada seria uma saída viável e menos violenta para a sociedade contemporânea, ou corre-se o risco de retomar valores saturados que levaram a humanidade a eventos traumáticos e violentos?

---

<sup>3</sup> DOSSE, 1999.

<sup>4</sup> HUTTON, 1993

A sociedade contemporânea tem uma relação ambígua com a memória, ela parece buscar um sentimento de pertencimento ao passado, mas ao mesmo tempo vive centrada em seu imediatismo. Essa configuração nos coloca uma situação paradoxal: nunca se falou tanto de memória, contudo vivemos numa regime presentista de temporalidade<sup>5</sup>.

Esse quadro de resgate da memória está em todos os níveis, disseminado em todas as instâncias sociais, como salienta Ulpiano Meneses:

O tema da memória está em voga, hoje mais do que nunca. Fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família. Talvez apenas a memória nacional, tantas vezes acuada (e tantas vezes acuadora) esteja retraída. Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas (até mesmo periódicos). Os movimentos de preservação do patrimônio cultural e de outras memórias específicas já contam como força política e têm reconhecimento público. Se o antiquariato, a moda retrô, os *revivals* mergulham na sociedade de consumo, a memória também tem fornecido munição para confrontos e reivindicações<sup>6</sup>.

De um lado, esta grande efervescência de memória responde a uma demanda social e política de resgate do passado. Ela atende às vítimas do turbulento século XX que reivindicam, sobretudo, o não esquecimento em nome da justiça e da não repetição<sup>7</sup>. Por outro lado, os historiadores rogam a autonomia da história em relação a esse movimento memorial e o acusam de manipulá-la para fins políticos e de busca por poder. A memória coletiva, assim, resgataria uma imagem histórica em nome de um uso interessado. O que está implícito nessa maneira de olhar para história é a tendência de desvalorização da tradição, no intuito de desvelar como são manipuladas suas representações<sup>8</sup>. Os

---

<sup>5</sup> NORA, 1993 ; HARTOG, 2013.

<sup>6</sup> MENESES, 1992 .p.9

<sup>7</sup> HOUZIAUX , 1996

<sup>8</sup> HUTTON, 1993 p.4

historiadores que tomaram essa posição assumem então uma ruptura entre história e memória, que se torna uma diferença mestra<sup>9</sup>.

A respeito desse debate localizamos Michel Foucault e Paul Ricœur em lados opostos; Foucault com o método arqueológico e Ricœur com a hermenêutica histórica – posicionamentos diferentes em resposta ao conflito mencionado.

A solução foucaultiana pretende romper com a tradição herdada e desconfiar de uma axiologia universal, compreendendo-a como historicamente construída. A história deve ser crítica à memória na intenção de esclarecer o sistema de poder em que está envolvida; em consequência desse posicionamento, a memória se torna subjugada à história e transforma-se em um de seus objetos de análise. “Aqui se inscreve a novidade da crítica – em que se coloca a história como senhora da memória”<sup>10</sup>. Por outro caminho, a “solução” hermenêutica defendida por Ricœur pretende recuperar, para a história, seu sentido perdido. O filósofo condena os “desvios” ocorridos no percurso histórico, mas não abole o valor da tradição, buscando não a ruptura, mas a elaboração dos erros, prezando por um resgate da memória, da verdade e do sentido.<sup>11</sup>

Encontramos dois caminhos para um mesmo questionamento, no qual Foucault e Ricœur travaram uma espécie de diálogo surdo, no qual a oposição é tamanha que parece tornar a convergência ou o entendimento impossível. Entretanto, nosso objetivo é uma análise espelhada, observar a imagem invertida que se projeta sobre o mesmo objeto, no intuito de fazer trabalhar a aporia.

---

<sup>9</sup> ASSMANN, 2011 p. 143

<sup>10</sup> SEIXAS, 2004 p.39

<sup>11</sup> Não se pretende em Ricœur o desvelamento total da verdade e do sentido. Ricœur, em *Tempo e Narrativa*, anuncia sua “dolorosa” renúncia a Hegel, acreditando em uma busca, necessária, mas parcial, dentro das possibilidades limitadas do homem de conhecer.

O primeiro capítulo intenta abordar, na historiografia, a relação conflitante entre os conceitos de memória e história. O objetivo é situar dentro de um quadro historiográfico mais amplo o debate teórico proposto. O primeiro movimento abre as duas perspectivas tratadas respectivamente no segundo e no terceiro capítulos, em um diálogo mais estreito com Ricœur e Foucault.

O segundo capítulo pretende abordar a hermenêutica Ricœuriana como proposta de reconciliar história e memória. Objetiva responder à pergunta: pode a história se declarar independente da memória? Para tal empreendimento, voltaremos aos conceitos e a argumentos de Ricœur – como hermenêutica, testemunho, documento e busca de verdade e justiça. O intuito é refletir como a filosofia de Ricœur inclui a memória como conceito fundante do conhecimento histórico, sendo assim contraponto direto à história foucaultiana.

O segundo e o terceiro capítulos são espelhados, e têm como objetivo criar uma imagem invertida sobre o mesmo objeto de estudo. A mesma pergunta promove respostas diferentes e ilumina uma tensão viva na historiografia contemporânea.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar a proposta foucaultiana para a história e, principalmente, o modo como ela se afasta da história tradicional que pretendia ser história identitária e remanescente. Trataremos de questões fundamentais para a análise histórica de Foucault: ruptura em detrimento da continuidade, verdade histórica em oposição à verdade essencial, e sua concepção de documento e enunciado. A intenção é perceber como a proposta se conforma uma contramemória.

Um debate teórico, como este, que parte de um conflito, de uma oposição, não busca desvelar o lado mais correto dos “extremos”, não acreditamos que esta seja a

finalidade deste estudo. Foucault e Ricœur representam modos diferentes de se fazer história, escolher um ou outro fica a critério do historiador de ofício, baseado na perspectiva que ele acredita ser a condição de existência da escrita da história.

## CAPÍTULO 1

### **HISTÓRIA E MEMÓRIA: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO**

Ao propor um estudo teórico, situamo-nos, ainda que tangenciando, na história das ideias. Não se pretende, portanto, fazer um estudo “desencarnado” autorreferente, pois ele faz parte e pretende se incluir em um quadro de debates complexo de questionamentos do pensamento histórico. O objetivo do primeiro capítulo é expor como se desenrolou a relação entre história e memória na historiografia contemporânea. Relação que marcará todo o nosso estudo. Localizaremos, de forma ampla, o debate entre história e memória e seus desdobramentos diretos na historiografia. O percurso se inicia com a história aliada à memória que, ao sofrer uma virada crítica, passa a ser subjugada pelo trabalho da pesquisa histórica.

O capítulo se divide em três partes: a primeira trata da historiografia aliada à memória. A pesquisa historiográfica apresenta duas abordagens radicalmente diferentes para estabelecer a união entre história e memória. Primeiramente, a parceria ocorre em torno de uma história voltada à constituição do Estado-nação, na qual os historiadores intentam a construção de uma forte memória coletiva acerca da identidade nacional. Esse tipo de escrita da história é praticada sobretudo no século XIX.

A segunda abordagem historiográfica se aplica aos estudos historiográficos que recuperam o passado, calcados na necessidade de trabalho de memória e de elaboração dos acontecimentos traumáticos das guerras do século XX, bem como nos estudos históricos que recuperam a memória identitária dos grupos sociais anteriormente menosprezados pela historiografia. Ao contrário da antiga história nacional, que pretende forjar uma memória

coletiva unificada, esta pesquisa histórica se baseia em seu esfacelamento, e opera sobre a multiplicação das memórias de grupos sociais e históricos. Porém, apesar de radicalmente diferentes, as duas abordagens unem a historiografia ao conceito de memória.

A segunda parte pretende analisar a crítica da junção entre os dois conceitos. A grande efervescência do turbilhão memorial leva ao questionamento dos historiadores em relação à própria memória, na perda da autonomia da pesquisa histórica em função de sua subordinação aos estudos memoriais. Essa virada crítica mobiliza os historiadores a inverterem a lógica de história-identidade-memória para uma história crítica da própria construção memorial. Não é, portanto, o trabalho ou o “dever” de memória que moveriam a história, mas a pesquisa – a partir de seus métodos científicos e objetivos -, desvelaria os mecanismos memoriais de uma sociedade.

Na terceira parte, intenta-se debater a questão mais atual e polêmica, que remete a um dilema especialmente francês, mas que inflama toda a tensão da fronteira entre história e memória. A discussão sobre “as leis memoriais” incitou grande debate entre historiadores, juristas e intelectuais, que se engajaram em uma discussão pública sobre os limites entre a interpretação do passado histórico e a reivindicação memorial de diversas partes da sociedade, grupos e instituições, inclusive o próprio Estado francês.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a tomada de consciência dos historiadores a respeito da problemática da memória, ressaltando a configuração ambígua da relação entre os dois conceitos.

vivemos um tempo em que a memória se tornou, como nunca antes, um fator de discussão pública. Apela-se à recordação para curar, para acusar, para justificar.

A recordação tornou-se parte essencial da criação identitária individual e coletiva, e oferece palco tanto para conflito quanto para identificação.<sup>12</sup>

Se por um lado a história se volta à memória para dela fazer uma elaboração do passado, identidade apaziguada com sua própria tradição, constituindo uma história reminescente, por outro, ela recusa o estatuto de história-memória(s) para exaltar a independência da historiografia que é crítica da memória.

---

<sup>12</sup> ANTTZE , LAMBEK, 1997 *apud* ASSMANN, 2001, p.19-20.

## 1.1 A história aliada à memória

A primeira forma de história aliada à memória é a história do Estado-nação. Para essa abordagem não se deveria tratar de história “unida” à memória, pois a divisão não era postulada pelos pensadores. A história era ela mesma memorial, portanto, é, então, uma “história-memória”, como afirma François Dosse, ao qualificar a historiografia da identidade nacional: “Durante muito tempo a história foi identificada como memória”<sup>13</sup>.

Nessa simbiose se apoiou a historiografia francesa ao pretender construir uma forte identidade nacional, que fundia a história com a própria memória coletiva de um povo. Os historiadores se concentravam na procura obstinada por uma “verdadeira França”, baseados na filosofia da história de visão evolucionista, calcada na confiança em um futuro no qual se unem história e razão para o progresso da humanidade.

A historiografia francesa é central para a discussão desta dissertação, porém, no caso do romance nacional deve-se enfatizar a importância da influência do historicismo alemão vinculado à filosofia hegeliana da história. A Alemanha inicia os primeiros passos para o que seria a história metódica na França, como demonstra Ciro Flamarion: “A criação da *Monumenta Germaniae Historica* pelo arquivista August Friedrich Pertz, em 1821 (iniciativa imitada na França em 1836: *Collection de documents inédits sur l’histoire de France*), consistindo na reunião de manuscritos dispersos, mas também na compilação do folclore e da literatura da Alemanha”.<sup>14</sup> A corrente alemã inspira o modelo de “história total” utilizado na França para fundir o passado ao presente, em pesquisas documentárias

---

<sup>13</sup> DOSSE, 2003, p.261.

<sup>14</sup> FLAMARION CARDOSO, 2005, p. 137.

que buscam revelar um passado original de nação e de povo. Esse modelo conformaria um elo sagrado: memória, história e nação.

A historiografia francesa que se dedica à conformação do Estado-nação, vinculando sua origem a seu legado identitário, teve vasta produção no século XIX: desde *Lettres sur l'Histoire de France*, de Agustin Thierry (1827), até a *Histoire sincère de la nation française*, de Charles Seignobos, a história foi dominada por esse sentimento nacional.<sup>15</sup> Para Pierre Nora, foi o tempo em que, por meio da história em torno da Nação, a tradição memorial parecia ter achado sua cristalização na síntese da III República<sup>16</sup>. “Toda uma memória coletiva constrói-se então em torno de uma vontade política, a dos reformadores do Estado, a função do historiador oficializa-se, a memória faz-se história, em processo de recuperação do esquema nacional”.<sup>17</sup>

A união que pretende criar uma memória histórica coletiva contém forte viés pedagógico, pois doutrinando as novas gerações seria mais fácil criar o elo coletivo nacional almejado. A história-memória é empresa educacional, e entre os importantes historiadores empenhados nessa construção destacam-se François Guizot e Ernest Lavisse. Guizot, além de historiador, ocupava o cargo de ministro de Instrução Pública entre os anos de 1832 e 1837, o que lhe permitiu promover uma grande mobilização para a reunião de todos os manuscritos e arquivos, dentre outros documentos que tivessem relação com a nação, na intenção de facilitar a elaboração da monumental história nacional<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> NORA, 1993, p.11.

<sup>16</sup> Nesta dissertação não se pretende aprofundar a questão dos historiadores que até o século XIX uniam história e memória com inflexão no estado-nação. O livro *Correntes Históricas na França - séculos XIX e XX* mostra com detalhes o panorama desses historiadores.

<sup>17</sup> DOSSE, 2003 p.265.

<sup>18</sup> DOSSE, 2003, p. 276.

Lavissee era a encarnação do verdadeiro historiador pedagogo, empenhado em multiplicar a exaltação da nação francesa, introjetando um sentimento nacionalista nos cidadãos a partir da republicanização da memória. Para ensinar os franceses a importância da fidelidade à pátria, Lavissee elaborou pequenos manuais didáticos, o “pequeno Lavissee”, que serviram como eficaz vetor pedagógico para a assimilação do civismo patriótico. O discurso pronunciado durante a distribuição de prêmios, dirigido às crianças das escolas, transcrito por Dosse, demonstra a adoração à Nação:

escutai bem quando nos ensinam a história da França, não a tomeis com a ponta dos lábios, mas com toda vossa inteligência e todo vosso coração... Nenhum país prestou tão grandes e tão longos serviços à civilização, e o grande poeta inglês Shakespeare disse a verdade quando escreveu: “A França é um soldado de Deus”. Que cada um de vós conceba claramente o conjunto dessa maravilhosa história <sup>19</sup>.

A história do Estado-nação é monumental em sua intenção memorial e em sua configuração totalizante. Le Goff define “monumento” recorrendo à sua dupla origem: *monumentum*, do latim, e *men*, da raiz indo-europeia. Assim, o termo exprime as funções essenciais do espírito (*mens*), a memória. A história monumental patriótica tem função de memória ao fazer recordar, iluminar, instruir<sup>20</sup>. O *monumentum*, como sinal do passado, tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação, o que explicita este trecho do relatório de Augustin Thierry enviado para Guizot: “Assim, a recolha dos *monumentos* da história do Terceiro Estado deve, de certa maneira, fazer vir à luz as raízes mais profundas e mais vivas da nossa ordem social atual...”<sup>21</sup> (grifo do autor).

---

<sup>19</sup> LAVISSE 1872, apud, DOSSE, 2003.

<sup>20</sup> LE GOFF, 2010, p. 526.

<sup>21</sup> THIERRY, Augustin, 1837. apud: LE GOFF., 2010 p.528.

Era essencial conciliar os franceses com a origem de seu passado longínquo, dar-lhes raízes profundas para interiorizar a fronteira exterior (a nação) que os une por meio da construção da identidade da memória coletiva do Estado nacional. A união coletiva vinculada à memória nacional incluía a educação republicana, na qual o historiador tem o importante papel social de fazer da história a própria memória de um país e de um povo. A sacralidade da nação torna os historiadores os sacerdotes da construção memorial.

Entretanto, no início do século XX, o modelo “Lavissiano” desmorona com a ascensão de novos historiadores, sobretudo March Bloc e Lucien Febvre, que fundaram a revista *Annales d'Histoire Économique*, na Universidade de Estrasburgo. O desaparecimento da história-memória-nação centra-se no abandono do modelo metódico pela nova história. A nova proposta historiográfica é de tentativa de ruptura total com seus predecessores da escola metódica. A escola dos *Annales*<sup>22</sup> recusa a filosofia e a literatura – bases da história romântica do Estado nacional – para se aliar à sociologia, geografia e demografia, na intenção de fazer da história uma ciência social. A intenção é produzir outra escrita histórica, com novos objetivos; para isso, a narrativa exaltante da pátria e dos grandes homens da nação é abandonada em nome de uma história que se debruça nas estruturas sociais<sup>23</sup>.

A ruptura historiográfica leva ainda à ruptura do elo história, memória e nação. Pierre Nora ressalta que um dos motivos do desaparecimento da memória imbricada à história pela nação é a virada historiográfica dos *Annales* nos anos 1930. A nova história

---

<sup>22</sup> A escola dos *Annales* não pode ser vista de forma exageradamente homogênea. Além de ser formada por diversos historiadores, ao longo dos anos passou por várias mudanças. Em relação à história da escola, podem-se detectar ao menos três gerações que se sucedem, estabelecendo entre si continuidades e rupturas, divergências e heranças. Porém, interessa aqui sua relação parricida com a tradição anterior, sobretudo no que diz respeito à história como memória-nacional.

<sup>23</sup> REIS, 2006.

procura romper com a antiga historiografia francesa para se tornar crítica de sua própria tradição e, como corolário, de sua memória. Seria o início de uma história da historiografia francesa, o despertar da consciência crítica<sup>24</sup>. A historiografia não seria mais a escrita da redenção e unificação da nação, pois a inversão de perspectiva levaria a disciplina a entrar em um momento crítico de si mesma e de revisão de toda a construção historiográfica e memorial anterior.

A historiografia que se vinculava à memória, denominada *Romance Nacional*, era, para os novos historiadores, ingênua ou mal intencionada<sup>25</sup>. As pesquisas eram imbricadas à memória em nome de um projeto político em torno do civismo nacional. Os novos historiadores pretendiam libertar-se da história subjugada e supostamente acrítica de si mesma. O projeto era fazer uma ciência histórica, uma história problema, que não fundisse, em nome da política de Estado, o presente ao passado da remota origem nacional.

A história estrutural toma o lugar da velha história-nação (pelo menos até a segunda geração dos *Annales*) e se volta às questões estruturais e inconscientes, marcada por forte condicionamento do sujeito, pelas mentalidades e forças sociais. A historicidade, em certa medida, foi substituída pela estrutura. Ao direcionar as análises históricas para a abordagem estruturante, o sujeito dotado de consciência, de poder de ação e de mudança, foi ocultado para fazer aparecer o que está por trás da aparente liberdade, a saber, estruturas e mentalidades<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> NORA, 1993, p.10.

<sup>25</sup> DOSSE, 2000, p.261.

<sup>26</sup> Ricœur e Lévi-Strauss debatem a respeito da ideia de sentido e de sujeito nas abordagens estruturalistas e hermenêuticas. O debate está transcrito no livro organizado por Luiz Costa Lima: *O estruturalismo de Lévi-Strauss*.

Após longo momento de apogeu da história estrutural, surge um novo momento que nos interessa mais de perto: a retomada do sentido. O sujeito, há longo tempo obliterado nos estudos históricos, volta a ter centralidade nas pesquisas. Porém, retorna de forma renovada. A crítica dos historiadores dos *Annales* e dos estruturalistas não passou despercebida e foi frutífera aos estudos históricos; a noção de sujeito se recoloca, mas absorve a crítica anterior. O indivíduo, portanto, não é mais percebido como sujeito de plena liberdade, nem ao menos se aplica o sujeito determinado absolutamente pelas forças sociais estruturais. A história retorna ao sentido e ao sujeito para investigar as ações de um indivíduo dotado de certa consciência, envolto por relações de força e pertencente a grupos sociais, portanto, a atmosfera “exterior” não é mais desconsiderada. Volta-se a pensar a parte reflexiva da ação inserida no mundo prático: “Trata-se de um deslocamento historiográfico que se volta para a consciência do sujeito e de suas ações práticas”<sup>27</sup>.

Acompanhando a orientação de retorno reflexivo ao sujeito, ao sentido e à consciência, ocorre na historiografia a “guinada memorativa”. Não se trata, entretanto, de uma história imbricada, superposta à memória como na construção da memória coletiva do Estado-nação; o objetivo é investigar um passado que foi encoberto, esquecido, e que reclama a história para se fazer memória. A guinada tem dois empregos que analisaremos a seguir: o primeiro vincula-se a um “trabalho de memória”, e o segundo se configura como iluminação da memória das minorias anteriormente ignoradas pela historiografia.

Assiste-se à emergência da necessidade de preservação e recuperação das memórias das vítimas da Segunda Guerra Mundial; no cenário póstumo, as vítimas do

---

<sup>27</sup> DOSSE, 2001, p.42.

holocausto judeu têm lugar memorial privilegiado<sup>28</sup>. O numeroso volume de trabalhos acadêmicos, publicações, colóquios e de criação de museus e memoriais é um índice da luta contra o esquecimento e em favor da vigilância para a não repetição do passado ferido<sup>29</sup>.

O primeiro instante após o horror dos campos é de paralisia; o acesso à linguagem para falar dos acontecimentos parecia impossível. O silêncio do pós-guerra se explica pela impossibilidade imediata de narrar ou relatar as formas de desumanização e de dessubjetivação, operadas tecnicamente pelos agentes da SS. Após esse primeiro momento, um esforço surgiu a partir da urgência de dizer o indizível, de romper o silêncio em nome do trabalho de elaborar, narrar, “explicar” ou tentar compreender o que parecia inexplicável. Jeanne Marie Gagnebin utiliza expressão paradoxal para designar a emergência das narrativas: “Esta discussão também sustenta as narrativas, simultaneamente *impossíveis e necessárias*, nas quais a memória traumática, apesar de tudo, tenta se dizer — narrativas e literatura de testemunho que se tornaram um gênero tristemente recorrente do século XX, em particular (mas não só) no contexto da Shoah”<sup>30</sup>. (grifo nosso)

As primeiras vozes a romper o silêncio são das testemunhas oculares, indivíduos que estiveram em meio ao caos e sobreviveram. Deles parte a primeira palavra, que inicia a tentativa de iluminar o não-sentido de um acontecimento imbuído de um mal tão radical que a linguagem até então parecia jamais alcançar. O sobrevivente fala em nome de si, na tentativa de elaborar a identidade perdida, e de alguma forma se religar ao passado e à sua memória fraturada; mas fala igualmente para e pelo outro, que não sobreviveu,

---

<sup>28</sup> Sobre o aspecto da centralidade do tema, há autores que chegam a reivindicar uma singularidade absoluta em relação ao sofrimento e ao tipo de horror vivido pelos judeus. Sobre o debate, ver o artigo de Chaumont Jean-Michel, «Connaissance ou reconnaissance?» Les enjeux du débat sur la singularité de la Shoah, *Le Débat*, 1994/5 n° 82, p. 69-89.

<sup>29</sup> BENASSA, 2008.

<sup>30</sup> GAGNEBIN, 2006, p.44.

denunciando em nome da justiça de seus contemporâneos, familiares e amigos que não tiveram a mesma chance de testemunhar. Ao se propor a falar, os sobreviventes criam um gênero singular de narrativas testemunhais que ganham terreno de destaque ao chamar a atenção, em nome do não esquecimento das vítimas, para a denúncia dos atrozes eventos do passado<sup>31</sup>.

A narrativa testemunhal sedimentou-se como gênero de escrita no século XX. A revista *Gênesis*, em seu número 61 (ano de 2004/2005), destacou o dossiê *Histoire et Oubli*, em que os artigos centravam-se nas narrativas memoriais. Dois deles direcionavam-se às experiências na Europa durante a Segunda Guerra, e um terceiro dedicava-se à rememoração e ao testemunho do genocídio em Ruanda. Isabelle Backouche, na introdução<sup>32</sup>, destaca a importância das narrativas ao confrontar o leitor a uma “mise en intrigue”<sup>33</sup>, portadora de um sentido que proporciona a construção de uma inteligibilidade que integra os atores a contexto histórico determinado. O processo de passagem do esquecimento - ligado ao silêncio - para a memória, por meio da linguagem, oferece a possibilidade de elaboração pessoal, e proporciona um material rico para a história que pretende em seu “retorno reflexivo” dedicar-se a pesquisar o conflituoso século XX, incluindo os sujeitos responsáveis e afetados pelos acontecimentos.

É notável a importância da memória das vítimas da Segunda Guerra Mundial – sua visibilidade pode ser explicada, inclusive, pela força política que o grupo tem na atualidade – porém, o movimento não lhes é exclusivo. A denúncia de testemunhas se multiplicou,

---

<sup>31</sup> Primo Levi é um grande exemplo dessa literatura testemunhal que clama pela necessidade de memória. A escrita para ele se torna uma arma e ao mesmo tempo um refúgio, na tentativa de compreender o que se passou e de elaborar o que resta da identidade de um sujeito esfacelado por uma experiência total. Essa seria a forma de fazer passar um passado que não quer passar.

<sup>32</sup> BACKOUCHE, 2005, p.2-4.

<sup>33</sup> Mesmo sem fazer citação explícita, a referência a Paul Ricœur é clara quanto ao conceito de “mise en intrigue”, que o filósofo trabalha em *Tempo e Narrativa*.

recobrando uma série de eventos em todo o mundo no século passado, como as vítimas do Stalinismo e das ditaduras militares na América Latina. Por muito tempo, os crimes cometidos pelo Estado Soviético contra os supostos inimigos ficaram ocultos pela verdade oficial imposta. As memórias das vítimas somente se tornaram conhecidas com uma revisão histórica, incluindo o livre acesso aos documentos do processo do governo de Stalin. O caso do Brasil e de toda a América Latina não é diferente: a violência e a censura dos anos de ditaduras impuseram silêncio sobre os milhares de mortos e desaparecidos. Somente após a abertura democrática houve a possibilidade de se testemunhar e haver estudos que buscaram recuperar a memória das vítimas mortas pelo terror de Estado<sup>34</sup>.

Segundo Hannah Arendt, o passado que não pode ser narrado torna-se uma dor insuportável. Portanto, a elaboração dos acontecimentos revela-se um necessário trabalho de compreensão e de exercício explicativo. Em *As origens do totalitarismo*, um estudo de filosofia política, a autora propõe uma reflexão para compreender o passado recente dentro daquilo que nomeia “mal absoluto” ou “experiência radical do mal”, que levou a humanidade à chocante realidade do século XX. Ao romper com a ideia de que esses fatos são incompreensíveis, Arendt intenta construir uma inteligibilidade que desvela os mecanismos do processo de ascensão dos Estados totalitários<sup>35</sup>. Seu desejo de compreensão assemelha-se a um trabalho memorial de elaboração do passado, a fim de discorrer sobre o mal acontecido e não deixá-lo cair no esquecimento: “Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente de chamá-lo de nossa herança, deixar

---

<sup>34</sup> Um exemplo atual é a “Comissão Nacional da Verdade”, criada em 16 de maio de 2012, que tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

<sup>35</sup> Para sua filósofa, os regimes totalitários conformam tanto a experiência nazista alemã quanto a stalinista na URSS.

de lado o mau e simplesmente considerá-lo peso morto, que o tempo por si mesmo relegará ao esquecimento”<sup>36</sup>.

A história também se debruça, à sua maneira, ao esclarecimento dos eventos traumáticos, ao direcionar seu olhar para o momento de insurgência de memórias subterrâneas. Michel Pollack, em *“Memória, Esquecimento e Silêncio”*, alinha a historiografia do final do século XX à luta contra as injustiças do passado, ao privilegiar a análise e a construção dessas memórias esquecidas.<sup>37</sup> Primeiramente, deve-se ter em conta o desvinculamento de Pollack à noção de memória coletiva de Maurice Halbwachs - à frente nos deteremos atentamente aos trabalhos do sociólogo francês sobre a memória coletiva. Para Pollack, Halbwachs, ao embasar seu estudo sobre a memória na perspectiva funcionalista durkheimiana, privilegia em demasia a coesão social e a adesão afetiva dos indivíduos pelo grupo social, acentuando a construção de uma memória coletiva baseada na continuidade e na estabilidade desses grupos. Para se afirmar em outra perspectiva, ele abandona a expressão “memória coletiva”, por se associar comumente à noção nos termos de Halbwachs, e adota a expressão “memória enquadrada”, de Henry Rousso.

Pollack aborda a memória em seu aspecto conflituoso, situada em um quadro de disputas políticas em que somente uma historiografia atenta às desigualdades sociais e políticas das construções memoriais pode desvelar. “Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”<sup>38</sup>. Portanto, a memória pode ser elaborada

---

<sup>36</sup> ARENDT, 1989, p.13.

<sup>37</sup> POLLACK, 1989.

<sup>38</sup> POLLACK., 1989 p.3.

em termos de coletividade, mas é construída em relações não harmoniosas pelos atores sociais<sup>39</sup>.

Essa predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos, e que assumiram uma amplitude particular nesses últimos quinze anos na Europa<sup>40</sup>.

O retorno do sujeito na abordagem histórica é indispensável para a pesquisa que se pretende se aliar a um “trabalho de memória”. A historiografia, nesta perspectiva, está vinculada a duas mudanças: a primeira se relaciona à demanda social e política de revisão dos acontecimentos do século XX; e a segunda à reflexão epistemológica na qual os sujeitos, as testemunhas, antes escondidos atrás da estrutura, aparecem como peças importantes para a racionalidade e para a explicação histórica.

Paul Ricœur fundamenta e endossa as duas proposições, a última de ordem epistemológica e a primeira ontológica, a partir de sua filosofia hermenêutica. O ofício do historiador deve ser, antes de tudo, ético, e seria este o sentido de promover um “trabalho de memória” em que a historiografia restabelece a memória do outro. Ricœur salienta a importância de restituir às vítimas sua “verdadeira história”, para que a historiografia do presente esteja vinculada à justiça e à memória dos homens no passado e para que estas sejam devidamente lembradas.

No capítulo dedicado a Ricœur, voltaremos a analisar de forma mais verticalizada a maneira como o filósofo, epistemológica e ontologicamente, atrela o trabalho do historiador à memória. Em direção a uma hermenêutica da condição histórica, Ricœur

---

<sup>39</sup> Em Halbwachs, veremos adiante que a memória coletiva é soberana em relação à memória individual, e em Pollack essa relação se inverte.

<sup>40</sup> POLLACK, 1989, p. 4.

formula a operação histórica em três fases: inicia no testemunho, passa pelo processo de elaboração e se completa na função do leitor (indefinidamente não se trata de um círculo). Essa forma de se pensar a escrita da história justifica sua função memorial.

A história se volta à memória no trabalho de elaboração, como demonstramos acima, mas não exclusivamente. A união se dá igualmente em torno da construção das memórias de grupos esquecidos, de minorias étnicas, dos excluídos da história. Apesar de algumas vezes as chamadas minorias não se constituírem como tal em termos numéricos, elas o são no sentido de vulnerabilidade em relação ao poder dominante. A história alia-se à memória aqui para retomar as trajetórias desses indivíduos e restaurar seu sentimento de pertencimento aos respectivos grupos sociais.

As funções da memória não podem, entretanto, participar exclusivamente das comemorações ou se organizar em torno da função da lembrança dos genocídios, das perseguições, dos suplícios, dos sofrimentos e dos tormentos. Elas levam à reflexão sobre os traços particulares que uma minoria reúne além dos fatores qualificativos que são a cultura, o exílio, a religião ou a língua. A reivindicação coletiva de uma identidade particular, a ideologia que as embasa e na qual elas se exprimem são, portanto, compreensíveis apenas por meio do conhecimento da história...<sup>41</sup>.

O trecho acima evidencia o outro viés contemporâneo da função memorial. Porém, o artigo de Geneviève Koubi, *Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias*, coloca em dúvida a pertinência de reivindicação dos direitos históricos e jurídicos por essas minorias. No campo histórico, sua “mistificação” valorizaria a relação dominação-submissão e a perpetuação de um ressentimento ligado à posição de inferioridade; portanto, essa história seria uma supervalorização das lembranças para justificar a identidade dos grupos no presente. No campo jurídico, as reivindicações se

---

<sup>41</sup> KOUBI, Geneviève, 2009, p.527.

tornam mais problemáticas, pois perpetuariam eternamente um jogo sociopolítico de demanda por direitos especiais. Do ponto de vista de Koubi, a história que elabora a identidade dos grupos no presente não é conveniente, pois propagaria a segregação entre os setores sociais, e o correto seria uma política de união social entre estes. Sua interpretação, portanto, é mais próxima da história desvinculada da memória, porém, ajuda a evidenciar a emergência da história ligada às identidades das minorias.

Até o último quarto do século XX, a construção das memórias das minorias era inexistente. Os olhares dos historiadores da nação estavam voltados, em sua maioria, para as histórias dos grandes homens e dos heróis nacionais e, da mesma forma, a história estrutural dos *Annales* até a década de 1970, ou até maio de 68,<sup>42</sup> não se atinha – pela própria epistemologia que vigorava – à multiplicidade das identidades dos sujeitos históricos. Os sujeitos, opacos aos olhos da historiografia, passam a reivindicar sua identidade, sua história esquecida. A memória que se pretende retomar não é unívoca como uma mentalidade coletiva coesa, mas pluralizada, fragmentada, e comporta várias memórias disseminadas em grupos sociais; não existe memória coletiva dominante, mas memórias resgatadas para reivindicação de identidade do sujeito dentro de múltiplos grupos.

A historiografia das minorais não pretende segregar, como afirmou Koubi, e sim evidenciar a solidariedade entre indivíduos que pertencem ao mesmo segmento social, fazem parte de um mesmo ciclo cultural ou que viveram, em conjunto, experiências que os unificam como grupo identitário. Neste ponto, a nova história precisou desenvolver uma

---

<sup>42</sup> Dosse associa o evento Maio de 68 à multiplicação do objeto de história, chamada de estilhaçamento da historiografia. “A explosão da disciplina histórica triunfante levará, após Maio de 68, a uma prática cada vez mais estilhaçada”. Dosse, 1999, p.122.

série de estudos inovadores que a permitisse resgatar as diversas memórias esquecidas, promovendo um movimento de inovações e inclusões nas pesquisas de novas formas de memórias culturais.

O livro organizado por Peter Burke, *A escrita da história*, mostra como a fragmentação das pesquisas e a ampliação dos objetos e da perspectiva da escrita de história promovem uma “nova história”, movida pela valorização dos sujeitos e pela abertura dos campos de investigação. O historiador, a partir dessa mudança, começa a se interessar por toda a atividade humana, “tudo tem uma história”<sup>43</sup>. Burke atenta para a historicidade do termo “nova história”: este poderia se remeter à ruptura historiográfica dos anos 1930 com a crítica dos *Annales* à escola metódica; ou, para a geração seguinte, liderada por Fernand Braudel, poderia designar qualquer história que queira romper com a abordagem anterior. Porém, o que interessa nesse momento é perceber essa “nova história” como inserida na abertura historiográfica dos anos 1970 e 1980, nos quais passam a ser enfatizados a história das minorias e a ampliação dos objetos, em nova perspectiva, que possibilita a dilatação da memória histórica.

A história da mulher se configura hoje importante campo dos estudos historiográficos. Com ela se desenvolveu a história do gênero, que enfatiza todas as minorias ligadas ao comportamento sexual. Esses estudos ganharam força no mundo inteiro, notoriamente nos Estados Unidos e na França, mas também no Brasil, onde foram criados laboratórios de pesquisas de gênero – a maior parte à esteira de Michel Foucault. A exemplo dos estudos sobre mulheres, são múltiplas as emergências de grupos de estudo contemporâneos que se voltam para as minorias, como os imigrantes e os trabalhadores,

---

<sup>43</sup> BURKE, 1992.

ênfatizados por Gérard Noiriel, e os prisioneiros, que são o centro do estudo conjunto de Arlete Farge e Michel Foucault. No Brasil, é emblemático o trabalho feito pelos historiadores sobre a cultura negra, a luta contra a escravidão e a obrigatoriedade do ensino da história da África no currículo escolar.

Todas essas “novas histórias” tentam resgatar as memórias dos grupos a partir do ponto de vista do indivíduo dominado e não do dominante. A história busca voltar o olhar para a visão do excluído, do sujeito subordinado que criou estratégias de mobilidade para reagir à posição de subjugado. A história figura como resgate no qual a alteridade deve ser predominante: deve-se olhar o outro não a partir de si, mas a partir de um descolamento radical do si para deixá-lo falar por si próprio.

## 1.2 A história adversária da memória

Primeiramente abordamos a história aliada à memória em duas dimensões: a história-memória do século XIX e sua vertente radicalmente diferente do final do século XX. Faremos agora o sentido inverso: a intenção é tensionar o limite das ambiguidades entre história e memória. Partiremos da análise de Halbwachs, que apresenta a novidade de pesquisa aos historiadores ainda no início do século XX, ao opor os conceitos. Em seguida, trataremos da oposição elaborada por Pierre Nora em *Les Lieux de Mémoire*, e por último iniciaremos o debate que remete à indagação mais atual, que não é somente de contrapor, mas de se perceber as relações de poder em que estão envolvidos os jogos de memória.

A memória era objeto privilegiado de estudo em vários campos do saber, como a psicologia (Freud), a filosofia (Bergson), a literatura (Proust) e as artes, com o estudo da menemotécnica<sup>44</sup>, mas por muito tempo foi ignorada pelos historiadores. Supõe-se que a reflexão permaneceu invisível pelo fato de a historiografia do Estado-nação fundir os dois conceitos e considerar a si mesma memória coletiva, portanto, o fazer histórico já implicaria um estudo sobre a memória.

A partir dos trabalhos de Maurice Halbwachs em *A Memória Coletiva*, os historiadores se depararam com análise instigante que separava história e memória. Halbwachs inaugura um pensamento que modifica a reflexão do conhecimento histórico em seu tangenciamento com o conceito de memória. Portanto, é essencial entender seus argumentos em torno da sociologia da memória coletiva para perceber o ineditismo e a

---

<sup>44</sup> Ver: YATES, Frances A. *A arte da memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

vertiginosa apropriação, mesmo que tardia, pelos historiadores, quando se referem à memória coletiva.

A publicação de *A memória coletiva* na década de 1940 ilumina os mecanismos da memória e do esquecimento em sua diferenciação com a história por meio de um viés sociológico. O ponto de partida é a análise da noção de memória a partir da perspectiva interacionista e funcionalista, à esteira de Durkheim e Mauss. Portanto, elabora-se a noção de memória como fenômeno social, no qual seus mecanismos de constituição, formação e duração devem ser pensados a partir das interações entre os grupos sociais. Nosso objetivo é nos determos em dois aspectos relevantes para a discussão central: a distinção entre memória individual e memória coletiva, e entre memória coletiva e memória histórica.

No primeiro capítulo, intitulado *Memória coletiva e memória individual*, Halbwachs promove um confronto com as abordagens teóricas que tomam a memória como processo estritamente individual. O debate se formula contra uma tradição de pensadores na qual estão incluídos: Marcel Proust, William James, Sigmund Freud, entre outros contemporâneos, que estavam todos, cada um à sua maneira, voltados para o estudo da memória como forma de conhecimento da realidade, amplamente fundada em características subjetivas<sup>45</sup>.

Santo Agostinho não é contemporâneo desses pensadores, porém é um autor central ao se pensar a tradição de interioridade<sup>46</sup>. Em *As Confissões* ele discorre a respeito da concepção da memória em sua dimensão prioritariamente introspectiva. A lembrança é vista como poderosa arma do espírito, santuário infinitamente amplo e uma das potências

---

<sup>45</sup> Santos, 2003, p.35.

<sup>46</sup> Ricœur, em *A Memória, a História e o Esquecimento*, aborda o debate contrapondo as perspectivas da “tradição do olhar interior” e do “olhar exterior: Halbwachs”. Recuperaremos a via mediadora de Ricœur ao estreitar nosso diálogo com o filósofo no segundo capítulo.

do ser. A metáfora usada para classificar o lugar interior e íntimo no qual estariam alojadas todas as imagens das experiências vividas são os vastos *palácios da memória*. Nessa expressão, Agostinho reafirma toda a potência e grandeza do lugar interior da lembrança: “Quando quero me lembrar é no palácio que me refugio. Nele se encontram todas as coisas que experimentei”<sup>47</sup>. A memória, partindo desse ponto de vista, é processo absolutamente interior que tem como principal função proporcionar reconhecimento individual da experiência passada.

Em oposição à tradição, de Agostinho até Freud, que privilegia o processo interior da memória, Halbwachs estabelece a perspectiva da memória construída e moldada pelo exterior. Seria impossível a lembrança ser estritamente individual e conformada somente pelo processo interior: a experiência já implica um contato com o mundo externo; dessa forma, o ato rememorativo jamais pode ser pensando independentemente do processo social. Deve-se ressaltar que o sociólogo não nega a existência da memória individual, afinal, há algo interno quando o indivíduo “se” lembra; entretanto, a lembrança depende do espaço exterior, por isso a ligação com o quadro social é fundamental para a capacidade de se lembrar. Na perspectiva de Halbwachs, diferentemente de Agostinho, ao “se” lembrar, o indivíduo não remete a si mesmo, mas refere-se ao mundo exterior, como sua comunidade, seu lugar de origem, seus próximos, os acontecimentos vividos e tudo que lhe é exterior e que conforma seu interior.

As lembranças individuais têm como limite as interferências coletivas, e para explicitar claramente a impossibilidade de uma lembrança estritamente individual o sociólogo compõe a analogia: “Como supor que um objeto pesado, suspenso no ar por uma

---

<sup>47</sup> AGOSTINHO, 2000, p.266.

quantidade de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vácuo, onde se sustenta por si mesmo?”<sup>48</sup>. A memória individual está inelutavelmente ligada ao quadro social que a compõe, contudo, mesmo que a ênfase seja dada para a memória coletiva, entre elas existe certo nível de interação e correlação. O quadro social complexo – Halbwachs salienta a multiplicidade dos grupos sociais que conformam a experiência da memória – em que o sujeito está integrado determina a memória pessoal, e, em contrapartida, a memória dos indivíduos, formada no âmbito do grupo social, alimenta a memória coletiva<sup>49</sup>.

Essa é a primeira novidade de Halbwachs: questionar a tradição sedimentada sobre a memória constituída como interioridade. O deslocamento produzido em nome da exterioridade dá novo fôlego teórico aos estudos das ciências humanas ao incluir aspectos sociais da construção da memória, o que explicaria a apropriação e repercussão da ideia. A segunda inovação evidencia a desvinculação entre memória histórica e memória coletiva, reflexão nunca elaborada com densidade por um historiador de ofício.

Ao se debruçar sobre os termos memória coletiva e memória histórica – ao contrário das noções de memória individual e coletiva, que de certa forma interagem – Halbwachs as opõe radicalmente. Jaques Revel é lúcido em suas críticas ao denunciar a extrema rigidez da distinção do sociólogo entre memória e história - críticas também formuladas por Marc Bloch ainda na primeira metade do século XX. Porém, nosso exercício não é respaldá-lo, mas apresentá-lo como autor que opera uma ruptura na historiografia e que atualmente é apropriado por diversos historiadores.

Após a Primeira Guerra, Halbwachs vai lecionar na Universidade de Estrasburgo, onde estabelece profunda ligação com os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch,

---

<sup>49</sup> HALBWACHS, 1990.

fazendo parte, inclusive, do comitê editorial da revista dos *Annales*<sup>50</sup>. Assim, o sociólogo conhecia de perto o momento, dominado pela história das mentalidades, em que o sujeito dotado da capacidade de agir e refletir permanecia desconsiderado. Portanto, a racionalidade da pesquisa histórica, aos seus olhos, não leva em conta a experiência vivida, e por isso não é capaz de integrar a memória coletiva em seus esquemas explicativos.

A memória coletiva está ligada à vida social, à experiência do compartilhamento entre os indivíduos; ela se mantém na sociedade até onde se prolonga o vínculo dos grupos dos quais é composta. A história, ao contrário, se coloca acima dos grupos sociais e da sociabilidade construída por eles, e produz uma operação de descrição do que é puramente factual: “Não é na história apreendida, é na história vivida que se apoia nossa memória”<sup>51</sup>.

Para haver memória é preciso existir conexão entre um grupo social no presente e outro em que esteve conectado no passado, criando um elo social no devir do tempo. Se o elo se desfaz, a memória coletiva se esvai, restando somente uma história a ser contada. Esta começa onde termina a memória, no momento em que se apaga ou se decompõe a memória social: essa proposição é a oposição mais radical do sociólogo. Entre memória histórica e memória coletiva há uma oposição final:

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há na realidade dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> REVEL, 2009, p. 45.

<sup>51</sup> HALBWACHS, 1990, p. 60.

<sup>52</sup> HALBWACHS, 1990, p.82.

Revel, em *A memória coletiva*, indica três fatores fundamentais para o abismo entre história e memória. 1) Haveria incompatibilidade irreconciliável entre o regime histórico e o regime memorial, conformando uma descontinuidade temporal decisiva. 2) As funções sociais da memória coletiva e da história são opostas. A primeira “não tem nada de artificial, já que só retém do passado o que ainda vive nele ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Por outro lado, para a história seria uma reconstrução seletiva, organizadora, tendo a qualidade de enquadrar a experiência do passado. 3) Ao trabalho da memória coletiva que se situa mais perto da experiência do grupo que dela dispõe (ou como ele escreve, de sua “consciência”), opõe-se a visão global da história que pretende se impor, “que se coloca fora e acima dos grupos” e sobrepõe à experiência temporal suas próprias categorias<sup>53</sup>.

A partir do trecho acima e da explicação sistemática de Revel torna-se compreensível o afastamento de Pollack e de qualquer historiador que busque fazer da história um trabalho de rememoração ligada à vida dos homens do passado. Porém, grande parte dos historiadores se junta a Halbwachs em direção a uma história de objetivos contrários aos de Pollack e postula a diferenciação da memória, como ocorre com Pierre Nora.

Para a proposta reflexiva de teoria da história desta dissertação, Halbwachs e Nora se aproximam ao promover a ruptura entre história e memória. Nora é o historiador que recoloca a problemática da memória muito próxima das proposições de Halbwachs. “A mais direta e impositiva aplicação contemporânea do método de Halbwachs, no entanto, é o estudo da representação da memória nacional Francesa, editada por Pierre Nora, *Les Lieux*

---

<sup>53</sup> REVEL, 2009, p.61.

*de Memoire*”<sup>54</sup>. A associação é importante, mas não se deve deixar de considerar que o historiador fala de um contexto diferente e tem um objetivo particular ao se aliar ao sociólogo nessa ruptura.

Pierre Nora é um dos maiores especialistas contemporâneos da problemática da memória vinculada ao trabalho do historiador – por esse motivo algumas vezes é chamado historiador da memória. Veremos na próxima parte sua participação central nos debates sobre as leis memoriais que surgem na França no final de 1990 e se prolongam até os dias de hoje. No entanto, seu interesse pela temática memorial é anterior à emergência do debate das leis. Analisaremos, primeiramente, sua proposta teórica do afastamento dos dois conceitos, que embasa sua obra de historiador e, sobretudo de organizador, a saber, *Les Lieux de Mémoire*.

A coleção é formada por três tomos: *La République* (1984), *La Nation* (1987) e *Les France* (1992); o primeiro tomo contém um volume e os dois seguintes três cada um. O laboratório de pesquisa para a preparação da obra foram os seminários ministrados por Nora no Collège de France e na EHESS nos anos de 1970 e 1980, figurando como período importante de debate entre diversos pesquisadores para o amadurecimento da proposta histórica do livro.<sup>55</sup> Somando-se a troca de ideias à sua posição privilegiada na presidência da editora Gallimard, Nora conseguiu reunir importantes historiadores de diversas correntes historiográficas e de múltiplas orientações políticas em torno de um objetivo comum: investigar os lugares de memória da França. Nora, afirma Dosse, não é mero editor nessa

---

<sup>54</sup> HUTTON, 1993, p.88: “The most direct and imposing contemporary application of Halbwachs’s method, however, is the study of the representation of the French national memory, edited by Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*.”

<sup>55</sup> DOSSE 2011, p.288 : “Entre os ouvintes no seminário de 1976-1977 uma presença ilustre chamaria a atenção de Nora: Michel Foucault. O filósofo estava em seu ano sabático em 1977 no Collège de France e aproveitou para assistir à exposição do historiador”.

obra, mas o mentor de toda a construção monumental que tem uma proposta teórica muito bem organizada<sup>56</sup>.

Seu principal objetivo é romper com a união história-memória-nação e operar uma desconstrução histórica da exaltação da memória coletiva na nação francesa. Lavissee, nesse sentido, é o maior alvo das críticas de Nora: “Esse arrancar da memória sob o impulso conquistador e erradicador da história tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade muito antigo no fim daquilo que ciciamos como uma evidência: a adequação da história e da memória”<sup>57</sup>.

*Les Lieux de Mémoire* é, portanto, uma obra monumental, que pode ser fonte de uma série de questionamentos históricos e historiográficos. Nosso interesse específico circula em torno de duas questões elaboradas por Nora: primeiramente, a ideia do deslocamento de uma sociedade anteriormente vinculada a um regime memorial para outra em que o regime histórico predomina; e segundo, a proposta teórica de distinção entre história e memória, que se alia e ao mesmo tempo ultrapassa a sociologia de Halbwachs. As duas proposições, uma de ordem conjuntural e social e outra de ordem epistemológica, se entrecruzam para fundamentar a proposta teórica que sustentará a investigação histórica dos lugares de memória na França.

A aceleração temporal marca um novo regime de historicidade<sup>58</sup> que implica diversas mudanças sociais e culturais na sociedade contemporânea. Uma dessas mudanças, segundo Nora, seria o desaparecimento do passado e do futuro na vida nos homens do

---

<sup>56</sup> DOSSE, 2011.

<sup>57</sup> NORA, 1993 p. 12.

<sup>58</sup> O conceito de regime de historicidade foi cunhado por François Hartog para delimitar a experiência temporal de cada sociedade ao longo da história. Segundo o historiador, a contemporaneidade é marcada por forte presentismo.

presente. O reconhecimento de nós mesmos a partir do passado se quebra, da mesma forma que o futuro previsível se desfaz, portanto, o passado coeso e o futuro visível se tornam inacessíveis aos olhos dos homens do presente. A mudança na temporalidade é essencial para o entendimento do deslocamento para uma sociedade-histórica.

A sociedade contemporânea, marcada pelos impulsos tecnológicos e velocidade avassaladora das informações, forja um movimento de aceleração temporal, ou seja, a história passa a ser mais dinâmica, culminando em uma hipertrofia do presente; o passado e as tradições são destituídos de sua primordialidade. Estabelece-se o fim da sociedade-memória e passa-se a uma nova realidade, a sociedade-histórica.<sup>59</sup>

Vive-se o fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para preparar o futuro, quer se trate da reação, do progresso, ou mesmo da revolução. A percepção histórica, influenciada pelo turbilhão de informações midiáticas, dilata-se prodigiosamente e substitui a memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela particularidade efêmera da atualidade<sup>60</sup>.

Desaparecida a memória, restam à contemporaneidade apenas seus resíduos, rastros do passado enclausurados, em um termo cunhado por Nora de “lugares de memória”.<sup>61</sup> A memória que já não se encontra na sociedade materializa-se nos locais que a guardam. “Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade”<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> NORA, 1993, p.15.

<sup>60</sup> NORA, 1993, p.4.

<sup>61</sup> Em *Nation sans nationalisme* (1995), publicado em *Historien Publique de 2011*, Nora afirma que o conceito de “lugares de memória” foi a maior inovação teórica de seu projeto, pois engloba três funções simultâneas : material, funcional e simbólica. Porém, foi ao mesmo tempo sua maior dificuldade em relação à falta de entendimento por parte dos críticos.

<sup>62</sup> NORA, 1993, p.18.

Por outro lado, a sociedade-histórica, ao suprimir a memória, parece carecer de seu sentimento. Como explicar sua ausência em tempo obcecado por guardar, juntar e colecionar, caracterizado pelo apego aos vestígios e respeito aos rastros? Jamais na história presenciou-se a criação de tantos museus e memoriais, ou falou-se tanto em patrimônio histórico e cultural e preservação do passado. Nora resolve o paradoxo acentuando-o ainda mais, sugerindo que a busca desesperada pela memória é a maior prova de que ela não existe mais. À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que se foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova no tribunal de história <sup>63</sup>.

A historiografia como campo do saber se alinha ao processo social e histórico e se desvincula da memória. O primeiro indício do rompimento seria a emergência de um despertar crítico localizado no início de uma história da historiografia. A partir dessa virada, os historiadores subvertem a história-memória para produzir uma história crítica de sua tradição, de seus predecessores e, sobretudo, crítica da velha construção mítica memorial.

A história, segundo Nora, teria tido seu último vínculo com a memória na vertente da identidade nacional. Após sua aliança com as ciências sociais, ela caminharia irreversivelmente para uma época em que “toda história entrou em sua idade historiográfica, consumindo sua desidentificação com a memória”<sup>64</sup>. Nora busca desvincular, neste projeto, o elo história-memória-nação, porém na próxima parte veremos

---

<sup>63</sup> NORA, 1993, p.15.

<sup>64</sup> NORA, 1993 p.11.

o historiador se engajar em outro combate, pois a história se alia à memória também em outras direções, como discutido neste capítulo.

Ao conceituar história e memória, Nora chega a definições amplas e bastante distintas que, como em Halbwachs, tendem a se opor. A memória é processo vivo, fruto de tradição herdada que possibilita elo direto entre passado e presente. Ela é sempre atual, presente na vida e nos hábitos, antes de tudo afetiva, e se apresenta independentemente da função crítica e da análise do passado. A história, ao contrário, é operação intelectual, laicizante, trabalho de representação do passado proposto por um especialista. “No coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória”<sup>65</sup>. Portanto, a sociedade que pretende elaborar, discutir, criticar e interpretar constantemente seu passado não pode ser mais uma sociedade-memória e sim uma sociedade-histórica.

Inicia-se aqui a importante discussão, fundamental para entender a relação entre história e memória, a saber, o estatuto do documento. A memória descaracteriza-se, tornando-se história na medida em que o retorno ao tempo passado está mediado pelo recurso do documento; o presente retorna ao passado não para revivê-lo em memória, mas para avaliá-lo por meio da investigação crítica dos documentos. A crítica ao documento leva à mudança do tratamento da história em relação à memória, e Nora já nos dá indícios dessa problemática, porém, no desenvolvimento entre a noção de *documento-monumento*, que passa por Michel Foucault e Jaques Le Goff, essa problemática se torna mais clara; retomaremos no terceiro capítulo essa questão.

Uma das hipóteses desta dissertação é o vínculo entre a problematização que Foucault propõe para a história e sua grande influência nos trabalhos dos historiadores que

---

<sup>65</sup> NORA, 1993, p.9.

postulam sua independência em relação à memória, como Pierre Nora. Patrick Hutton, em *History as an Art of Memory*, tece longa análise dessa relação na historiografia francesa, e ressalta o vínculo entre Halbwachs, Nora e Foucault: “Em vez de um trabalho de reconstrução histórica como é comumente concebido, Nora se engaja em uma desconstrução genealógica do tipo que Foucault popularizou”<sup>66</sup>.

A proposta historiográfica de Nora, em nosso entendimento, se alinha à de Foucault ao operar a desconstrução da imagem de nação que seria anteriormente naturalizada. Promove-se a investigação dos lugares de memória como formas de assimilação que produzem uma identificação coletiva com a nação.

seria preciso traçar o plano sobre as articulações naturais da memória coletiva, seus pontos de ruptura, seus enraizamentos reais ou supostos, suas projeções simbólicas maiores. Sendo três volumes, cada um muito espesso. Seria preciso, além disso, transformar o simples registro em uma construção desses objetos em lugares de memória. Culminaria não na simples atualização de uma categoria de temas que se poderia chamar de «lugares de memória», mas em uma história da França pela memória, o que é totalmente diferente!<sup>67</sup>.

Nora desmistifica o sentido de uma verdadeira memória coletiva do Estado-nação para produzir um estudo que não o toma como uma coisa dada, mas como algo construído a partir de um conjunto de discursos que estabelecem uma identidade nacional. Para produzir o deslocamento, ele parte da memória para construir uma história, invertendo a lógica tradicional de fazer história para produzir memória.

---

<sup>66</sup>HUTTON, 1993, p.149. “Rather than historical reconstruction as it is ordinarily conceived, Nora engages in a genealogical deconstruction of the sort that Foucault popularized”.

<sup>67</sup>NORA, 2011, p.444. “il fallait bien calquer le plan sur les articulations naturelles de la mémoire collective, ses point de rupture, ses enracinements réels ou supposés, ses projections symboliques majeurs. D’où trois volumes, chacun très gros. Il fallait, de surcroît, transformer le simple repérage en une construction de ces objets en lieux de mémoire. Et l’on débouchait, non pas sur la simple mise à jour d’une catégorie de sujets que l’on serait en droit d’appeler ‘lieux de mémoire’, mais sur une histoire de France par la mémoire, ce que est une tout autre affaire! ”

A história-nação não é o único elo entre história e memória e, portanto, romper a junção não é a única dimensão da independência da história em relação à memória. A efervescência das reivindicações memoriais por vários setores da sociedade também desperta temor por parte dos historiadores em relação à sujeição da história em relação ao culto memorial.

No início da década de 90, François Bédarida, ao escrever o artigo “Le métier d’historien”<sup>68</sup>, alerta sobre o perigo do imperativo memorialista para a pesquisa histórica. A mobilização da história a serviço da memória coletiva, da identidade social ou individual dos cidadãos, estaria levando à exacerbação do processo memorial que produziria a banalização do trabalho histórico. Vinculado à vertiginosa construção de memórias, o método histórico analítico perderia seu rigor científico, pois, ao responder à demanda de velocidade rápida por informações, corre o perigo do nivelamento da escrita histórica à superficialidade midiática. O afrouxamento do método histórico levaria ao risco do anacronismo e de uma banalização grosseira da escrita da história, em que o passado subordinaria o presente por uma demanda política. Contra a desenfreada demanda memorial, Bédarida recorre aos preceitos do método historiográfico vinculado à responsabilidade e à objetividade.

O historiador que denuncia enfaticamente a história imersa nos jogos políticos memoriais é novamente Pierre Nora. Ele questiona quais as relações de poder envolvidas nas supostas demandas memoriais-identitárias. Desde os anos 1980, como analisamos, Nora denuncia a aliança perigosa entre história, memória e nação: “Eu havia denunciado, há mais de vinte anos, na conclusão de *Les Lieux de Mémoire*, os perigos de uma certa ‘tirania da

---

<sup>68</sup> BÉDARIDA, François. 1996.

memória' A memória não é história"<sup>69</sup>. Atualmente, ele continua sua proposta de liberdade para a história em outra frente, desvelando as redes de poder imersas na atual fábrica de memória.

Em *Malaise dans l'identité historique*, Nora historiciza a união recente entre história e memória, afirmando que não foi sempre nociva à pesquisa historiográfica. No breve momento entre os anos 1970 e 1990, a historiografia teria passado por resgate importante de memórias das “minorias” esquecidas. O trabalho de restituir a identidade e fazer justiça às vozes silenciadas do passado é frutífero para a historiografia, desde que feito com independência e responsabilidade; portanto, a pesquisa histórica pôde algumas vezes nesse período promover uma união parcial e produtiva com a memória<sup>70</sup>.

O descarrilamento do encontro profícuo ocorre entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, quando o discurso sobre as identidades e sobre as vítimas do passado se torna soberano e excessivamente militante. Portanto, a pesquisa histórica, que deveria ser objetiva e independente, transforma-se em um instrumento político para grupos interessados em construir um discurso supostamente identitário. Grupos ligados a essas “minorias”, ao se mostrarem cada vez mais agressivos em relação à política memorial, estariam pressionando a historiografia, como afirma Bédarida, para uma “construção memorial tirânica”.

Intenta-se desvelar os jogos de poder envoltos no surto memorial que ameaça o conhecimento histórico. Portanto, a “guerra civil” memorial seria um movimento perigoso de radicalização da utilização da memória interessada em seu uso abusivo e perverso. O

---

<sup>69</sup> NORA, 2005. “J’avais déjà dénoncé voilà vingt ans, dans la conclusion des *Lieux de mémoire*, les dangers d’une certaine ‘tyrannie de la mémoire’. La mémoire, ce n’est pas l’histoire.”

<sup>70</sup> NORA, 2006..

objetivo crítico de Nora é desmascarar a manipulação política e eleitoreira que se utiliza da história para fomentar os jogos memoriais do passado.

O historiador denuncia, por exemplo, o interesse político velado na criação da lei sobre o genocídio armênio – veremos mais de perto a criação das leis na próxima parte. Diferentemente do extermínio dos judeus, em que a França teve participação direta na República de Vichy, o governo não teria motivo aparente para se ocupar do genocídio dos armênios. Nora procura elucidar, portanto, a motivação política camuflada no suposto interesse da França em criar uma jurisdição sobre esse evento do passado. Ele indica uma tentativa feita pelo governo francês de estigmatizar a Turquia, pois, recentemente, o governo deste país iniciou a tentativa de processo de entrada na União Europeia, inserção à qual a França é contrária. A questão das motivações políticas em relação às reivindicações memoriais é muito controversa, e nosso objetivo não é esclarecê-la, pois isso desviaria do tema principal e nos levaria a outro debate.

A multiplicação dos eventos comemorativos no país configura outra faceta dos jogos políticos memoriais contemporâneos. Nora acusa a mídia, sobretudo a televisão, de criar um sensacionalismo acerca desses eventos, destituindo todo valor simbólico e afetivo em relação ao passado que deveriam possuir<sup>71</sup>. As comemorações de acontecimentos históricos deveriam estar ligadas a um ritual de passagem para a sociedade, e ao mesmo tempo a um sentimento de pertencimento tão profundo que estaria próximo de um valor religioso. Inseridas em contexto laico, como é o caso da maioria das nações ocidentais, elas

---

<sup>71</sup>NORA, 2011, La fièvre des médiatiques des commémorations, in *Historien Publique*.

simbolizariam uma conexão íntima com os eventos passados e teriam a função de unificar a identidade de um povo<sup>72</sup>.

Portanto, a comemoração inserida na política memorial atual tem seu sentido de ritual absolutamente perdido. O frenesi atual das multiplicações comemorativas corresponde ao esfacelamento do sentimento coletivo rememorativo que unia a sociedade em torno de um passado comum que inspirava um civismo nacional<sup>73</sup>. Atualmente, as comemorações são uma espécie de pluralidade memorial que abarcam enorme montante de eventos do passado, esvaziados de todo sentido rememorativo. Nora chama esse movimento de “era das comemorações”, em que elas são ao mesmo tempo onipresentes e inoperantes.

As comemorações, portanto, perdem o valor simbólico para ocupar papel central no contexto político contemporâneo de reivindicações políticas do passado, contribuindo para definir identidades em que o ato político de celebrar se inscreve no conflituoso problema político que compreende o resgate das tensões políticas do passado pela sociedade.

É importante enfatizar o olhar dos historiadores para os interesses políticos da reivindicação memorial que estaria dissimulada como sentimento de reconhecimento de identidade e de justiça. Atrás do suposto interesse em fazer justiça do passado, o resgate das identidades dos grupos minoritários estaria articulado a um discurso eleitoreiro e interessado politicamente. A partir dessa ideia, seguiremos para a última parte do primeiro capítulo, em que a “guerra memorial” se mostra mais latente e atual nos debates públicos com o surgimento das leis memoriais.

---

<sup>72</sup> RAYNAUD, Philippe, 1994.

<sup>73</sup> NORA, 2004.

### 1.3 História ou memória? Fronteiras e limites

Atualmente, o debate em torno das leis memoriais desdobra a querela entre história e memória em calorosa discussão pública na França. A problemática acerca da política governamental de regulamentação da interpretação do passado tem forte carga emotiva, pois envolve eventos sombrios da história recente. A rememoração do passado é evocada pelo Estado em diversos níveis: comemorações nacionais, constituição da identidade histórica de grupos “minoritários”, a justa memória como responsabilidade com o passado, memória das vítimas das guerras do século, entre outras formas de trabalho sensíveis à elaboração do passado. Tal acontecimento é acompanhado por ampla reflexão por parte da historiografia contemporânea.

Para situar a discussão, primeiramente descreveremos seu percurso, que se inicia na década de 90 e se desenrola até os dias de hoje. Para tal, recorreremos às principais publicações francesas sobre a temática, como artigos, petições e debates, revistas especializadas, como *Le Debat*, *Esprit*, *Cités*, entre outras, que publicam dossiês sobre a temática; investigamos na associação de “liberté pour l’histoire”, que disponibiliza em seu site uma série de artigos e documentos para consulta pública. Utilizamos a “documentation française” para verificar datas e termos das leis memoriais e das leis de comemoração; por último, consultamos livros e artigos dos principais historiadores que problematizam e se engajam diretamente neste debate público.

Os historiadores são os principais atores do debate que tem como pano de fundo a relação tensa entre memória e história. A avalanche das leis memoriais atinge diretamente nossa problemática, pois expõe os limites entre a pesquisa histórica e a memória coletiva em seu ponto mais delicado: questionar o papel da história e da memória na elaboração de

eventos traumáticos do passado, problematizando os limites entre o papel dos historiadores, da justiça, do dever de memória e da liberdade de interpretação da pesquisa histórica. Portanto, ao expor e analisar o debate entre as leis memoriais, percorreremos e ampliaremos a reflexão teórica, pois neste caso teoria e prática histórica permanecem indissociáveis.

Helenice Rodrigues Silva, em seu artigo *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*”, analisa o momento comemorativo, indicando uma união inevitável entre história e memória:

a memória fragmentada e pluralizada se aproxima da história pela sua ambição de veracidade. Visando, portanto, a uma melhor apreensão das relações passado, presente e futuro, os recentes estudos franceses, nesta área, atestam a *impossibilidade de uma dissociação*, até então admitida, entre a memória e a história<sup>74</sup>. (grifo nosso)

Acreditamos que a perspectiva de parcela de historiadores, como ressaltamos na primeira parte, caminha para a inevitável reconciliação entre memória e história da qual fala Silva. Porém, ao aproximarmos-nos do debate atual, veremos que o mal-estar entre os conceitos está longe de ser apaziguado, e perceberemos que muitos historiadores reclamam até o presente momento a absoluta dissociação e o afastamento das categorias. O debate sobre as leis memoriais evidencia essa tensão permanente<sup>75</sup>.

A partir da década de 1990 o governo francês iniciou uma série de ações legislativas que procuravam censurar certas interpretações sobre o passado. Esse conjunto de leis ficou conhecido como “leis memoriais”. O debate sobre a iniciativa governamental gerou reação calorosa de intelectuais de várias esferas, porém, as leis criaram um mal-estar

---

<sup>74</sup> SILVA, 2002.

<sup>75</sup> Silva publica o artigo em 2002 e o debate acerca das leis ganha força e visibilidade em 2005; portanto, não havia como prever que o conflito entre história e memória se radicalizaria e ganharia novo fôlego.

particular no círculo dos historiadores. Os debates tiveram (e ainda têm) enorme repercussão não apenas nos círculos universitários, mas em vários suportes de comunicação, como televisão, jornais diários, programas de rádio, entre outros.

A primeira lei, chamada “Loi Gayssot”, data de 13 de julho de 1990, e objetivava reprimir atos racistas, antissemitas ou xenófobos, criminalizando toda tentativa de negacionismo e relativismo do holocausto judeu. A lei foi uma reação do Legislativo à emergência de publicações de teses com interpretações negacionistas e revisionistas, em especial as de Robert Faurisson.<sup>76</sup> A partir da iniciativa, outras leis foram criadas reivindicando a criminalização jurídica dessas interpretações dos crimes do passado.

As leis que vieram em sequência foram: Lei de 29 de janeiro de 2001 ou “Loi Armenie”, de artigo único, que reconhecia oficialmente como genocídio o massacre dos armênios em 1925, cometido pelo Império Otomano. A lei de 21 de maio de 2001, conhecida como “Loi Taubira”, designou como “crime contra a humanidade” o tráfico de escravos feitos a partir do século XV pelas nações ocidentais. Em 23 de fevereiro de 2005 surge a “Loi Rapatriés”, que ofereceu reconhecimento legal aos franceses repatriados, mas ao mesmo tempo estabeleceu a obrigatoriedade aos programas escolares em reconhecer e ensinar o papel “positivo” da presença francesa no além-mar, sobretudo na África do Norte.

---

<sup>76</sup> Faurisson foi professor de história em Lyon e autor da tese que sustentava a hipótese de que as câmaras de gás não existiram. O debate começou a ganhar notoriedade quando em 1978 o jornal *Le Monde* publicou seu artigo e iniciou discussão sobre seus argumentos. Com o objetivo de comprovar sua hipótese, supostamente baseada em pesquisa documental, Faurisson elaborou diversos livros, como *Écrits révisionnistes (1974-1998)*, formado por quatro tomos. Essas obras estão conservadas no Hotel de Ville de Paris e não podem ser consultadas sem autorização especial. Contra as teses negacionistas, historiadores do mundo inteiro se manifestaram, mas especialmente Pierre Vidal-Naquet - em seu livro *Les assassines de la mémoire. “Un Eichmann de papier” et autres essais sut le révisionnisme* - e Henry Rousso - que dirigiu um dossiê sobre o negacionismo e o racismo na Universidade Lyon. Faurisson responde em 1980 no livro *Mémoire en défense contre ceux qui m’ accusent de falsifier l’histoire* os ataques feitos pelos historiadores. O debate sobre o negacionismo repercutiu na historiografia, produzindo debates de cunho epistemológico, mas promovendo, sobretudo, uma reflexão ética no trabalho dos historiadores.

O trecho do artigo 4º, que falava desse papel, foi revogado em 15 de fevereiro de 2005, porém essa proposta desencadeou toda a reação crítica em torno das leis memoriais<sup>77</sup>.

A primeira reação contra essas leis foi a petição publicada pelo jornal *Le Monde* no dia 25 de março de 2005: *Colonisation: non à l'enseignement d'une histoire officielle*. Redigida e assinada por especialistas em história das colonizações,<sup>78</sup> a petição condenava qualquer tipo de regulamentação em relação ao ensino de história, sobretudo a obrigatoriedade de incluir no programa escolar o aspecto “positivo” da ocupação. A segunda petição,<sup>79</sup> do dia 12 de dezembro de 2005, marcou a inauguração do movimento “*Liberté pour l'histoire*”. Este último configura o maior e mais significativo movimento de reação contra as leis memoriais. Em resposta, foi lançada em 20 de dezembro, no jornal *20 minutes*, uma contrapetição assinada por 32 intelectuais, dentre eles juristas, historiadores e estudiosos de outras áreas, intitulada “*Ne mélangeons pas tout*”. Esta, apesar de corroborar o repúdio ao artigo 4º da lei de 2005, apoiava a iniciativa do governo de vigilância sobre a constituição da memória coletiva.

O turbilhão de leis acarretou divisão de posicionamento entre historiadores, intelectuais e juristas, e desdobrou-se em um debate público sobre o papel regulador do Estado em relação ao discurso do passado e às fronteiras que delimitam memória e história. Os favoráveis às leis reivindicavam o reconhecimento simbólico de todo sofrimento, em

---

<sup>77</sup> Referências das leis foram consultadas em “La Documentation Française”, disponível em: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/loi-Mémoire/lois-memorieelles.shtml>

<sup>78</sup> Petição assinada por Claude Liauzu, professor emérito na Université Denis Diderot-Paris 7; Gilbert Meynier, professor emérito na Université de Nancy; Gérard Noiriel, professor na EHESS; Frédéric Régent, professor na Université des Antilles et de Guyane; Trinh Van Thao, professor na Université d’Aix-en-Provence; Lucette Valensi, professora l’EHESS.

<sup>79</sup> Petição assinada pelos historiadores Jean-Pierre Azéma, Elisabeth Badinter, Jean-Jacques Becker, Françoise Chandernagor, Alain Decaux, Marc Ferro, Jacques Julliard, Jean Leclant, Pierre Milza, Pierre Nora, Mona Ozouf, Jean-Claude Perrot, Antoine Prost, René Rémond, Maurice Vaïsse, Jean-Pierre Vernant, Paul Veyne, Pierre Vidal-Naquet et Michel Winock.

nome da justiça à memória das vítimas, enquanto a parcela contrária às leis acusava o governo de forjar a oficialização da memória que limita a liberdade de expressão, cerceia a pesquisa do historiador, ameaçando a objetividade “científica” da história.

Dentre as diferentes posições são notáveis a preponderância e a força política do grupo LPH (*Liberté pour l'histoire*). A associação tem grande poder político na França, e a influência de seus historiadores é notada na historiografia de vários países, inclusive do Brasil. Pierre Nora, o presidente atual, é hoje um dos historiadores mais poderosos e influentes da França e se tornou o grande líder da empreitada<sup>80</sup>. O debate de ideias, além da reflexão e da força argumentativa, carrega sempre um aspecto político extradiscursivo que se entremeia entre as alianças e os jogos de poder que não podem ser desconsiderados da análise.

A chamada de 12 de dezembro da LPH postulava cinco princípios fundadores: 1) A história não é religião. Portanto, o historiador não deve aceitar nenhum dogma. 2) A história não é um certo tipo de moral. O historiador não tem o papel de julgar ou condenar, sua função é explicativa e se encaixa fora das questões morais. 3) O historiador não é escravo da atualidade. Deve estar atento às questões do presente, mas não pode se deixar levar pelo anacronismo. 4) História não é memória. O historiador parte de um olhar científico: recolhe os testemunhos, confronta documentos, define objetos e estabelece os fatos, e dessa forma faz uma investigação metodológica do passado. A história tem em conta a memória, mas não se curva a ela. 5) A história não é objeto jurídico; em um Estado

---

<sup>80</sup> Para constatar a força política de Pierre Nora, ver a biografia de François Dosse sobre o historiador e editor: *Pierre Nora, Homo historicus*, Perrin, 2011.

democrático e livre a pesquisa histórica não deve ser regulada por leis determinadas pelo governo<sup>81</sup>.

Os cinco pilares que sustentam o movimento LPH formam um conjunto ‘paradigmático’ que estrutura certa abordagem teórica e metodológica para grande parte da historiografia contemporânea. Os textos de referência escritos por historiadores, como Madeleine Rebérioux, Françoise Chandernagor, Pierre Nora, René Remond, entre outros colaboradores do movimento, apontam todos para a defesa desses pilares.

Sem dúvida, o quarto item é o mais emblemático no que se refere aos argumentos da presente dissertação, ao reafirmar que história não pode ser confundida com memória. Porém, pode-se perceber que os demais pilares, em seus desdobramentos efetivos, levam ao afastamento da pesquisa histórica em relação ao conceito de memória. Portanto, não trabalharemos cada item separadamente, pois a intenção é perceber que o conjunto dessas assertivas forma certa cartilha para a historiografia contemporânea, que sugere forte orientação para a independência da história em relação à memória. Nesse trecho percebe-se a reivindicação conjunta dos cinco pilares:

Atualmente, certos defensores da memória têm a tendência de se mostrar agressivos. Impõem uma memória tirânica, algumas vezes terrorista, particularmente contra a comunidade científica. Historiadores muito sérios, jogados como pastos para grupos de pressão que utilizam cada vez mais a ameaça da lei para ocultar as verdades do que não lhes convém. É preciso impedir que os detentores de tal e tal memória mantenham como refém a pesquisa histórica. Eles exigem que a história os atenda porque projetam as preocupações do presente nos acontecimentos do passado. É o pecado do

---

<sup>81</sup> Liberté pour l’histoire, appel 12 de decembre.

anacronismo que é preciso denunciar. E não é o legislador que pode fazê-lo, mas os historiadores somente<sup>82</sup>.

Os historiadores da LPH apresentam áspera crítica à tentativa da regulação das leis memoriais, na medida em que estas procuravam impor jurisdição e moralização da história. A história como ciência deve estar desprovida de qualquer julgamento moral e se ater a critérios objetivos sem que qualquer força exterior intervenha. O Estado, como instituição reguladora da sociedade, teria a obrigação de julgar e condenar os crimes de racismo, de genocídio, mas não teria absolutamente nenhuma competência para julgar a realidade ou a veracidade das pesquisas históricas, sejam elas sobre a escravidão negra, o genocídio dos armênios, e mesmo os extermínios dos judeus pelos nazistas.<sup>83</sup> O Estado não deveria legislar em nenhuma esfera do conhecimento científico; da mesma forma que não deve deliberar a respeito da teoria da evolução ou das leis da física, não tem autoridade nenhuma para intervir no trabalho do historiador<sup>84</sup>.

O debate das leis memoriais tem inicialmente a França como palco principal, mas a diretiva de 21 abril de 2007 do Conselho da União Europeia leva-o à internacionalização. Nesta, são definidos “xenofobia”, “racismo” e “crimes de ódio”, dentre outros; ela estabelece como objetivo precípua incentivar a criação de leis, por todos os Estados-

---

<sup>82</sup> Nora; 2005; “Aujourd’hui, certains défenseurs de la mémoire ont une tendance à se montrer agressifs. Ils imposent une mémoire tyrannique, parfois terroriste, notamment vis-à-vis de la communauté scientifique. Des historiens très sérieux sont jetés en pâture à des groupes de pression qui utilisent de plus en plus la menace de la loi pour occulter des vérités qui ne leur conviennent pas. Il faut empêcher les gardiens de telle ou telle mémoire de prendre en otage la recherche historique. Ils exigent que l’histoire les serve parce qu’ils projettent les préoccupations du présent sur les événements du passé. C’est ce péché d’anachronisme qu’il faut dénoncer. Et ce n’est pas le législateur qui peut le faire, mais seulement les historiens”

<sup>83</sup> A proposição sobre o negacionismo não é unânime na associação, muitos são contra as leis, mas a favor da criminalização do negacionismo, o que é absolutamente controverso quando se roga a total liberdade de interpretação histórica em relação à regulação do governo. Pode-se questionar essa maior sensibilidade em relação à Shoá pelo grande número de historiadores de origem judaica, inclusive Pierra Nora.

<sup>84</sup> JULLIARD, 2005. “Les poisons de la mémoire”, Le Nouvel Observateur, 22 décembre 2005. Disponível em:

[http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25%3Ajacques-julliard-l-les-poisons-de-la-Mémoire-r&catid=4%3Atribunes&Itemid=4&lang=fr](http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=25%3Ajacques-julliard-l-les-poisons-de-la-Mémoire-r&catid=4%3Atribunes&Itemid=4&lang=fr)

membros, com sanções penais efetivas para infrações racistas e xenófobas, definindo inclusive como crime:

A apologia, a negação ou a banalização pública grosseira dos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra... visando a um grupo de pessoas ou membro de algum grupo definido pela referência de raça, de cor, de religião, de antecedência de origem nacional ou étnica.<sup>85</sup>

A LPH reage à decisão do conselho lançando nova petição: “Appel de bois de 2008”<sup>86</sup>. O novo texto é primeiramente assinado por historiadores de toda a Europa, e em sua lista atual contém assinatura de historiadores de 49 nacionalidades.

Assim, o debate se intensifica e avança para além das fronteiras francesas. Timothy Garton escreve no jornal britânico *The Guardian*<sup>87</sup>, em 16 de outubro de 2008, alertando para o risco que representam as leis memoriais não somente para os franceses, mas para toda a comunidade dos historiadores. O artigo, ao mesmo tempo, promove a explicação dos argumentos da LPH e convida o público e os historiadores ingleses a se vincularem às petições da associação. Na mesma linha escreve o historiador Italiano Luige Cajani<sup>88</sup>, criticando a decisão do Conselho e alertando a comunidade europeia para a possibilidade de as leis memoriais se espalharem por todo o continente. Segundo Cajani, a

---

<sup>85</sup> DÉCISION-CADRE 2008/913/JAI DU CONSEIL du 28 novembre 2008 sur la lutte contre certaines formes et manifestations de racisme et de xénophobie au moyen du droit pénal. Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:328:0055:0058:FR:PDF>

“l’apologie, la négation ou la banalisation grossière publiques des crimes de génocide, crimes contre l’humanité et crimes de guerre, (...)visant un groupe de personnes ou un membre d’un tel groupe défini par référence à la race, la couleur, la religion, l’ascendance ou l’origine nationale ou ethnique...”

<sup>86</sup> Os primeiros historiadores a assinar foram Aleida et Jan Assmann (Constance et Heidelberg), Élie Barnavi (Tel Aviv), Luigi Cajani (Rome), Hélène Carrère d’Encausse (Paris), Étienne François (Berlin), Timothy Garton Ash (Oxford), Carlo Ginzburg (Bologne), José Gotovitch (Bruxelles), Eric Hobsbawm (Londres), Jacques Le Goff (Paris), Karol Modzelewski (Varsovie) Jean Puissant (Bruxelles), Sergio Romano (Milan), Rafael Valls Montés (Valence), Henri Wesseling (La Haye), Heinrich August Winkler (Berlin), Guy Zelis (Louvain). O Appel foi publicado originalmente em 11 de outubro de 2011 no jornal *Le Monde* e está disponível em:

[http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=14&lang=fr](http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=14&lang=fr)

<sup>87</sup>GARTON, 2008.

<sup>88</sup>CAJANI, 2009.

intenção não é somente conter os comportamentos racistas e xenófobos, mas controlar os resultados da pesquisa histórica; ele alerta sobretudo para a difícil aplicabilidade do conceito de “interpretação banalizada”. Pede o esforço dos intelectuais e historiadores para esse impulso da memória oficializada ser freado.

O historiador Robert Badinter, ligado ao grupo LPH, no artigo *Fin des lois mémorielles?*<sup>89</sup>, comemora a decisão<sup>90</sup> do dia 28 de fevereiro de 2012, que declara inconstitucional a criminalização da contestação dos genocídios reconhecidos oficialmente. Junto à decisão, seriam sepultados os supostos anacronismos históricos de sua redação. O parlamento teria cometido grave erro em denominar o massacre contra os armênios de “genocídio” e o tráfico de escravos de “crimes contra a humanidade”. Os termos teriam sido cunhados juridicamente após a Segunda Guerra Mundial, portanto, recorrer a essa terminologia para qualificar acontecimentos anteriores seria julgar o passado com a mentalidade do presente. Ao denunciar o conjunto das leis como espécie de abuso de poder, e seus “erros” de julgamento históricos, Badinter convoca os historiadores a se manterem vigilantes – mesmo com a revogação – a todo e qualquer tipo de intervenção do Estado no trabalho histórico<sup>91</sup>.

A grande maioria dos historiadores é contra a intervenção judicial no que diz respeito à oficialização da memória pelo Estado e à criminalização de certas “interpretações” sobre o passado. Porém, a posição não é consensual, como demonstram a

---

<sup>89</sup> BADINTER, 2012.

<sup>90</sup> Decisão n. 2010-647 dc. Relatório disponível em :

<http://www.lph-asso.fr/images/stories/documents/conseil-constitutionnel-104949.pdf>

<sup>91</sup> Para aprofundamento sobre a refutação por parte dos historiadores em relação a intervenção do Estado, ver o livro de René Remond, *Quand l'état se mêle de l'histoire*. Paris: Ed. Stock, 2006, em que ele endossa todos os argumentos de LPH.

contrapetição citada anteriormente, liderada por Claude Lanzaman,<sup>92</sup> e a posição de historiadores como Gerald Noiriel e Gilles Manceron, favoráveis à intervenção do Estado em relação à construção de memória.

A acusação de anacronismo, por exemplo, é refutável; Manceron defende que a noção de crime contra a humanidade não é tão nova quanto postula Badinter, lembrando a utilização feita por Condorcet, ainda no século XVIII, da expressão “crime contra a espécie humana”, para denunciar a violência do tráfico de escravos.<sup>93</sup> As leis, segundo ele, não são multiplicações da mesma política memorial nefasta ou repetições do mecanismo eleitoreiro; seriam, na verdade, respostas às demandas sociais pelo reconhecimento público de um passado que violentou muitos povos e minorias.

Na mesma linha, Gerard Noiriel afirma não haver nada de escandaloso e absurdo, como argumenta a maioria dos historiadores, na tentativa de o governo criminalizar posições racistas ou xenófobas, como é o caso da *Loi Gayssot*. Os historiadores não detêm o privilégio intelectual e deliberativo sobre toda a memória do passado – eles são responsáveis pela história; outras instituições, como o Estado, ONGs e associações civis igualmente estariam aptas a debater sobre a memória. No se que refere às leis, Noiriel afirma ser direito e dever do Estado velar sobre a memória coletiva e intervir sobre qualquer abuso criminoso contra ela direcionado. Contudo, é absolutamente contra todo tipo de intervenção jurídica quanto ao ensino de história, como o artigo da lei de 2005, que obrigaria os professores a ressaltar os pontos positivos da colonização. O conflito entre

---

<sup>92</sup> Lanzanman é documentarista, diretor de cinema, intelectual presente na cena francesa. Sua militância está ligada ao povo judeu, como ilustra seu documentário *Shoa*, que pretende ser um filme realista de testemunho sobre os sobreviventes do holocausto.

<sup>93</sup> MANCERON, 2008, p. 248.

Nora e Noirel constitui-se divergência política e discordância teórica quanto aos limites e fronteiras da relação entre história e memória.

O *Comité de Vigilance Face aux Usages Publics de l'Histoire* é uma associação da qual Noirel participa, e que tem, de forma geral, como a LPH, o objetivo de criar um espaço no qual os historiadores possam debater as questões relevantes para o conhecimento histórico. Em contrapartida, divergindo da LPH, o texto de referência desse *Comité* deixa clara a discordância na concepção sobre relação entre história e memória nas duas associações.

O texto apenas agrava a confusão entre história e memória, ao invés de elucidar seus aspectos. Não nos parece possível que historiadores, em nome da “liberdade para a história”, se liberem das normas, hoje examinadas pelas maiores instâncias internacionais, que fazem condenações e, ainda mais, da prevenção dos genocídios e de crimes contra a humanidade, uma imperiosa necessidade <sup>94</sup>.

Para esclarecer seu apoio parcial às leis memoriais, Noirel recorre à reavaliação da distinção entre memória e história. A pesquisa histórica deve ser livre de toda intervenção, e como tal se desenvolver unicamente pelos critérios metodológicos dos historiadores profissionais; porém, quando se trata da constituição da memória coletiva e suas possíveis tentativas de manipulação, é função do Estado intervir: “É preciso salientar a distinção entre história e memória... eu defendo a diferença entre história, que explica e busca fazer

---

<sup>94</sup> NOIREL, Gerard; GIRAUD, Michel; OFFENSTADT, Nicolas; RIOT-SARCEY, Michele. “Appel pour une vigilance sur les usages publics de l’histoire” 2009. “Leur texte ne fait qu’aggraver la confusion entre histoire e mémoire, au lieu de clarifier les choses. Il ne nous paraît pas possible que des historiens puissent, au nom de la ‘liberté pour l’histoire’ s’affranchir des normes, aujourd’hui reconnues par les plus hautes instances internationale qui font de condamnation et, encore plus, de la prévention des génocides et de crimes contre l’humanité une impérieuse nécessité”.

compreender, e a memória, que julga”<sup>95</sup>. Essa forma de relacionar os conceitos não implicaria abuso do Estado no que se refere à *Loi Gayssont*, por exemplo. O Estado não estaria interferindo na história, mas resguardando a sociedade da manipulação de memórias, como as teses negacionistas. O inadmissível seria o Estado intervir no método de trabalho e na maneira de os professores ensinarem a história, implicando julgamento não sobre a memória, mas sobre a pesquisa de história. Assim, Noirel faz sua definição final: “Isso volta a introduzir um julgamento de valor em uma disciplina, a história, que é normalmente direcionada para a compreensão e a explicação dos fenômenos. Esta é toda a diferença entre história e memória.”<sup>96</sup>

As leis memoriais movimentam debate intenso com diversas implicações para o ofício do historiador e para uma política de memória. O importante para nosso estudo é ressaltar a amplitude da reivindicação memorial das vítimas e minorias e a extensão do dever de memória em um ponto crítico de uma política pública em torno do tema entre história e memória, que mobiliza grande parte da comunidade de historiadores na França. Buscamos abordar o assunto em seus diferentes pontos de vista, entre associações de historiadores e intelectuais que são contra ou a favor das leis, para demonstrar que a questão que começou em meados do século passado está longe de ser resolvida.

A força dos historiadores liderados por Nora, que rogam pela independência entre pesquisa histórica e as paixões políticas que mobilizam a indústria de memórias, é notável.

---

<sup>95</sup> L'Express, 2 février 2006. *Débat : faut-il abroger les lois mémorielles?* Disponível em : [http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19%3Adebat-jean-pierre-azemagerard-noirel-l-faut-il-abroger-les-lois-memorielles-r&catid=15%3Adebats&Itemid=27&lang=fr](http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=19%3Adebat-jean-pierre-azemagerard-noirel-l-faut-il-abroger-les-lois-memorielles-r&catid=15%3Adebats&Itemid=27&lang=fr) “il faut souligner la distinction entre histoire et mémoire ... je défends la différence entre l’histoire, qui explique et tâche de faire comprendre et la Mémoire qui juge”.

<sup>96</sup>Ibidem. “Cela revient à introduire un jugement de valeur dans une discipline, l’histoire, qui est normalement tournée vers la compréhension et l’explication des phénomènes. C’est là toute la différence entre l’histoire et la mémoire.”

Seu contraponto direto são, mesmo que em minoria, os historiadores que lutam pela manutenção da política memorial, afirmando que o vínculo entre história e memória deve ser reavaliado.

No primeiro capítulo mapeamos a reflexão teórica de uma história aliada à memória, evidenciamos o rompimento entre os dois conceitos e apresentamos a tensão atual, latente e pública, na França, em torno dessa querela. Os conflitos apontados no primeiro capítulo tensionam ao limite a relação entre história e memória no sentido epistemológico e pragmático, o que nos permite partir para outro empreendimento, na companhia de Paul Ricœur e Michel Foucault.

## CAPÍTULO 2

### PAUL RICŒUR E A HISTÓRIA ALIADA À MEMÓRIA

O tempo, senhor, tem um bernal às costas  
Onde coloca esmolas pelo esquecimento,  
Esse gigantesco monstro de ingratidão  
Tais migalhas são boas ações passadas, devoradas  
Tão logo praticadas, esquecidas tão logo  
Realizadas

Shakespeare

#### 2.1 Os historiadores e Ricœur

Paul Ricœur é hoje um dos filósofos mais referenciados pelos historiadores. Desde suas primeiras obras, como *História e Verdade* (1955), sua reflexão se direciona para o estatuto do conhecimento histórico. Porém, é a partir da década de 1980, em *Tempo e Narrativa* (1983 a 1985) e depois em *A Memória, a História e o Esquecimento* (2000), que ele passa a ser um dos filósofos mais influentes para a teoria da história contemporânea. Sua profunda erudição para tratar a problemática do conhecimento histórico e sua acolhida em larga escala pelos historiadores representa uma importante abertura para o debate aprofundado sobre a teoria da história.

O seu “descobrimento” tardio pelos historiadores pode ser explicado por diversos fatores. A filosofia de Ricœur até a década de 1980 destoava da perspectiva dominante no amplo universo da academia francesa e seu isolamento estaria ligado à atmosfera intelectual vigente no período, como afirma Dosse: “Nos anos 1950 e 1960, assiste-se ao sucesso de uma tese fisicalista, objetivista, com o triunfo progressivo do estruturalismo terreno quase impenetrável para a hermenêutica Ricœuriana”<sup>97</sup>. A pesquisa histórica também estava às

---

<sup>97</sup> DOSSE, 2001, p. 74

voltas com a abordagem predominante da época, nesse momento seu grande representante era Fernand Braudel promovendo a “história imóvel”, na qual prevalecia o tempo da longa duração, das grandes estruturas. A história estrutural se alia às ciências sociais em detrimento da filosofia, sobretudo a fenomenologia-hermenêutica como projetava Ricœur.

Alguns acontecimentos factuais unidos à sua proposta filosófica marginal naquele momento podem ajudar a esclarecer o deslocamento de Ricœur no ciclo intelectual francês. Nos anos 1960, Ricœur lançou o livro *Ensaio sobre Freud* após assistir a um seminário de Jacques Lacan sobre o psicanalista. Este livro foi acusado de plágio por Lacan, e esta acusação o desmoraliza perante a comunidade acadêmica. Apesar de Ricœur apresentar sua defesa, Lacan era uma das grandes estrelas do pensamento francês naquele momento, sendo praticamente impossível reverter a situação. Após esse mal-estar, Ricœur foi lecionar na Universidade de Paris-Nanterre, e em 1969 foi eleito seu diretor. Porém, encontrou-se mais uma vez em uma delicada situação: a manifestação e a agitação do movimento estudantil. Em um conflito com os estudantes, optando por uma solução conservadora, o então diretor chamou a polícia para “pacificar” a situação, e esse posicionamento não foi perdoado pelos estudantes, que o hostilizaram, chegando inclusive a arremessar-lhe uma lata de lixo. No que diz respeito a este estudo, a última baixa de Ricœur é ainda mais emblemática pois envolve exatamente uma derrota no âmbito de sua proposta intelectual. Em 1969 decide concorrer à vaga de Jean Hyppolite no *Collège de France*. Seu adversário: Michel Foucault! Personagem que estava no auge da fama, devido à venda e comentários referentes aos livros *As palavras e as coisas* e *A história da Loucura*, e à sua participação ativa nos

protestos de Maio de 68.<sup>98</sup> Em resultado não surpreendente, Foucault foi eleito para assumir a cadeira. Após esses fracassos, Ricœur passa a lecionar em outras universidades, inclusive norte-americanas, para desenvolver suas pesquisas<sup>99</sup>.

Duas críticas eram recorrentes ao pensamento do filósofo: a primeira diz respeito à sua “condição” de leitor, pois para muitos críticos Ricœur não elaborou uma filosofia autêntica, sendo apenas um “bom leitor”. Essa posição rebaixada excluiria sua condição de filósofo, já que seu papel seria de um mero figurante, um comentador sagaz de grandes obras e autores, mas não teria nada de novo a acrescentar à tradição filosófica. A segunda remeteria à sua condição de pensador cristão. Afinal, na filosofia contemporânea francesa não há abertura para crenças e dogmatismos religiosos.<sup>100</sup> Ricœur foi então acusado de misturar filosofia e religião, estigma grave para um ciclo filosófico que pretendia se livrar das velhas crenças ligadas à tradição cristã. Ricœur é então tachado como um teólogo que se ocupa de filosofia<sup>101</sup>.

Esse ambiente de hostilidade para com sua obra muda radicalmente nos anos 1980. A abordagem estruturalista, que reinava quase absoluta na França até o final dos anos 1960, perde sua soberania, abrindo espaço para outras perspectivas, como os estudos pós-

---

<sup>98</sup> Sobre esse mesmo fato os biógrafos François Dosse e Didier Eribon têm interpretações completamente diferentes. O concurso aberto é postulado por três concorrentes que apresentam propostas diferentes para a criação da nova cadeira do Collège de France, sendo eles: Paul Ricœur com a “Filosofia da Ação”, Michel Foucault defendendo a “história dos sistemas de pensamento” e Yvon Belaval propondo a “história do pensamento racional”. Foucault vence com a maioria absoluta dos votos, o resultado final entre os 46 votos são: 35 para Foucault, 20 para Ricœur, 9 para Belaval e 2 em branco. Estes são os fatos. A interpretação de Dosse é de que Ricœur foi “jogado aos leões”, pois o “banquete estruturalista” tinha se instalado no Collège de France, portanto a candidatura de Foucault já estava encaminhada. Eribon ridiculariza a opinião de Dosse dizendo que George Dumezil estava aposentado, Lévi-Strauss não votou em Foucault, Roland Barthes ainda não havia sido eleito pelo colégio, Vuillemin estava longe de ser estruturalista e por fim Hyppolite era um hegeliano existencialista. Essa divergência entre os biógrafos reflete a divergência entre os biografados.

<sup>99</sup> REIS, 2011.

<sup>100</sup> Para ver as críticas dos pressupostos cristãos da filosofia de Ricœur, ver Bouchindhomme, Cristian : “limites et présupposés de l’herméneutique de Paul Ricœur” em Temps et récit en débat ; e Badiou, Alain: Le sujet supposé chrétien de Paul Ricœur. À propos de La mémoire, l’histoire, l’oubli. In: Élucidations, Navarin, 2003.

<sup>101</sup> REIS, 2011, p. 236

estruturalistas – de certa forma herdeiros do estruturalismo –, e para análises mais reflexivas, que retomam uma filosofia do sujeito como a hermenêutica de Paul Ricœur. Com a abertura para uma mudança de paradigma, somada à potência intelectual de Ricœur demonstrada em *Tempo e Narrativa*, a publicação dos três tomos teve uma grande repercussão e Ricœur se estabelece então definitivamente como um dos mais importantes filósofos franceses contemporâneos.

Éric Vigne aponta alguns aspectos relevantes da apropriação contemporânea de Ricœur pelos os historiadores. Um deles é a aproximação institucional dos pesquisadores do Instituto do Tempo Presente da *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS), que tomam Ricœur como umas das grandes referências filosóficas para seus estudos históricos e se dedicam em seus seminários ao estudo de suas obras fundamentais. Outro seria relativo à escrita do filósofo que, a partir de *Tempo e Narrativa*, desloca a natureza de seu pensamento para se aproximar da historiografia, facilitando o debate com os historiadores. Por último, um alinhamento do debate epistemológico apresentado pelo filósofo nos dois livros aos grandes impasses teóricos historiográficos contemporâneos<sup>102</sup>.

Alguns historiadores têm uma importância especial na recepção de Ricœur em seu círculo. Roger Chartier e Michel de Certeau foram essenciais nesse aspecto, pelo pioneirismo em abordar a obra do filósofo. Certeau foi, segundo Dosse, em um debate em 1984 sobre *Tempo e Narrativa*, o primeiro a interrogar Ricœur sobre sua intervenção no trabalho do historiador. Este questionamento formulou-se em quatro pontos: “o problema do eclipse do acontecimento, sua correlação com registros diferentes por natureza, as relações entre narrativa e o processo explicativo, e a intencionalidade histórica”<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> VIGNE, 2006, p.30

<sup>103</sup> DOSSE. 2001, p.73

Chartier participa de um debate<sup>104</sup> em 1987, também sobre *Tempo e Narrativa*, quando elogia o filósofo apontando duas grandes virtudes de seu trabalho que o tornam essencial para a reflexão do historiador na atualidade. A primeira consiste em inscrever a escrita histórica inelutavelmente na forma narrativa, já que nem mesmo a história pretensamente mais estrutural, como a de Braudel, jamais deixou de o ser. A segunda deriva da primeira, e implica a distinção entre narrativa histórica e narrativa de ficção, pois a história, mesmo sendo de natureza narrativa como a literatura, jamais pode perder sua particularidade epistemológica<sup>105</sup>.

François Dosse, historiador vinculado ao *Institut d'histoire du temps présent*, é um dos maiores responsáveis atualmente pela divulgação entre os historiadores do trabalho filosófico de Ricœur. Dosse é biógrafo do filósofo em *Paul Ricœur: les sens d'une vie*, além de produzir inúmeros artigos e livros comentando suas obras. Em *Paul Ricœur revoluciona a história*, Dosse afirma que pelos pontos suscitados em *Tempo e Narrativa* Ricœur insere seu nome definitivamente como referência para a teoria da história e que a comunidade de historiadores não poderia ficar muito tempo indiferente ao que foi apresentado pela publicação da trilogia de Ricœur<sup>106</sup>.

Com a mudança de configuração intelectual e a inserção de Ricœur a partir da década de 1980, o pensamento Ricœuriano se sedimenta nas reflexões teóricas do conhecimento histórico. Possivelmente esta grande e boa recepção dos historiadores a *Tempo e Narrativa* o aproximou ainda mais do conhecimento histórico e da historiografia. Esse fato pode explicar sua imersão profunda nas tensões próprias da historiografia

---

<sup>104</sup> Chartier participa do debate “histoire et fiction” sobre *Tempo e Narrativa* organizado pela revista *Esprit* em junho de 1987 em Beaubourg .

<sup>105</sup> VIGNE, 2006, p.34

<sup>106</sup> DOSSE, 2001, p.72

contemporânea em *A Memória, a História e o Esquecimento*. Entre os historiadores adeptos ou críticos a sua obra, Ricœur é hoje uma leitura de referência para a teoria da história.

A obra de Ricœur é vasta e abarca diversos campos disciplinares, como o direito, a ética, a linguística, a teologia, a história, entre outros. Intenta-se nessa parte da dissertação apresentar de modo geral quais são as bases da filosofia do autor e como a história é fundamental para a composição de sua hermenêutica.

A tradição do pensamento ocidental é fundamental para a constituição da filosofia de Ricœur. O “método” de seu trabalho filosófico é promover, a partir da confrontação entre pensadores da tradição ocidental, uma mediação entre os múltiplos argumentos. Ele parte desde os filósofos antigos como Platão e Aristóteles, passando por Santo Agostinho e Husserl, até a filosofia analítica contemporânea. Os infindáveis interlocutores tornam a escrita de Ricœur densa, erudita e algumas vezes hermética. Sua intenção ao fazer dialogar esses pensadores é se apropriar das leituras divergentes para criar, ao seu modo, uma mediação, ou uma terceira via que configura sua própria saída filosófica.

Jean Marie Gagnebin e David Pellauer localizam duas “fases” da obra de Ricœur, a primeira onde imperava a fenomenologia e a segunda movida por uma guinada interpretativa, fundamentando sua “fase” hermenêutica. Ricœur, porém, afirma não “abandonar” a fenomenologia, ela faz parte de seu percurso filosófico: “o que arruinou não foi a fenomenologia, mas uma de suas interpretações, a saber, sua interpretação idealista pelo próprio Husserl”<sup>107</sup>. Sua crítica à fenomenologia é parcial, localiza-se na faceta idealista husseliana, mas conserva a máxima da intencionalidade de que consciência não é em *si*, mas é sempre consciência *de* alguma coisa. A fenomenologia que pretende ser

---

<sup>107</sup> RICŒUR, 1989, p. 49

consciência *de* é mediada pelo mundo, pela experiência, e necessita da linguagem para interpretar os signos, e nesse sentido ela carece da hermenêutica para completá-la.<sup>108</sup> “Por um lado, a hermenêutica edifica-se com base na fenomenologia e preserva aquilo de que, no entanto, ela se afasta: a fenomenologia permanece o inultrapassável pressuposto da hermenêutica. Por outro lado, a própria fenomenologia não pode executar o seu programa de constituição sem se constituir numa interpretação da vida do ego”<sup>109</sup>.

Ao falar do enxerto fenomenológico da hermenêutica irrompe a importância da interpretação histórica:

É este gesto filosófico que a hermenêutica prolonga na região que é a sua, a das ciências históricas e, mais amplamente, a das ciências do espírito. O vivido que ela procura trazer à linguagem e elevar ao sentido é a conexão histórica mediatizada pela transmissão dos documentos escritos, das obras, das instituições, dos monumentos que tornam presente para nós o passado histórico. Aquilo a que nós chamávamos de “pertença” não é mais do que a aderência a este vivido histórico, aquilo que Hegel chamava a “substância” dos costumes. Ao “vivido” do fenomenológico corresponde, na hermenêutica, a consciência exposta à eficácia histórica. É por isso que a distanciação hermenêutica é para a pertença o que, na fenomenologia a *epoché* é para o vivido<sup>110</sup>.

Ricœur exalta claramente a importância da compreensão histórica como um mediador necessário ao reconhecimento da consciência. A hermenêutica, incorporada à fenomenologia, intenta dar densidade à interpretação dos signos linguísticos do mundo e da experiência vivida. A expansão da consciência em direção ao conhecimento necessita sair de si para se reconhecer através do mundo exterior. Esse percurso para fora de si imputa a importância da compreensão da experiência do homem no tempo que é próprio da natureza do saber histórico.

A crítica à fenomenologia nos anos 1950 e 1960 é generalizada. Michel Foucault atrela a falência dessa abordagem à sua incompetência em tratar a filosofia da linguagem

---

<sup>108</sup> REIS, 2011.

<sup>109</sup> RICŒUR, 1989. p.50

<sup>110</sup> RICŒUR, 1989, p. 67-68

em ascensão e sobretudo à impossibilidade analítica da fenomenologia para lidar com o conceito de inconsciente. A questão que se colocava era em quais termos iria se transpor a fenomenologia. Foucault esboça um pequeno esquema em que mapeia o quadro de oposição em que se encontra a filosofia francesa naquele momento: de um lado o pensamento freudiano, estruturalista e marxista e, de outro, a fenomenologia.<sup>111</sup>

Como cita Foucault, Ricœur nunca foi marxista e – como veremos abaixo – faz um uso instrumental do estruturalismo, estando mais próximo de Freud. Em 1961 e 1962 ele promove conferências sobre o psicanalista, publicadas em 1965 com o título de *Da interpretação: Ensaio sobre Freud*. Porém, Ricœur extrapola o esquema de Foucault e sua postura para preencher as lacunas da análise fenomenológica vai além de um alinhamento à psicanálise, inscrevendo sua crítica na tradição hermenêutica.

Foucault afirma que sua saída também não está vinculada a nenhuma dessas proposições – freudiana, estruturalista ou marxista. Apesar do seu nome por um tempo ter sido vinculado aos estruturalistas, como explicitará o próximo capítulo, ele, para escapar desse quadro – montado por si mesmo, se alia a uma herança Nietzscheana da história. Entretanto, sua recusa à fenomenologia não é parcial como a de Ricœur, e é enfática: “para mim, o problema foi um pouco colocado em termos análogos àqueles que evocam absolutamente tudo para eles: um tema do tipo fenomenológico, trans-histórico é capaz de levar em consideração a historicidade da razão?”<sup>112</sup>

Ricœur, ao escolher a via hermenêutica, caminha na contramão da maioria dos filósofos, sociólogos, antropólogos e historiadores da França, que se vinculam

---

<sup>111</sup> FOUCAULT 2001 (II), p.1254

<sup>112</sup> FOUCAULT, 2001(II) p. 1255 ; “por moi, le problème s’est un peu posé dans des termes analogues à ceux que évoques tout à tout a leur : est-ce qu’un sujet de type phéménologique, transhistorique est capable de rendre compte de l’historicité de la raison?”

majoritariamente à abordagem estruturalista. Ao seu estilo, Ricœur não recusa a contribuição que a análise estrutural pode dar à filosofia, mas ao mesmo tempo não aceita todos os princípios que essa abordagem postula.

Ao refletir sobre o paradigma estruturalista, ele não pretende recusar todos os seus preceitos; apesar de suas sérias reservas com certas proposições, sua intenção não era escrever seu obituário. A proposta era apontar as limitações do estruturalismo, sobretudo quando ele pretende se elevar a uma análise universal<sup>113</sup>. O perigo está em transformar um método de pesquisa que pode ser útil numa filosofia estruturalista que se perde pela sua aspiração totalizante<sup>114</sup>.

O método estrutural está muito próximo das análises de fenômenos inertes, resultando na maioria das vezes em uma insuficiência para tratar questões das sociedades quentes e históricas. Esta formulação negativa sobre o método tem um lado positivo, pois ele se torna bastante adaptável ao estudo de sociedades frias, sem história. Ricœur sugere essa adequação, pois as análises estruturais estariam mais apropriadas pra avaliar as sociedades geridas por um tempo cíclico, um tempo mítico, e portanto mais inertes e sincrônicas. Ao transpor este método para as sociedades modernas, nas quais a relação é pautada pelos pares tradição-evento, diacronia-sincronia, perde-se consideravelmente o fôlego. As sociedades totêmicas são extremamente vulneráveis aos efeitos da diacronia e sua própria história mítica está a serviço da estrutura fixa, contra a novidade do acontecimento. Diferentemente, nas sociedades históricas, o conteúdo e a semântica são

---

<sup>113</sup> Nesse ponto Ricœur intensifica a crítica e se direciona diretamente à Lévi-Strauss em *O pensamento selvagem*. Para Ricœur, Lévi-Strauss opera uma sincronia desmedida, uma generalização ousada do estruturalismo ; todo um pensamento, considerado globalmente, se torna objeto de investigação. Nesta análise não há selvagens, não há mentalidades primitivas. (RICŒUR, 1998. p.40) O hermeneuta aponta para uma necessidade de encontrar limites para a abordagem, os quais Lévi-Strauss ultrapassa seriamente.

<sup>114</sup> Ricœur define o livro *O pensamento selvagem*, de Lévi-Strauss, como o maior exemplo dessa pretensão estruturalista de totalidade.

mais complexos, desfavorecendo o método estrutural. O estruturalismo desconsidera o mais importante nas sociedades atuais: o tempo e a história.

O estruturalismo conecta o sentido à estrutura, retirando-o do fundamento do sujeito, como tradicionalmente era tratado. Cria-se, assim, uma inversão da relação que Ricœur entende como “sentido”. O sujeito para o filósofo é um *si*, “eu reflexivo”, afirma-se sua confiança no ser em agir com razoabilidade, responsabilidade e com certa autonomia; portanto, o sentido só poderia se dar *no* e *pelo* sujeito. Enquanto os estruturalistas o tomam como uma posição dentro da rede estrutural, em Ricœur ele é dotado de uma essência particular: o sentido da ação e da compreensão está no sujeito, que age e atua, sendo produtor inclusive da estrutura social. Nesta chave de entendimento, o sujeito não é determinado pela estrutura, mas é tanto seu construtor como constituído por ela.

Ao expor e transpor os limites da fenomenologia e do estruturalismo, Ricœur recoloca a história como necessária para a compreensão da consciência de si e do mecanismo social. A fenomenologia, ao se fechar em uma perspectiva idealista, perde a capacidade de absorver para a consciência a historicidade dela própria. E o estruturalismo, ao ignorar as mudanças e transformações da sociedade, valoriza demasiadamente a sintaxe em detrimento da semântica e do conteúdo histórico.

A obra filosófica de Ricœur é enorme, perpassa quase todo o século XX, movimentando diferentes abordagens teóricas e comporta a discussão entre muitos filósofos diferentes, absorvendo parte de suas ideias (“Ricœur antropofágico”). Apesar de sua vastidão, seus escritos são dotados de certa unidade ou pelo menos de continuidade<sup>115</sup>. Portanto, é possível reconhecer em seu percurso um fio condutor, em que uma problemática sempre alavanca outras, fazendo com que um estudo se ligue a outro. Nenhum estudo pode

---

<sup>115</sup> PELLAUER, 2009.

esgotar-se em si, deixa-se sempre uma lacuna, e a partir dessas fissuras inevitáveis de um projeto filosófico Ricœur inicia nova pesquisa. Quanto à reflexão sobre a história ao longo de seu pensamento, não acontece diferente: ela certamente evolui, muda o enfoque, mas mantém certa coerência, o mesmo fundo desde os primeiros escritos.

*Tempo e narrativa* elaborava uma “poética da narrativa” dividida entre a ficção e a história a fim de resolver uma aporética da temporalidade; *A Memória, a História, o Esquecimento* constrói uma epistemologia da história em diálogo com uma fenomenologia da memória. O horizonte não mudou desde a *História e Verdade*, por assim dizer: uma ontologia do ser histórico. Ele dita uma proposição essencial aos olhos de Ricœur<sup>116</sup>.

A filosofia de Ricœur é uma hermenêutica de uma via longa que necessita das estâncias mediadoras do mundo, nesse sentido a história é um suporte necessário e privilegiado.

---

<sup>116</sup> VIGNE, 2006 p.37 “Temps et récit élaborait une ‘poétique du récit’ partagée entre la fiction et l’histoire afin de résoudre une aporétique de la temporalité ; la Mémoire, l’Histoire, l’Oubli bâtit une épistémologie de l’histoire en dialogue avec une phénoménologie de la mémoire. L’horizon n’a pas changé depuis Histoire et vérité, pour ainsi dire : une ontologie de l’être historique. Il dicte une proposition essentielle aux yeux de Ricœur.”

## **2.2 Tempo e Narrativa: o círculo hermenêutico**

Após definirmos as bases filosóficas que dão suporte ao olhar de Ricœur para a análise da história, podemos entrar na questão mais estreita da relação do saber histórico com a memória. O objetivo de Ricœur não é equiparar os conceitos, mas diferenciá-los articulando suas funções. Essa articulação não é simples; os problemas formulados por esse par são de diversas naturezas e para confrontá-los é preciso fazer certos desvios, que na verdade são caminhos necessários para compreender epistemologicamente a complexidade da relação conflituosa que se instaurou no século XX – como se demonstrou no primeiro capítulo. Nesta segunda parte, intentamos articular narrativa histórica e identidade em torno da construção do círculo hermenêutico. Pretende-se mostrar como a sedimentação da história no discurso narrativo tem consequências epistemológicas e ontológicas para o saber histórico.

Para este objetivo, focalizaremos três questões: 1) A história como narrativa enraizada no círculo hermenêutico e sua especificidade em conformar o tempo vivido no tempo cósmico. 2) A especificidade da escrita histórica em falar do que “efetivamente” aconteceu, configurando um dos elementos essenciais para a formação da identidade coletiva e pessoal. 3) A propriedade da narrativa em constituir a identidade pessoal.

A historiografia, que pretende ser uma escrita que restitui as identidades através do reencontro com o passado, obtém em Ricœur um respaldo e um apoio. A recomposição da identidade, do reconhecimento do sujeito e da sociedade através da escrita da história, atribui ao ofício do historiador um elo forte com a memória. Elas se unem em torno da necessidade de reconhecimento do tempo vivido em direção a um enraizamento do ser no mundo. Portanto, a refiguração temporal da escrita, como propriedade de compor a

identidade pessoal e também coletiva, tem função de iluminar as memórias públicas e privadas.

O primeiro a se pronunciar a respeito do retorno da narrativa e de suas implicações foi Lawrence Stone em 1979<sup>117</sup>. Após longo período rejeitada pela história estrutural, a narrativa é recuperada como forma primordial da escrita da história. Stone aponta algumas causas possíveis para esse retorno: o modelo determinista econômico das grandes análises quantitativas não resolveu boa parte das problemáticas históricas, levando a uma desilusão generalizada e instigando os historiadores a buscar outros caminhos explicativos. Nesse sentido, eles foram levados a reconhecer que a cultura e a vontade do indivíduo, assim como as questões estruturantes, são variáveis fundamentais para a explicação em história. Modifica-se, então, o olhar para a análise do processo histórico, onde a cultura do grupo e mesmo a ação do indivíduo podem ser agentes potenciais tão importantes quanto as forças impessoais da produção material<sup>118</sup>.

A narrativa volta de forma renovada à escrita dos historiadores, ela não é mais a velha narrativa histórica que se preocupava com os “grandes” homens e grandes acontecimentos. “A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica e seu enfoque central diz respeito ao homem e não às circunstâncias”<sup>119</sup>. A conclusão a que se chega é que a narrativa é a natureza discursiva da escrita histórica, modalidade afetada pelo conteúdo e pelo método. Ricœur analisa esse retorno em *Tempo e Narrativa* com rigor filosófico e

---

<sup>117</sup> O texto foi publicado originalmente na revista *Past and Present*, vol. 85, nov. 1979, pp. 3-24.

<sup>118</sup> STONE, 1991, p.19

<sup>119</sup> STONE, 1991 p. 14

profundidade sobre as questões internas à historiografia. Se a volta da narrativa carece de reflexão teórica e metodológica, Ricœur as oferece em seu livro de três tomos.

Primeiramente, Ricœur lança ao pensamento filosófico uma teoria geral da narratividade, que atribui à história e à ficção, em partes iguais, a função de configurar a temporalidade humana. Ao tecer um enredo, a narrativa organiza os acontecimentos, aparentemente dispersos, fazendo surgir uma intriga lógica e interna ao texto, que atribui sentido aos eventos exteriores e à aparente dispersão do mundo agido; cria-se a *síntese do heterogêneo*<sup>120</sup>. Ricœur, para resolver a problemática da função narrativa, entrecruza a potencialidade organizadora da poética em Aristóteles e a questão do tempo em Agostinho<sup>121</sup>. A pergunta filosófica sobre o tempo, que perpassa toda a história da filosofia, se resolve em Ricœur de forma indireta.<sup>122</sup> Não é possível responder à pergunta “o que é o tempo?”. Assim, a solução é abordá-lo a partir da sua figuração narrativa das experiências humanas. Portanto, essa é a maior função da narrativa, a saber, dar sentido à experiência humana. Uma terceira temporalidade é criada, como uma “inovação semântica”, que vai do tempo vivido ao tempo da escrita para elaborar um terceiro tempo: “o tempo narrado”<sup>123</sup>.

Pela mediação entre tempo e escrita, a narrativa temporaliza a experiência vivida. A tríplice mimese é o esquema hermenêutico que Ricœur elabora para esclarecer a função de configuração e reconfiguração do tempo na escrita. Esta é a tese central de *Tempo e*

---

<sup>120</sup> Essa noção de inteligibilidade característica da “consonância dissonante” possibilita a operação da síntese do heterogêneo; Ricœur se apropria das leituras da *Poética* de Aristóteles para trabalhar essa noção. Para uma leitura mais detalhada ver: *Tempo e Narrativa* Tomo 1 : A composição da intriga, uma leitura da Poética de Aristóteles.

<sup>121</sup> Para análise das aporias do tempo, Ricœur se debruça nas reflexões de Agostinho sobre a distensão do tempo. O ser no mundo está inelutavelmente no tempo, e por isso não se encontra nunca consigo mesmo; sua identidade está distendida no devir. Esse desencontro de si pela condição temporal do homem causa a angústia do ser no tempo. Ricœur encontra na associação do tempo de Agostinho com a intriga aristotélica a saída para essa aporia temporal do homem.

<sup>122</sup> Sobre a questão do tempo da história da filosofia ver: REIS, José Carlos. *História: a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.

<sup>123</sup> RICŒUR, 2010b(I).

*Narrativa.* O círculo é composto de três fases miméticas: M1 é o campo prático, o mundo da ação. Todas as funções narrativas já estão imbricadas nessa fase, esta assim é o mundo da ação prática, já conformada e vivida pela linguagem, e por isso pode ser considerada um quase texto. M2 é o momento da escrita da tessitura da intriga, em que o autor, na forma histórica ou ficcional, exprime, em forma de texto, as experiências de M1. Finalmente, M3 é o mundo do leitor, que ao ler a configuração feita pelo autor em M2 adentra o círculo. O leitor é peça fundamental, pois o sentido de texto se completa somente na leitura; sem a recepção, a escrita se torna texto morto, é o leitor quem dá sentido aos textos escritos. O círculo não é fechado, dessa forma não termina no leitor, mas recomeça nele. O leitor modificado pela experiência da leitura retorna à M1, volta ao mundo onde o círculo recomeça. Este círculo da experiência hermenêutica de Ricœur tem a forma de um espiral e não fecha em si mesmo<sup>124</sup>.

Esse esquema abarca a hermenêutica do texto e da narratividade em geral, porém a narrativa histórica tem sua especificidade: de reinscrever o tempo vivido no tempo cósmico. O historiador tem a função de organizar a experiência vivida no tempo na narrativa. A confecção da intriga possibilita apreender o tempo humano em dispersão para efetuar a reinscrição na sua especificidade histórica. Nesse sentido, o pesquisador precisa se apoiar em três “conectores”, determinados por Ricœur: o calendário, a sucessão de gerações e os rastros. Esses conectores são os artifícios que sustentam a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico, possibilitando a criação de um terceiro tempo propriamente histórico.

O calendário seria a primeira ponte lançada; ele possibilitaria ordenar o tempo das sociedades e dos homens, criando um tempo cronológico comum, socializado,

---

<sup>124</sup> RICŒUR, 2010b (I)

estabelecendo-se um repertório de medida no qual o historiador se apoia. Ele se aproxima do tempo físico, linear, mensurável, objetivo. No entanto, os calendários não são determinados apenas por questões objetivas. O momento fundador, axial, foge à simples correlação com o tempo físico, pois é marcação determinada e dotada de significado psicológico. “O tempo físico e o tempo psicológico fornecem um duplo esteio para o tempo crônico que configura o calendário”<sup>125</sup>. A sequência de gerações é observada na relação anônima entre os contemporâneos, predecessores e sucessores. Seria a linha temporal que liga as gerações, espécie de cadeia de memória. O encadeamento das gerações provoca sentido de continuidade histórica, de tradição e de inovação, ligação entre o tempo privado e o tempo público.<sup>126</sup>

A reflexão sobre o documento é, neste estudo, ponto de inflexão. A pesquisa histórica depende estritamente dos documentos, da prova, da testemunha; são eles, segundo Ricœur, que contam ao historiador sobre o que realmente aconteceu, que ligam o discurso histórico à experiência vivida. Entretanto, a noção de rastro apresenta em si um paradoxo: ele mostra a marca e a coisa marcada, o vestígio está presente, visível, mas por outro lado não indica quem ou o que o marcou, por isso ele é presente como marca e ausente em relação ao agente que o marcou. Nessa lacuna, nessa ausência, entra a interpretação do historiador, pois este deve trabalhar com a incompletude do rastro, dotando-o de sentido e significado.

Os três conectores, que permitem ao historiador reinscrever o tempo vivido no tempo cósmico, marcam as especificidades e qualidades da narrativa propriamente histórica. A história configura, para Ricœur, um mediador essencial para inserir o sujeito

---

<sup>125</sup> RICŒUR, 2010b (III), p.177

<sup>126</sup> RICŒUR, 2010b (III), p.185

dentro da coletividade em sua história. Porém, a mediação nunca é total, a explicação completa é impossível, ela é sempre parcial e o “círculo” hermenêutico que tem a forma de espiral permanece em eterna construção. Por essa perspectiva não totalizante, Ricœur anuncia no fim de *Tempo e Narrativa* sua renúncia à filosofia de Hegel<sup>127</sup>. A história total hegeliana proclama o espírito universal, o movimento único da marcha para o progresso, onde se fundem história e humanidade em uma mesma direção. A história, nesse sentido universalista, só pode ser operada pelos filósofos e não pelos historiadores. “A única ideia que a filosofia traz é a simples ideia da Razão - a ideia de Razão governa o mundo e, por conseguinte, a história universal também se desenrolou racionalmente”<sup>128</sup>.

A ruptura de Ricœur com a razão iluminista da história<sup>129</sup> é efetiva, contudo, mais moderada que as filosofias desconstrutoras da história. O abandono de Hegel é essencial para uma filosofia renovada, mas ao mesmo tempo o hermeneuta rejeita a ruptura, o esfacelamento completo da descontinuidade histórica operada por Michel Foucault. Ao propor a função hermenêutica de mediação do saber histórico, Ricœur pretende não recair na destruição do sentido histórico, e para isso ele se apropria das categorias de Koselleck: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Essas categorias proporcionam uma continuidade do sentido, um diálogo do passado com o presente em direção ao futuro, que promove um suporte temporal para a condição de possibilidade da escrita da história. “Portanto, caso se admita que não há história que não seja construída pelas experiências e pelas expectativas de homens que agem e sofrem ou, ainda, que ambas as categorias tomadas conjuntamente tematizam o tempo histórico, supõe-se que a tensão entre horizonte

---

<sup>127</sup> Ricœur reafirma essa posição no artigo publicado pela *Esprit*, “Hegel aujourd'hui”, *Esprit*, 2006/3 Mars/avril, p. 174-194.

<sup>128</sup> HEGEL, apud Ricœur, 2010b (III), p. 344

<sup>129</sup> Consideramos, junto a José Carlos Reis em seu livro *História da consciência histórica ocidental: Hegel, Nietzsche e Ricœur*, que Hegel promove o mais radical projeto sob as bases iluministas.

de expectativa e espaço de experiência *deve* ser preservada para que continue havendo história”<sup>130</sup>.

Para mediar os extremos, ele substitui a síntese histórica de uma “mediação total” por uma história que pretende uma mediação aberta, inacabada, imperfeita, em que a ambição da razão histórica em sua totalidade cede lugar a uma história mediadora e aberta por sínteses parciais<sup>131</sup>. Ao se apropriar dessas categorias meta-históricas de Koselleck para assentar o discurso historiográfico, Ricœur se opõe diretamente à Foucault em *Arqueologia do Saber*, no qual a descontinuidade se eleva em detrimento da continuidade. A escolha epistemológica de Foucault, segundo Ricœur, paga um preço muito alto: ela não consegue explorar a noção de transformação que está ligada à continuidade.

É em a *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault que a antinomia [entre continuidade e descontinuidade] recebe sua formulação mais rigorosa, e ao mesmo tempo sua resolução a favor do segundo termo da alternativa. (...) o privilégio contestado da continuidade é associado a uma ambição de uma consciência constituinte de sentido<sup>132</sup>.

A segunda crítica a Foucault na *Arqueologia do saber* figura na distância que seu método estaria dos historiadores de ofício e dos atores históricos, pois a história que pretenderia Foucault não está ligada à história vivida, nem à experiência do sujeito:

...a arqueologia do saber de Michel Foucault não tem nenhuma lealdade para com a história de eventuais entidades de primeiro grau. É essa a escolha feita pela arqueologia do saber. Essa escolha metodológica é confirmada e legitimada em seguida pela natureza dos campos discursivos considerados. Os saberes em questão não são “ideias” medidas por sua influência sobre o curso da história geral e sobre as entidades duradouras que nela figuram. A arqueologia do saber trata de preferência das estruturas anônimas...<sup>133</sup>

Sobre essas duas perspectivas, Ricœur assume sua completa dissociação com o projeto arqueológico foucaultiano. Na medida em que este privilegia demasiadamente a

---

<sup>130</sup> RICŒUR, 2010b, (III), p.366

<sup>131</sup> RICŒUR, 2010b (III), p.352

<sup>132</sup> RICŒUR, 2010b (III), p.370

<sup>133</sup> RICŒUR, 2010b (III), p.371

descontinuidade, as rupturas da história e ignora o sujeito que age na história, perde-se o que para Ricœur seria a virtude maior da escrita histórica: criar identidade, unificar o que está disperso, relembrar e rememorar. A história, no sentido Ricœuriano, é o meio que o sujeito e a sociedade têm de se reconhecer em uma narrativa que constituiu sua identidade, tanto como povo, quanto como sujeito.

É evidente o desacordo de Ricœur com as posições de Foucault em relação à temporalidade do discurso histórico. Mas conforma-se também uma oposição do entendimento que Foucault tem da relação entre o estatuto da memória e o conhecimento histórico. Ricœur argumenta que, mesmo privilegiando a descontinuidade, não se faz necessária a retirada da memória da prática histórica: “No que concerne ao outro ramo da antinomia [continuidade e descontinuidade], nada obriga a ligar a sorte do ponto de vista continuísta da memória às pretensões de uma consciência constituinte”<sup>134</sup>.

O ser-afetado-pelo-passado é uma categoria que Ricœur utiliza para determinar o sujeito histórico que depende da experiência temporal para se constituir; nesse sentido, a história deve ser feita a partir do sujeito e para o sujeito. O trabalho histórico se configura como exercício de elaboração da experiência passada, bem como um trabalho de memória, portanto Ricœur em *Tempo e Narrativa* aponta, mesmo que indiretamente, para a importância da memória em seu estatuto constituinte do saber histórico.

A natureza narrativa da escrita da história trouxe muita discussão em torno da problemática epistemológica que envolve sua aproximação íntima com a escrita de ficção.

O grande pivô dessa querela é Hayden White ao afirmar:

...de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas realmente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto

---

<sup>134</sup> RICŒUR, 2010b III, p. 373.

inventados quanto descobertos, e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências.<sup>135</sup>

Essa aproximação causou um grande mal-estar entre os historiadores que reagiram imediatamente às “heresias” de White<sup>136</sup>. O perigo de aproximar história e ficção está na perda do referente extra-textual que ancora o discurso histórico – mesmo que interpretativo – à realidade do passado. A história confundida com ficção pode ser tratada como um discurso desvinculado da verdade e descompromissado com a memória dos homens do passado. Essa aproximação perigosa abriria espaço para interpretações supostamente históricas e mal intencionadas como as revisionistas e negacionistas, como vimos no primeiro capítulo. A questão de maior interesse para nosso estudo nessa querela é a reflexão de Ricœur sobre a possibilidade do discurso histórico em falar do que “realmente aconteceu”, da possibilidade de “verdade” no saber historiográfico.

Mas, primeiramente, faremos uma advertência: a proposta de Hayden White não se vincula em nada à crítica de Michel Foucault em relação à verdade histórica. Alguns intelectuais atrelam as interpretações ditas “pós-modernas” de postular a impossibilidade em alcançar a verdade histórica.

Ricœur não adota, portanto, a tentativa desconstrutora de Michel Foucault e de Paul Veyne, que se inspira em Nietzsche e preconiza uma simples genealogia das interpretações que abranja os fatos históricos. Recusando ao mesmo tempo a tentação positivista e a tentação genealógica, Ricœur lhes opõe uma análise da realidade histórica que ele situa sob o signo da *representância* para sublinhar seu duplo estatuto da realidade e ficção: uma função vicária de lugar-tenência. Portanto não se fecha num discurso fechado em si.<sup>137</sup>

---

<sup>135</sup> WHITE, 2001, p.98

<sup>136</sup> Carlo Ginzburg, em “Sinais Raízes de um paradigma indiciário.” no Livro *Mitos Emblemas e Sinais. Morfologia e História*, empreende um combate às teses de White, contra o perigo de uma ficcionalização da história.

<sup>137</sup> DOSSE, 2001, p.89

Mas o que Foucault promove é mais uma historicização da verdade do que uma negação da própria. Ricœur também é crítico dessa historicização radical operada por Foucault – voltaremos a essa questão no próximo capítulo –, porém a afirmação de uma “irrealidade” vinculada à impossibilidade de se falar do mundo extra discursivo em Foucault, ou qualquer historiografia que se vincule à sua ideia, sobretudo da genealogia, é leviana.

Ricœur procura ancorar o discurso histórico no passado, primeiramente distinguindo os modos narrativos: a análise da narrativa ficcional, como a histórica, contém características próprias para a função de narrar o tempo humano. O discurso histórico, ao reinscrever o tempo vivido no tempo cósmico, está preso aos conectores, e dessa forma mantém sua dívida com o passado. Diferentemente dessa narrativa, a escrita ficcional não está necessariamente ligada aos conectores, pois o autor de ficção tem a *liberdade imaginativa*, e seu texto não precisa se vincular a datas reais ou a personagens históricos.

Cada experiência temporal ficcional se desdobra em si mesma, num mundo singular, incomparável. O descolamento ou independência da realidade gera dois níveis de caracterização - uma negativa e outra positiva. A primeira se designa negativa pois essas experiências fictícias não têm referência no real, não falam da experiência de fato vivida. No entanto, essa liberdade imaginativa da ficção tem uma contrapartida positiva: com a neutralização do tempo cosmológico, a narrativa da ficção está livre para explorar mais intensamente o tempo fenomenológico e suas aporias. Ricœur utiliza o conceito de *variações imaginativas* para designar a liberdade, positiva e negativa, da confecção do texto literário; esse se configura num conceito-chave para diferenciar a ficção da história.<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> RICŒUR, 2010, p. 2016

A narrativa de ficção tem a propriedade de explorar ainda mais as aporias e as fissuras temporais. O abafamento das características temporais lineares, objetivas, possibilita ao autor privilegiar o tempo da consciência, e o tempo fenomenológico pode ser desenhado livremente. “Só a ficção, porque permanece ficção mesmo quando projeta e pinta uma experiência, pode-se permitir um pouco de embriaguez”<sup>139</sup>. A ficção trabalha numa intencionalidade oposta à da narrativa histórica, que pretende organizar a experiência e trabalhar a aporia do tempo no sentido de apaziguá-la.<sup>140</sup>

Após distinguir os dois modos narrativos, Ricœur apresenta outra problemática: a realidade do passado histórico. Nova etapa se abre na investigação, que se direciona à delimitação do conceito de *representância*, aplicado à narrativa do passado histórico. O primeiro passo é se perguntar o que é “real”. O que significa o termo “real” aplicado ao passado histórico? Ricœur assume a dificuldade e a complexidade da pergunta, mas encontra um postulado indireto. “A noção de *real* tem como propriedade estabelecer a diferença entre história e ficção”<sup>141</sup>. O *real* se refere à experiência vivida no mundo. Portanto, a história estaria ligada a uma pretensão de realidade, de verdade. Mesmo com todas as dificuldades epistemológicas que esse postulado “realista” instiga, a busca da verdade não deveria sair do horizonte do historiador.

Para pensar o enigma da *representância*, e tentar resolvê-lo no limite de um trabalho mediador sobre o debate epistemológico a respeito da representação do passado, Ricœur sugere pensar sucessivamente os grandes gêneros do Mesmo, do Outro, para depois fazer mediação com o gênero do Análogo.

---

<sup>139</sup> RICŒUR, 2010b III

<sup>140</sup> Ricœur se dedica no segundo tomo de *Tempo e Narrativa* à crítica literária em relação às diferentes formas de exploração da temporalidade em três grandes obras da literatura mundial: *Mrs. Dalloway* de Virginia Woolf, *Em busca do tempo Perdido* de Marcel Proust e *A montanha Mágica* de Thomas Mann.

<sup>141</sup> RICŒUR, 2010, p. 237

No gênero do Mesmo, a distância temporal com o passado é anulada, pois o historiador pretende criar uma noção de identidade com o que outrora foi. Podemos pensar essa abordagem do Mesmo como a história nacional, que não opera a diferenciação entre memória e história e quer fundir o passado no presente (ver 1ª parte do primeiro capítulo). Essa operação historiográfica busca a reafirmação do passado no presente, eliminando a distância entre as duas temporalidades. O gênero do Outro, diferentemente, assume uma relação de alteridade radical com o passado, em que é enfatizada a distância temporal. O ideal de reafirmação é abolido, e o passado se distancia do presente; nesse gênero a história intenta produzir uma “estranheza” em relação ao que outrora foi. A história não serve à identidade, e sim à criação de um abismo em relação ao passado, uma diferença radical. Neste gênero pode ser incluído o pensamento de Foucault, de que a história não tem função de identificação, e sim de diferenciação.

O gênero da *Analogia* é proposto por Ricœur como solução aos dois extremos, configurando uma metáfora proporcional. A Analogia é espécie de mediação entre identidade e alteridade. Seria a tentativa de narrar o passado *como se fosse*, sem a pretensão identitária positivista do *tal como se passou*, mas sem assumir a “impossibilidade” do presente se identificar em alguma medida com o passado. O gênero do Análogo seria uma saída para a questão da *representância* histórica e uma forma dos homens do presente (os vivos) restituírem a sua dívida com os homens do passado (os mortos). Nas palavras de Ricœur, reconhecer e “*devolver o que é seu ao que é e ao que foi*”<sup>142</sup>.

A configuração da potência narrativa ganha em *O si mesmo como um outro* uma outra dimensão. Ricœur propõe uma investigação ontológica acerca da identidade do

---

<sup>142</sup> RICŒUR, 2010b, (III) p. 257

sujeito, e pretende responder talvez a mais importante pergunta filosófica: o que sou eu e, sobretudo, quem sou eu? Ricœur propõe, para tal empreendimento, uma hermenêutica do si, procurando uma mediação que se afasta igualmente da tradição cartesiana de exaltação do *cogito* e da tradição nietzschiana do *cogito* partido<sup>143</sup>. Nesta obra interessa-nos, especificamente, sua elaboração sobre a conformação da identidade pessoal pela identidade narrativa. Esta perspectiva traz mais uma contribuição de Ricœur para a ideia de que o sujeito deve procurar certa coerência em sua identidade, uma unificação possível do seu ser, que é feita pela união de sua história com sua memória do passado.

A identidade para Ricœur se desdobra em duas vertentes: a identidade idem (*mesmidade*) e a identidade ipse (*ipseidade*). Segundo o filósofo, ocorre comumente o erro de englobar os dois “modelos de identidade” no mesmo termo. A *mesmidade* é percebida através de certas modalidades, como: identidade numérica, identidade por semelhança extrema, continuidade ininterrupta e permanência no tempo<sup>144</sup>. Portanto, a *mesmidade* retifica o sujeito como o mesmo. A *ipseidade*, ao contrário, é a abertura da identidade para as ações no tempo. O ser, ao longo da vida, passa por situações e por acontecimentos que o modificam, mas essas ocorrências não devem deixar vacilar sua essência identitária.

Toda a problemática da identidade pessoal gira em torno da busca de um invariante relacional, dando-lhe significação forte de permanência no tempo. Apesar do devir, somos a mesma pessoa do nascimento à morte, as mudanças que ocorrem na vida não podem destruir completamente esse traço de continuidade, mesmo que o tempo, de certa forma, aja como corruptor da identidade, como um fator de dessemelhança.

---

<sup>143</sup> RICŒUR, 1991.

<sup>144</sup> RICŒUR, 1991, p. 140,141.

Duas categorias enraízam no tempo as duas formas de identidade: o caráter para a *mesmidade* e a promessa para a *ipseidade*. A noção de caráter deve ser entendida como “as marcas distintivas que permitem reidentificar um indivíduo humano como o mesmo”<sup>145</sup>. Os traços do caráter em sua valoração ética permitem ao indivíduo manter-se o mesmo em seus ideais, garantindo uma coerência do si em sua permanência no tempo e conferindo *mesmidade* à pessoa. Além disso, o caráter diz respeito às “disposições duráveis *com que* reconhecemos uma pessoa”<sup>146</sup>. Por outro lado, para assegurar a manutenção de si na identidade *ipse*, Ricœur utiliza as características linguísticas da promessa. A manutenção da promessa garante que o sujeito manterá sua palavra com dignidade, gerando o sentimento de fidelidade da palavra antes proferida. A promessa é a garantia que mantém a *ipseidade* como identidade de abertura no tempo<sup>147</sup>.

Para Ricœur, os aspectos ético da promessa e do caráter exprimem a equivocidade que existe nos modos de permanência no tempo da identidade como *mesmidade* e a identidade como *ipseidade*<sup>148</sup>. Há uma necessidade de unidade pela conjunção dessas identidades, pois o homem deve ser o mesmo para que seja possível a imputação das decisões tomadas durante sua vida. É necessário que o sujeito seja o mesmo para que haja responsabilização de seus atos, por isso o conceito de memória é importante para história de um homem. Não se pode esquecer, a cada momento, o que se foi no passado, o poder radical de ser outro, como Foucault propõe, causaria uma impossibilidade de responsabilização ética dos atos no passado. O ser é, para Ricœur, um conjunto disperso no

---

<sup>145</sup> RICŒUR, 1991, p. 144

<sup>146</sup> RICŒUR, 1991, p. 146

<sup>147</sup> RICŒUR, 1991.

<sup>148</sup> RICŒUR, 1991.

tempo, mas que deve e tende a procurar sua unidade, e não aceitar uma distensão desmedida.

O mais importante dessa reflexão, para nossa problemática, é demonstrar como a narrativa leva ao mais alto grau a dialética da *mesmidade* e da *ipseidade*, implicitamente contida na noção de identidade narrativa. A narrativa desenvolve um conceito completamente original de identidade dinâmica, que concilia as próprias categorias consideradas contrárias uma à outra: identidade e diversidade. Essa problemática em relação a história e memória sugere que mesmo o sujeito estando no devir suscetível a mudanças, ao narrar sua história é possível buscar através do passado uma coesão, um sentido amplo de sua existência.

Como já explicitado em *Tempo e Narrativa*, a configuração da intriga permite conectar os acontecimentos que aparecem dispersos no tempo. Já a questão importante em *O si mesmo como um outro* é a configuração narrativa como constituição do si que envolve um retorno a história e memória da vida pessoal.<sup>149</sup>

Trabalhamos nesta parte três fatores importantes para a filosofia de Ricœur: a composição do círculo hermenêutico que refigura a narrativa no tempo humano, a especificidade da narrativa histórica de falar o que “realmente” se passou e a identidade narrativa promovendo a unificação da identidade pessoal. Pretendemos demonstrar, através dessas reflexões, a importância para Ricœur em unir narrativa e identidade coletiva ou individual em torno da busca de unificação do homem ou sociedade ao seu passado através do retorno a suas memórias.

---

<sup>149</sup> RICŒUR, 1991, p.138.

### 2.3 A operação historiográfica

“O tempo se torna humano na medida em que é organizado na maneira de uma narrativa.” A operação historiográfica esboçada em *A Memória, a História e o Esquecimento* apresenta a prática historiográfica como uma hermenêutica: ela emerge da experiência do homem, se configura em texto e depois retorna ao mundo como experiência refigurada no leitor dos textos históricos.

Se em *Tempo e Narrativa* Ricœur ancora o vínculo com a “realidade” do passado à dependência do historiador em relação à prova documental, em *A Memória, a História e o Esquecimento* ele desloca esse enraizamento do passado histórico através da memória.

Meu propósito, hoje, é diferente na medida em que me importa menos a conciliação entre a perspectiva cosmológica sobre o tempo do que a transição da memória viva à posição “extrínseca” do conhecimento histórico. É então como uma das condições formais de possibilidade da operação historiográfica que retorna o terceiro tempo (...). É essa constituição que importa agora relacionar com a mutação do tempo da memória<sup>150</sup>.

A operação histórica divide-se em três fases: documentária, explicação/compreensão e representação. O documento é escritura e escrita; a representação é a tessitura do texto historiográfico, e a explicação/compreensão articula essas duas fases; sendo assim, a operação é escrita do começo ao fim. Porém, essa escrita não se fecha em si mesma, mas se abre em duas frentes: no testemunho e no leitor. Deve-se ter em conta que, quando se fala em “fase”, não se trata de estágios cronologicamente distintos, mas de momentos metodologicamente imbricados; a divisão se faz necessária para um entendimento didático.

---

<sup>150</sup> RICŒUR, 2007, p.163

Segundo Chartier, a fase da operação histórica marca o esclarecimento epistemológico da concorrência, no plano das três fases, entre história e memória: “O documento contra o testemunho, a construção explicativa contra a reminiscência imediata, a representação do passado contra o seu reconhecimento: cada ‘fase’ da operação historiográfica é assim claramente distinguida dos processos da memória. De onde, inevitavelmente, suas relações de competição”<sup>151</sup>.

O historiador afirma na operação historiográfica uma “competição” entre os dois termos e sua reconciliação se efetivaria em seguida na condição hermenêutica da história. Certamente, Ricœur não equivale os termos, nem mesmo quando eles se recruzam em direção a uma ontologia da escrita do passado. Porém, acreditamos que mesmo no quadro de uma epistemologia – tendo em vista que em Ricœur esta sempre caminha para uma solução ontológica –, não se postula uma “relação de competição” entre os conceitos, mas uma diferenciação que é solidária. Essa formulação impede que a história se autonomize em relação à memória.

Analisaremos essas três fases na intenção de esclarecer essa diferenciação solidária. Isto permitirá, mais à frente, seu aprofundamento em torno da condição de existência do discurso histórico, no qual Ricœur atrela a função ética ao discurso histórico para iluminar a memória dos homens do passado.

A primeira fase denomina-se *Fase Documental: A Memória Arquivada*. O próprio título já revela a solidariedade à qual nos referimos: os documentos históricos são os rastros deixados pelo passado, é escrita exterior, na qual o historiador se apoia para investigar o que de fato ocorreu. Entretanto, a fase documentária não é marcada pela característica estática do documento, pois se inicia no testemunho, passa pelo arquivo, até se configurar

---

<sup>151</sup> CHARTIER, 2002., p.8 “Le document contre le témoignage, la construction explicative contre la reminiscence immédiate, la représentation du passé contre sa reconnaissance : chaque ‘phase’ de l’opération historiographique est ainsi clairement distinguée des procédures de la mémoire. D’où, inévitablement, leurs relations de compétition.”

na prova documental. Esse movimento feito por Ricœur demonstra a abertura da escrita para o testemunho e acompanha as escritas testemunhais que surgem em todo século XX como importantes depoimentos para a construção histórica.

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de algo que aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos<sup>152</sup>.

O arquivamento é o momento do ingresso da escrita na operação historiográfica, instante em que a memória declarativa se transforma em escrita. O testemunho é oral e o arquivo representa a transição de fixação da oralidade para um lugar físico que abriga o destino do rastro documental<sup>153</sup>. Do testemunho à prova documental: assim a historiografia pretende se apoiar em dados exteriores em busca de objetivação maior em seu saber; entretanto, segue confiante que essa exterioridade fala diretamente da experiência do vivido.

A segunda fase é marcada por um maior distanciamento, mas não um rompimento, em relação à memória. Certa suspensão do mundo é feita pela necessidade de se obter as respostas, pela via “científica”, dos processos históricos que concernem aos “múltiplos usos do conector por que?”<sup>154</sup>. Portanto, o historiador se alia aos métodos científicos para responder à demanda dos questionamentos históricos sociais. Para expor a diversidade explicativa no âmbito do trabalho histórico, Ricœur faz um passeio pelos “modos explicativos” do século XX, acentuando dois movimentos: a história das mentalidades de olhar macro, que produz um discurso se apoiando na história quantitativa, e outra mais recente, que reconduz a história em direção a uma fenomenologia da ação. Este movimento

---

<sup>152</sup> RICŒUR, 2010a, p.156

<sup>153</sup> RICŒUR, 2010a, p.177

<sup>154</sup> RICŒUR, 2010a p. 146

foi diversas vezes mencionado, de maneiras diferentes, no nosso estudo, por ser uma mudança fundamental para nosso tema e para a historiografia do século XX.

Ricœur sugere não haver um esquema privilegiado de explicação, mas variações de escalas que permitem ao historiador investigar, em diferentes níveis, o processo social e histórico. “A história funciona alternadamente como telescópio e como microscópio”. Mesmo afirmando que não há explicação mais adequada, Ricœur formula uma crítica aos preceitos explicativos da história das mentalidades que, ao privilegiarem as grandes estruturas, não souberam fazer uma dialética com as escalas menores. O indivíduo, a singularidade do acontecimento, a cronologia escondida pela narração, o político - lugares privilegiados de inteligibilidade – são todos recusados, em nome da pressão social estrutural exercida sobre eles.

O filósofo francês se aproxima mais da história das representações, a qual consegue integrar as práticas do homem nas estruturas sociais. A ideia de representação divulgada pela história cultural vai revelar recursos dialéticos que a história das mentalidades não deixava aparecer, onde o jogo de escalas entre micro e macro pode contribuir como uma via privilegiada para o desvelamento entre representação e prática social.

Mesmo sendo a fase de maior independência da história em relação à memória, existem certas implicações entre as duas. Primeiramente pela fase estar imbricada às duas outras: não há documento sem testemunha e não existe projeto de explicação sem documento e, ao mesmo tempo, não existe explicação sem vontade de que essa teoria seja recebida por alguém, o leitor. O segundo entrelaçamento implica na união que Ricœur postula, desde *Do Texto à Acção: Ensaio de Hermenêutica II*, entre compreensão e

explicação<sup>155</sup>. Chartier argumenta que explicação está no âmbito da história e compreensão no da memória, mas em Ricœur entre explicar e compreender existe uma profunda conexão, uma passarela e não um abismo. Ao integrar explicação e compreensão, Ricœur, segundo Dosse<sup>156</sup>, proporciona uma reunificação interpretativa essencial para as ciências humanas que as direciona para a questão reflexiva, rehumanizando-as<sup>157</sup>.

O leitor é a outra abertura da escrita da história e está vinculado à terceira fase da operação histórica. O documento no arquivo é morto e precisa de um leitor para torná-lo vivo, pois não existe por si, necessita ser “encontrado”. A memória arquivada – escrita – torna-se viva novamente na medida em que seu leitor a interioriza. Ele é peça fundamental no pensamento de Ricœur: o historiador como leitor de documentos e o receptor de livros de história são ambos fundamentais para se completar o sentido da escrita. O documento precisa do historiador para interpretá-lo, e o texto historiográfico precisa do leitor para não configurar apenas escrita externa, morta.

A representação é a “última” fase, caracterizada pela colocação em forma escrita do discurso histórico que será levado ao conhecimento dos leitores. Nesta fase retoma-se toda a problemática iniciada em *Tempo e Narrativa*; como garantir que essa representação seja fiel ao passado? Para responder essa questão, Ricœur retoma o conceito de *representância*, que deveria condensar em si todas as expectativas da aporia da intenção do historiador em buscar a verdade do passado e interpretá-lo baseado no que de fato aconteceu. Porém, essa questão apresenta uma incômoda aporia – as reconstruções do

---

<sup>155</sup> Ricœur media a separação promovida por Wilhelm Dilthey em que explicação é característica do método das ciências naturais e a compreensão própria das ciências do espírito. Ricœur por outro lado vê uma correlação entre os modos de análise. Ver: RICŒUR, Da compreensão à explicação, em *Do texto a Acção-ensaios de hermenêutica II*.

<sup>156</sup> DOSSE, 2007

<sup>157</sup> REIS, 2011 p.273

passado são sempre reproduções no presente de uma coisa ausente, mas Ricœur afirma sua convicção baseado no tempo do “tendo sido”: “As coisas do passado são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido... não é inaceitável sugerir que o ‘ter sido’ constitui o último referente visado através do ‘não ser mais’”<sup>158</sup>. Essa aporia, que questiona a legitimidade da veracidade histórica, permanecerá em certa medida, pois a epistemologia não é capaz de resolvê-la em sua complexidade.

É nesse sentido que o anteriormente significaria a realidade, mas a realidade no passado. Nesse ponto, a epistemologia da história confina com a ontologia do ser-no-mundo. Chamarei de condição histórica esse regime de existência colocado sob signo do passado como não sendo mais e tendo sido. E a veemência assertiva da representação historiadora enquanto representância basear-se-ia unicamente na positividade do “ter-sido” visado através da negatividade do “não ser mais”. Aqui, devo confessá-lo, a epistemologia da operação historiográfica atinge seu limite interno ao beirar os confins de uma ontologia do ser histórico.<sup>159</sup>

Domenico Jervolino aponta, próximo de Chartier, para uma relativa autonomia da operação história na segunda parte de *A Memória, a História e o Esquecimento*, mas afirma que essa autonomia não impede o reconhecimento dos limites de sua pretensão autossuficiente<sup>160</sup>. Foi buscando essa censura de autorreferência da história em si mesma que focamos o estudo epistemológico da operação histórica. Localizamos as aberturas de sua escrita para a experiência e para a memória nos dois extremos: ela parte de uma memória do passado, enquanto documento-testemunha, para se fazer memória presente no leitor de um passado vivido; mantém-se assim a distância entre as temporalidades. O círculo hermenêutico enraíza a história na memória, mas conserva a escritura objetiva revelando, assim, seu duplo valor.

---

<sup>158</sup> RICŒUR, 2010a, p.294

<sup>159</sup> RICŒUR, 2010a, p. 294-295

<sup>160</sup> JERVOLINO, 2002, p.55

Em Ricœur, a operação histórica vincula-se à memória sem perder sua característica de operação intelectual metódica. Diferentemente, em Halbwachs, a memória começa onde termina a história, e em Nora, a história é uma formulação crítica oposta à memória – que por sua vez mantém sua ligação viva com a tradição passada. Ricœur mostra, já no tratamento epistemológico, que a história é sim uma operação intelectual, crítica, explicativa, porém é também compreensiva, reflexiva e solidária à memória em todas as suas fases operatórias.

Ao recuperar as reflexões de *A Memória, a História e o Esquecimento*, Ricœur, em um artigo publicado pela revista *Esprit*, alerta para o movimento dos historiadores em “rebaixar a memória” a um de seus objetos e autonomizar a história.

É na possibilidade e na pretensão de reduzir a memória a um simples objeto da história, dentre outros fenômenos culturais, que se diferenciam exatamente os dois procedimentos. Esta redução é um dos efeitos mais notáveis da inversão de papéis engendrada pela emergência e o desenvolvimento da história como uma ciência<sup>161</sup>.

A pretensão de autonomização do conhecimento histórico está anunciada desde o primeiro volume de *Les lieux de mémoire*. O debate inicia-se com um ar de desconfiança que pode ser percebido pelo tom de Ricœur ao comentar as proposições do historiador em: “*Pierre Nora: os insólitos lugares de memória*”. O filósofo, ao analisar a separação entre história e memória elaborada pelo historiador, esquematiza três tópicos fundamentais. Não os retomaremos detalhadamente ponto a ponto, pois já o fizemos no primeiro capítulo, basta aqui destacá-los para demonstrar o ponto de discórdia entre os dois: 1) A ruptura entre memória e história, pela diferença conceitual operada por Nora. 2) A perda da

---

<sup>161</sup> RICŒUR, 2006 p. 26. “ C’est dans la possibilité et la prétention de réduire la mémoire à un simple objet de l’histoire parmi d’autres phénomènes culturels que se différencient très exactement les deux approches. Cette réduction est un des effets les plus frappants du renversement des rôles engendré par l’émergence et le développement de l’histoire comme science humaine”

história-memória, ligada à transição da sociedade-memória para a sociedade-histórica. 3) A memória apreendida pela história, em que esta se sobrepõe àquela para investigá-la.

Esses temas demonstram o progressivo distanciamento entre as noções, até o ponto crítico em que a memória se torna um objeto da história. O desconforto de Nora com a memória pode ser alinhado à desconfiança de três autores: de Platão em *Fedro*, onde a escrita corrompe a memória “verdadeira”; de Halbwachs em *A Memória Coletiva*, pelo rompimento entre os dois conceitos; e finalmente de Michel Foucault: “talvez haja nesse tema, um eco do Foucault da *Arqueologia do Saber*, militando contra a ideologia da continuidade memorial. Nora fala de um culto da continuidade”<sup>162</sup>. O grau de desacordo entre o filósofo e o historiador atinge seu ápice na possibilidade da memória se tornar um mero objeto da história, para Nora.

Jacy Alves aponta os limites da historicização da memória, na medida em que esta abordagem privilegia o conflito entre história e memória em detrimento de sua complementaridade. Assim, causa-se um movimento inédito: a partir do início da década de 1980, a historiografia passa a afirmar noção diversa, ela toma consciência de que a relação memória-história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade; ao mesmo tempo – aqui se inscreve a novidade da crítica – a história se torna autônoma, produtora de memória.<sup>163</sup> A memória, nessa perspectiva, se encontra prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado, ao transformar-se em objeto, em memória historicizada. Segundo Alves, a afirmação sedutora de Nora não leva em conta que ainda habitamos na memória, mesmo que descontínua e fragmentada, como são as próprias experiências da modernidade, e que não estamos dela exilados. Sobre essa inversão

---

<sup>162</sup> RICŒUR, 2010, p.415

<sup>163</sup> ALVES, 2009, p. 39

historiográfica formulada por Nora, Alves aponta dois efeitos: 1) Sua extrema operacionalidade e produtividade. 2) Sua vulnerabilidade teórica, pois tudo se passa como se a memória só existisse sob os refletores da história.

Em *Pour une histoire au second degré*<sup>164</sup>, Nora responde às críticas de Ricœur e reafirma sua posição de postular uma história desvinculada da memória. A história “elevada” ao segundo grau seria a história para além da memória e acima dela. O saber histórico livre da memória seria uma “evolução” do conhecimento que perdeu sua inocência ao transformá-la em objeto e não em resultado de sua investigação; retira-se a antiga ingenuidade natural do historiador. Nora enfatiza os dois movimentos que produziram essa expurgação da memória da órbita do conhecimento histórico: um movimento de aceleração temporal e outro de ordem social de uma “demanda” crescente pela descolonização das identidades<sup>165</sup>.

A identidade, assim como a memória, é uma forma de dever. Eu sou obrigado a me tornar o que eu sou: corso, judeu, operário, argelino, negro. É nesse nível de obrigação que um lugar se liga entre a identidade e a memória. As duas obedecem ao mesmo mecanismo. As duas se tornaram praticamente sinônimas, e a sua união, sob o signo do dever, caracteriza uma nova economia da dinâmica histórica e social. Essa dinâmica se tornou tão mais constrangedora do que quando ela encarregou-se de uma dimensão étnica, que abre espaço para todas as declinações e manipulações<sup>166</sup>.

Nora é igualmente crítico de uma história que se propõe a ser uma identidade nacional e também de identidades resgatadas por grupos minoritários; para ele o “dever” de memória e de identidade iguala os termos e rebaixa a história a um instrumento de um jogo

---

<sup>164</sup> NORA, 2005

<sup>165</sup> NORA, 2005 p. 28

<sup>166</sup> NORA, 2005 p.29 “L’identité, comme la mémoire, est une forme de devoir. Je suis tenu de devenir ce que je suis : corse, juif, ouvrier, algérien, noir. C’est à ce niveau d’obligation qu’un lien se noue entre l’identité et la mémoire. Les deux obéissent au même mécanisme. Les deux sont pratiquement devenus synonymes, et leur union, sous le signe du devoir, caractérise une économie nouvelle de la dynamique historique et sociale. Cette dynamique est devenue d’autant plus contraignante qu’elle s’est chargée d’une dimension éthique, qui ouvre la voie à toutes les dérives et manipulations”.

de poder que lhes interessa. Nora se pergunta se entre ele e Ricœur não haveria uma divergência sobre o conceito de memória. Certamente. A fenomenologia da memória, como veremos mais abaixo, diverge de sua elaboração.

Ao mesmo tempo, Nora força uma aproximação ao filósofo, no que concerne à sua crítica à multiplicação das celebrações e por consequência sua perda de “sentido” de reflexão histórica<sup>167</sup>. Para Ricœur as comemorações meramente publicitárias, vazias de trabalho de memória, são absolutamente inúteis, já que em seu entendimento deveria haver um trabalho de história e de memória. Mas a solução para isso é absolutamente diferente da que Nora propõe ao fazer uma história de segundo grau. Ricœur identifica esses vazios comemorativos como abusos da memória. O que deve ser abolido do conhecimento histórico não é a memória ou a comemoração, mas o abuso que porventura elas possam sofrer<sup>168</sup>.

Aqui se instaura uma complicada relação quando Nora intenta aproximar sua crítica sobre as comemorações às de Ricœur: “A comemoração invadiu o trabalho do historiador até dominar todo o resto. Ela incita sua curiosidade, ela lhe dita frequentemente seu calendário de trabalho em função dos aniversários, centenários ou bicentenários”<sup>169</sup>. Parece que Nora, ao analisar a multiplicação desmedida das comemorações nacionais, lamenta a perda de sua faceta reflexiva. Porém, não seria esta formulação incoerente, já que

---

<sup>167</sup> A multiplicação das comemorações, assim como as leis, foi alvo de inúmeras publicações e debates entre os historiadores. Nora critica essa multiplicação da mesma forma que questiona as leis, como se tivessem transformado-se em um jogo político em que a história não pode se rebaixar.

<sup>168</sup> Ricœur aprofunda a investigação sobre os abusos da memória na primeira parte de *A Memória, a História e o Esquecimento*. O filósofo elenca três tipos de abusos. O primeiro, a memória artificial: como um uso puramente técnico da memória. O segundo, a memória impedida: um impedimento patológico, como uma doença física que danifica o cérebro e impede o sujeito de se lembrar, e também no sentido político de impedimento, como arquivos corrompidos ou censurados. O terceiro, a memória manipulada: o uso ideológico da memória com o objetivo de instrumentalizá-la no presente em função do poder, um exemplo é a memória manipulada pelo Estado-Nação.

<sup>169</sup> NORA, 2002. “La commémoration a envahi le travail de l'historien jusqu'à l'asservir tout entier. Elle inspire sa curiosité, elle lui dicte souvent son calendrier de travail en fonction des anniversaires, centenaires ou bicentennaires”

ele postula a memória nacional – à qual estas comemorações seriam vinculadas – como socialmente construída? Lucette Valensi, historiadora membro do comitê dos *Annales*, aponta para um sentimento nacional escondido nos argumentos de Nora, uma nostalgia da “verdadeira França”, e indaga se ele não estaria levando a historiografia francesa a um modelo neo-lavissiano, no qual ao derrubar um mito estaria tentado erigir outro<sup>170</sup>.

Em relação às críticas a Nora, elas são muitas, e de diversas naturezas, mas o que nos interessa é o rebaixamento da memória por uma história que se auto-intitula “de segundo grau”. Essa história de segundo grau em nada se parece com a proposta de Ricœur de uma história reflexiva<sup>171</sup>. Se a memória é um mero objeto da história, qual é o sentido de se escrever o passado, em nome de quem e mais precisamente para quem?

História e memória são aliadas, não devem competir, mas serem solidárias uma à outra. Ricœur apresenta sua perspectiva do que é a história na elaboração epistemológica da operação histórica. Para ficar mais claro como esse vínculo é arraigado, trabalharemos agora os termos em que Ricœur define a memória, e o que o leva a discordar de uma historização radical da memória.

O estudo que propõe uma fenomenologia da memória, na primeira parte de *A Memória, a História e o Esquecimento*, impede por definição a radical historicização de seu conceito. Ricœur, ao propor tal estudo, parte do princípio de que há algo de essencial a ser desvelado no processo mnemônico, portanto esse possui algo de trans-histórico. Para investigar o que é a memória, ele desenvolve um estudo longo, quase um labirinto de

---

<sup>170</sup> As críticas feitas a Nora nessa outra direção de um “nacionalismo” mascarado, de uma nostalgia de uma verdadeira França, estão presentes entre seus adversários. Para uma análise mais completa dessas críticas ver DOSSE, “Un événement historiographique qui suscite quelques regards critiques” in *Pierre Nora: Homo Historicus*.

<sup>171</sup> VIEGNE, 2006

argumentos em que nos interessam dois pontos específicos: a diferenciação de memória e imaginação baseada na temporalidade de ambas, e a mediação entre memória coletiva e memória individual.

Em primeiro lugar, a diferenciação entre memória e imaginação se faz necessária na medida em que a fusão entre elas desvalorizaria a memória que almeja sua vinculação à “veracidade do passado”. Além disso, a imaginação estaria muitas vezes relacionada à escala inferior do saber. Em segundo, a mediação entre memória coletiva e individual promove uma terceira via, conformada por elementos exteriores e criadora de interioridade que é própria da identidade; a memória é uma das atribuições do homem capaz.

A memória é analisada por Ricœur como um processo cognitivo de rememoração que pode ser efetivado de duas formas: passiva e ativa. O aparecimento espontâneo da lembrança seria estimulado por alguma afecção no presente, sendo uma lembrança acometida. Por outro lado, o processo ativo – a *Anamnese* – configura-se pelo trabalho de buscar o passado, vontade de conhecer o que outrora se passou. A lembrança, independentemente de ser passiva ou ativa, nos chega até o presente por meio de uma imagem, e, para criar essa imagem representativa, imaginação é imprescindível<sup>172</sup>.

Para começar a resolver esse impasse e tentar diferenciar memória e imaginação, Ricœur recorre à herança grega da *Eikon* (presença ausente) com sua associação ao *Tupos* (impressão originária)<sup>173</sup>. A memória como presença ausente teria que estar associada com a impressão originária. Essa correlação é mais bem esclarecida pela metáfora do bloco de cera: a interioridade é comparada a um bloco de cera maleável que na medida em que é marcada guarda em sua forma a impressão do objeto que a modificou. A alma, da mesma

---

<sup>172</sup> RICŒUR, 2010a

<sup>173</sup> RICŒUR, 2010a p.27

forma, também ficaria marcada pelo acontecimento ou pela impressão primeira. O reconhecimento, no presente, desta impressão inicial seria dialética de acomodação entre a *Eikon* e o *Tupos*<sup>174</sup>.

Imaginação e memória são passíveis de distinção, mas não de separação, pois na prática se entrecruzam constantemente. Para Ricœur, a memória, quando se alia à imaginação, deve se precaver de suas características alucinatórias e usá-la em função de seu empreendimento de conhecer o passado. Nesse sentido, a imaginação a auxilia na representação do passado, criando imagem a mais fiel possível do que se passou. A memória que se alia à imaginação, sem ceder aos perigos alucinatórios, corrobora a busca da verdade do passado.

Porém, Ricœur argumenta ser essencial uma distinção entre ambas: a imaginação é voltada para o fantástico, para a ficção, o irreal, o possível, o utópico. A memória, ao contrário, está voltada à realidade anterior: a memória é do passado. Sua temporalidade é ancorada na experiência vivida. Só temos lembrança do que aconteceu anteriormente, por isso, ser do passado é sua condição inexorável. A memória configura-se então em representação no presente de algo ausente, mas que existiu efetivamente no passado vivido.

Fica clara a intenção de Ricœur em vincular a memória ao passado vivido, criando assim um elo inelutável com o saber histórico:

Mas nós não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar que as nossas lembranças realmente se passaram. Esse é ao mesmo tempo enigma e sua frágil resolução, em que a memória transmite à história, mas também à apropriação do passado histórico pela memória, já que o reconhecimento permanece um privilégio da memória, do qual a história é desprovida. A história pode melhor fornecer construções que ela declara serem reconstruções. Mas entre

---

<sup>174</sup> RICŒUR, 2010a

as reconstruções, tão precisas e próximas dos fatos que elas sejam, e o reconhecimento, permanece uma fossa lógica e fenomenológica<sup>175</sup>.

Nosso segundo ponto de interesse é o da associação entre memória individual e memória coletiva. A investigação se refere primeiramente a uma formulação mais recente, representada por Halbwachs, e outra mais antiga, que inclui toda a tradição que trabalha a memória a partir do interior.

Assim sendo, a tarefa do filósofo, preocupado em compreender como a historiografia articula seu discurso com o da fenomenologia da memória é, primeiro, a de discernir as razões desse mal-entendido radical por um exame do funcionamento interno de cada um dos discursos na esperança de dar alguma credibilidade à hipótese de uma constituição distinta, porém mútua e cruzada, da memória individual e coletiva<sup>176</sup>.

Ricœur chama de *tradição do olhar interior* a perspectiva do caráter memorial em sua dimensão individual, subjetiva, em que reúne santo Agostinho, John Locke e Husserl. Nessa abordagem, lembrar-se é lembrar de si. A memória do passado está ligada às impressões do sujeito que lembra. A memória e as lembranças têm características pessoais, não podendo ser transferidas para nenhum outro sujeito, nesse sentido ela é radicalmente ligada à individualidade. Essa perspectiva também aborda o tempo como interioridade, portanto a memória que está ligada à percepção das diferenças entre passado, presente e futuro também só pode ser percebida dentro do indivíduo<sup>177</sup>.

A fenomenologia de Ricœur implica em uma relativização dessa filosofia subjetivista e idealista. A consciência é, sobretudo, abertura e isso significa deslocar a

---

<sup>175</sup> RICŒUR, 2006 p.21 “Mais nous n’avons rien de mieux que la mémoire pour nous assurer que quelque chose s’est bien passé avant que nous déclarions nous en souvenir. Telle est à la fois l’énigme et sa fragile résolution, que la mémoire transmet à l’histoire, mais qu’elle transmet aussi à la réappropriation du passé historique par la mémoire parce que la reconnaissance demeure un privilège de la mémoire, dont l’histoire est dépourvue. Mais en est également dépourvue la réappropriation du passé historique par la mémoire. L’histoire peut au mieux fournir des constructions qu’elle déclare être des reconstructions. Mais entre des reconstructions, si précises et proches des faits qu’elles soient, et la reconnaissance, il subsiste un fossé logique et phénoménologique.”

<sup>176</sup> RICŒUR, 2010a p.107

<sup>177</sup> RICŒUR, 2010a

noção que vincula a subjetividade ao *ego* em primeira pessoa. Se partirmos sempre da noção de *ego*, a possibilidade de uma memória coletiva se torna incompreensível<sup>178</sup>.

Para explicitar o que chama de *olhar exterior*, Ricœur convoca as reflexões de Halbwachs, que já expomos no primeiro capítulo. Porém, da mesma forma que Ricœur refuta a noção de uma memória composta somente por uma interioridade, defende que ela não pode ser absolutamente “determinada” pelo exterior, pois ela é uma das possibilidades do homem capaz. O antagonismo criado entre a fenomenologia idealista da memória e a sociologia durkheimiana de Halbwachs acaba por ocultar sua possível complementaridade.

As duas posições engessadas são dogmáticas e Ricœur prefere o desenvolvimento de uma posição intermediária; para o filósofo, existe uma relação viva entre memória individual e a memória do mundo. Entre ambas existe um mediador importante: “os próximos”, os contemporâneos que vivem ao nosso lado, com quem dividimos as experiências e as expectativas e também um passado comum. “A ligação com os próximos corta transversal e eletivamente tanto as relações de filiação e de conjugalidade quanto as relações sociais dispersas segundo as formas múltiplas de pertencimento ou as ordens respectivas de grandeza”<sup>179</sup>.

Essa caracterização de Ricœur difere radicalmente do que Nora e Halbwachs entendem como memória. Em relação a Foucault há uma maior complexidade, pois a diferença começa pelo questionamento. Para Foucault provavelmente não teria nenhum sentido, muito menos aplicação, a pergunta “O que é a memória?”. Acreditamos que o filósofo da desconstrução ridicularizaria a pergunta e postularia outras em seu lugar: Quando a memória começou a ser valorizada pelos historiadores? Porque certos

---

<sup>178</sup> JERVOLINO, 2002

<sup>179</sup> RICŒUR, 2010a p. 141

historiadores a expulsam de seu horizonte teórico e, da mesma forma, porque ela é reivindicada por outros? Para ele, não existe memória em si como supõe Ricœur, ela deve ser sempre uma relação, seja com o passado, com a história ou com a identidade. Nesse sentido, só pode ser investigada quando historicizada, pois uma fenomenologia não está no suporte filosófico de Foucault.

## 2.4 A memória, a história e o esquecimento

A história é feita da experiência humana e para a experiência humana, e nada melhor do que a memória, que reconhece o que passou, para validar o conhecimento histórico. O estudo sobre a condição hermenêutica da história atinge o auge da reflexão de Ricœur, que busca esclarecer em um segundo nível qual é a função do discurso histórico. Nessa dimensão profunda, a relação entre história e memória se eleva a uma ontologia. A epistemologia é importante, ela dá forte indício do entrecruzamento dos dois termos, mas é insuficiente, aos olhos de Ricœur, para exaltar a profunda interdependência que têm essas duas categorias. Intenta-se, nessa parte, investigar a dialética viva entre memória e história pela inexorável condição histórica do homem no tempo.

Os grandes “debatedores-opositores” de Ricœur, nesta reflexão ontológica da história, são Nietzsche e Heidegger, justamente os dois filósofos dos quais Foucault se dizia “herdeiro”. O mesmo ensaio de Nietzsche, *Segunda consideração intempestiva*, é base para crítica de Ricœur e para exaltação de Foucault: a genealogia foucaultiana fundamenta sua história baseada na crítica ao peso da tradição histórica ocidental operada por Nietzsche; Ricœur, por sua vez, é temeroso ao modo enfático dado à desvantagem da história pela interpretação Nietzscheana.

Para Ricœur, a pergunta feita pelo filósofo alemão sobre as vantagens e desvantagens da história para a vida inicia-se com um tom de ambiguidade: “o elemento histórico e o não-histórico são igualmente necessários para à saúde de um indivíduo, de um povo, de uma civilização”<sup>180</sup>. Porém, Ricœur lamenta que o equilíbrio aparente é rompido e

---

<sup>180</sup> NIETZSCHE, 2003, p.11

Nietzsche valoriza quase integralmente a potência do não-histórico. A proposta de Ricœur não é de interpretar cada uma das modalidades de história apresentadas<sup>181</sup>, mas sim de fazer um paralelo com o texto *Fedro*, de Platão, que se guia por pergunta similar à de Nietzsche: a história é remédio ou veneno para a vida?

Nietzsche elenca três tipos de história: a história monumental, a história antiquária e a história crítica<sup>182</sup>. Todas elas, segundo ele, teriam vantagens e desvantagens para o homem, porém as desvantagens são enfatizadas em um ensaio que se torna uma apologia ao homem liberto do peso da história e da memória. Os níveis reflexivos dessas três categorias são instituídos não em bases epistemológicas, mas na dimensão pragmática, pois elas expressam fundamentalmente as relações da história com a vida e não com o saber<sup>183</sup>.

Para Ricœur, Nietzsche faz um ataque desmedido à história, nas suas três modalidades existe um lado positivo e um negativo, mas sua interpretação se limita a recusar, em cada um dos níveis, o excesso de história produzido pela modernidade. “Nietzsche não pesou realmente nesse texto os inconvenientes, na medida em que o excesso se declara no próprio cerne do histórico”<sup>184</sup>.

O filósofo alemão faz uma severa crítica ao fardo histórico da modernidade que, em seu culto à tradição, desenha uma arquitetura ideal para o homem pequeno, fraco. A modernidade define o “homem castrado”. Diante desse fato, seria importante se livrar do peso da história e também da memória para se viver a-historicamente: “... em meio à menor como em meio à maior felicidade é sempre uma coisa que torna a felicidade como ela é: o

---

<sup>181</sup> Faremos esse percurso mais detalhado no capítulo de Foucault.

<sup>182</sup> NIETZSCHE, 2003. p. 18

<sup>183</sup> RICŒUR, 2010a, p.305.

<sup>184</sup> RICŒUR, 2010a p.

poder esquecer ou dito de maneira mais erudita, a faculdade de sentir-se a-historicamente durante a sua duração”<sup>185</sup>. Esse culto ao instante eterno leva Nietzsche a valorizar a história somente na dimensão em que ela é frutífera ao presente, na medida em que se faz potência e robustece a força plástica do homem. A história dever ser do presente e para o presente, proposição que o aproxima de Foucault e o afasta de Ricœur.

Esse mundo moderno do fardo histórico opressor consiste também em uma violência pelo peso excessivo da memória; a cultura histórica a invade criando impedimento para o homem se liberar em sua força maior, sua potência de vida, na medida em que a memória seria um inibidor dos instintos. “... o homem é um animal que tem memória. Como então usar este artifício sem deixar que ele apague seus instintos, sem que apague a vida ?”<sup>186</sup>. Ricœur conecta os ataques de Nietzsche à história aos argumentos de Platão em *Fedro*, em que a escrita é corruptora da interioridade. O filósofo alemão privilegia o presente, a força do momento, contra o peso da história e da memória. Entre Ricœur e Nietzsche, e em consequência direta Foucault, existe uma divergência fundamental sobre o sentido da história para a vida. Foucault mergulha nas críticas intempestivas do filósofo alemão pra fazer da sua história uma genealogia.

Ricœur afirma que a pergunta sobre as vantagens e desvantagens da história para a vida é pragmática, mas também é ontológica. Não é por acaso que seu diálogo com Nietzsche abre o capítulo sobre a condição hermenêutica da história. Acreditamos que a causa fundamental da refutação de Ricœur à crítica histórica proposta por Nietzsche esteja ligada à relação de temporalidade ancorada no presente que levaria à inversão da dimensão ética da história. Para Nietzsche história é potência de vida e não serve ao passado, muito

---

<sup>185</sup> NIETZSCHE, 2003 p. 9

<sup>186</sup> NIETZSCHE, 2003

menos à justiça e aos homens que estiveram anteriormente. Ela deve ser pela vida, pela potência do agora em que tudo pode perecer, esta proposição só pode levar a um embaraço, pois “viver e ser injusto são uma coisa só”<sup>187</sup>. Para Ricœur, inversamente, a história é uma forma de fazer justiça, de promover a ética e a justa memória do passado.

Nietzsche rejeita a história como peso no presente - o que importa é o instante, a força, a vontade, o instinto, e não a mediação entre os tempos, o diálogo, almejado por Ricœur. O hermenauta tem a paciência de um cristão, espera, pensa, organiza, media, como se tivesse a certeza antecipada da eternidade no devir<sup>188</sup>; Nietzsche, ao contrário, encontra a eternidade no instante, pois para ele não existe nada além do agora, a sua filosofia é visceral e anti-metafísica<sup>189</sup>.

Martin Heidegger<sup>190</sup> é herdeiro de Nietzsche. Apropria-se de sua concepção temporal e a amplia, deslocando sua força fundamental não no presente, mas no futuro; segundo Ricœur, Heidegger promove uma hierarquização original do tempo, que estabelece uma perspectiva inédita entre a filosofia e a epistemologia da história.

As relações entre Ricœur e Heidegger são complexas; certos críticos aproximam os dois filósofos e outros os distanciam. O que interessa ao nosso estudo é perceber como Ricœur se opõe à maneira heideggeriana radical de perceber a temporalidade, que deprecia a historiografia, tratando-a como forma inútil de captar ou narrar a experiência do ser-no-mundo: “concentrar-me-ei num único problema, tão limitado quanto outros herdados da

---

<sup>187</sup> REIS, 2011, p. 189.

<sup>188</sup> Mesmo sendo Ricœur um filósofo, algumas vezes é impossível desvincular completamente sua fé de sua filosofia.

<sup>189</sup> REIS, 2011.

<sup>190</sup> Limitaremos-nos a abordar Heidegger a partir da crítica de Ricœur, o que nos interessa são as formulações do hermenauta em seu combate ao filósofo alemão.

tradição filosófica, a saber, a capacidade de uma ontologia da temporalidade de tornar possível, no sentido existenciário da possibilidade, a representação do passado pela história e, aquém desta, pela memória”<sup>191</sup>.

A nova hierarquização temporal de Heidegger, segundo Ricœur, estipula três categorias : 1) intratemporalidade, que estaria ligada ao ser-no-tempo. 2) historicidade, que seria o intervalo entre o nascimento e a morte. 3) temporalidade fundamental, ligada ao ser-para-morte. Essa divisão está marcada por uma crescente densidade ontológica temporal, na qual a história estaria ligada a intratemporalidade, categoria menos autêntica. Nessa visão heideggeriana, a historiografia trataria das coisas vulgares, do tempo vulgar – o calendário – e das coisas manejáveis. A inscrição do tempo vivido no tempo do calendário seria uma operação epistemológica que nada acrescentaria ao *Dasein*<sup>192</sup>. A orientação para o futuro seria mais fundamental, mais autêntica e originária, do que a orientação para o passado e para o presente, em razão da densidade ontológica do ser-para-morte. Essa formulação é a grande crítica de Ricœur a Heidegger : “Meu medo, digo sem rodeios, é que a hierarquização, em *Ser e Tempo*, das instâncias temporais – temporalidade fundamental, historicidade, intratemporalidade – em termos de originariedade decrescente e de inautenticidade crescente, seja obstáculo ao reconhecimento de condicionalidade – e nesse de legitimidade – dispensado progressivamente de instância fundamental para instância fundamentada.”<sup>193</sup>.

Ao contrário de Heidegger, Ricœur coloca-se a favor de uma epistemologia que tende a uma ontologia histórica: “Minha tese é a seguinte: o historiador não ficou sem voz

---

<sup>191</sup> RICŒUR, 2010a, p. 359

<sup>192</sup> O *Dasein* é a categoria fundamental do ser para Heidegger.

<sup>193</sup> RICŒUR, 2010a, p. 367

por causa dessa maneira radical de entrar na problemática da temporalidade.” O filósofo francês avalia as limitações de *Ser e Tempo*: primeiramente, a morte não pode ser a maior possibilidade do ser. A angústia, que coloca seu selo sob a ameaça do morrer, mascara alegria e entusiasmo de viver, e deveríamos pensar e valorizar a vida e não a morte. Ricœur diz se espantar com o silêncio de Heidegger em *Ser e Tempo* em relação ao nascimento. A inautenticidade da historiografia não se confirma para Ricœur: estamos no tempo e esta é condição do ser, e a história como escrita tem acesso à temporalidade em todos os níveis, como formulam as categorias de Koselleck. A primazia do futuro do ser-para-morte despreza o passado, categoria fundamental para Ricœur, que se faz presente na figura verbal do “tendo sido”<sup>194</sup>, convocando a ideia no presente do ser-em-dívida. É na órbita deste signo que o “tendo sido” prevalece em densidade ontológica sobre o fato do não-ser-mais do passado decorrido. Nesse sentido, o ser-em-dívida constitui a maior possibilidade existencial da *representância*. “Uma dialética se abre entre ‘ter sido’ e ‘decorrido’, que é de grande auxílio no diálogo entre o historiador e o filósofo e no trabalho próprio daquele.”<sup>195</sup> Nota-se a elevação ontológica do argumento de Ricœur; a *representância*, antes debatida em termos epistemológicos, atinge seu status máximo quando confrontada com sua capacidade de ser uma escrita de função ontológica.

Toda a problemática da relação com a memória e a história como ausência do passado é alcançada pelo tema da morte em história. Se em Heidegger o ser-para-morte representa a temporalidade fundamental, em Ricœur não se trata desse termo, mas do ser-diante-da-morte, no qual entra o importante trabalho de luto: “uma versão ontológica e uma versão historiográfica do trabalho do luto se reuniriam num discurso-sepultura a duas

---

<sup>194</sup> RICŒUR, 2010a

<sup>195</sup> RICŒUR, 2010a p.375

vozes”<sup>196</sup>. O historiador faz o trabalho social de “enterrar”, este é o gesto de sepultura que a historiografia materializa em escrita. No entanto, o historiador é mais que um cozeiro que vela os mortos, ele os honra escrevendo sobre sua vida passada; em Ricœur é a vida e não a morte que celebra o historiador. O trabalho social do historiador ligado ao “gesto de sepultar” é uma apropriação por Ricœur de Michel de Certeau<sup>197</sup>. Olivier Abel aponta esse elo com Certeau em torno da história como uma escrita que “sepulta” os mortos, que os vela, como um dos centros de gravidade de *A Memória, a História e o Esquecimento*<sup>198</sup>.

A história e a memória em Nietzsche estão muito mais próximas do veneno do que da cura para o homem; em Heidegger a escrita da história não tem lugar fundamental para a constituição do ser. Isso afasta ambos da hermenêutica histórica proposta por Ricœur, na qual história e memória são meios privilegiados de acesso ao passado em direção ao trabalho de elaboração. A história como trabalho de memória se faz de duas maneiras: primeiramente, vinculada à vontade de fazer justiça à vida dos homens que estiveram no mundo anteriormente, num gesto de respeito à tradição; e como trabalho de luto pela necessidade de elaborar, no presente, os traumas das experiências do passado<sup>199</sup>.

Essas funções existenciais atribuídas por Ricœur à escrita da história vão ao encontro das proposições historiográficas aliadas à memória, que analisamos no primeiro capítulo: a história como resgate das identidades esquecidas e como trabalho de memória. Estes dois níveis são tratados separadamente, por uma questão de inteligibilidade didática, mas não são funções estanques, elas se entrecruzam na união de uma historiografia solidária à memória.

---

<sup>196</sup> RICŒUR, 2010a p.380

<sup>197</sup> VIGNE, 2006

<sup>198</sup> ABEL, 2006

<sup>199</sup> ABEL, 2006

A hermenêutica Ricœuriana reconhece finalmente a necessidade de uma relação dialética aberta entre memória e história, na qual nenhum dos dois termos prevalece sobre o outro e onde não há jamais (como não há jamais na concepção aberta da dialética de Ricœur) uma ultrapassagem para um terceiro termo que pretende constituir uma instância conclusiva e definitiva<sup>200</sup>.

Com essa dialética viva entre história e memória, Ricœur ao mesmo tempo se afasta de Nietzsche e Heidegger, e aproxima-se de Freud. Desde a década de 1960, Ricœur é um leitor atento de Freud; seu interesse inicial é pela utilidade da psicanálise para o trabalho interpretativo hermenêutico. Além disso, a teoria de Freud é um divisor de águas no pensamento contemporâneo: “Após ter descoberto que a Terra não é o centro do universo (Copérnico), e que a espécie humana não é a soma da criação (Darwin), o homem descobre que o *eu* não é o senhor em sua própria casa e pode reatar essa descoberta à Freud”<sup>201</sup>. Ao descobrir a existência de algo escondido em uma área de sombra – que a consciência não alcança –, Freud apresenta a problemática do inconsciente<sup>202</sup>. Para alcançá-lo deveria ser feito um grande trabalho de elaboração psicanalítica: um trabalho de memória.

Ricœur se interessa mais precisamente pelo método interpretativo psicanalítico que, através do trabalho narrativo, dialogal de compressão, busca clarificar os duplos sentidos da linguagem. Nesse aspecto, a hermenêutica em seu empreendimento de interpretar os signos do mundo é receptiva e enriquecida pela teoria freudiana. Deteremo-

---

<sup>200</sup> JERVOLINO, 2006 p. l’herméneutique ricoeurienne reconnaît finalement la nécessité d’un rapport dialectique ouvert entre mémoire et histoire, dans lequel aucun de deux termes ne prévaut sur l’autre et où il n’y a jamais (comme il n’y a jamais dans la conception ouverte de la dialectique de Ricœur) un dépassement en un troisième terme qui prétende constituer une instance conclusive et définitive.

<sup>201</sup> LAMOUCHE, 2006. p. 85. Après avoir découvert que la terre n’est pas le centre de l’univers (Copernic), et que l’espèce humaine n’est pas le sommet de la création (Darwin), l’homme découvre que le moi n’est pas maître dans sa propre maison . et peut rattacher à cette découverte à Freud.

<sup>202</sup> Nosso foco é a memória em Ricœur, a teoria do inconsciente é por demais complexa para entrarmos em detalhes, nos deteremos no profícuo diálogo de Ricœur com a interpretação psicanalítica freudiana em relação ao trabalho de memória.

nos na análise dos textos de Freud *Luto e Melancolia* e *Recordar, repetir e elaborar*, ambos utilizados por Ricœur em *A memória, a História e o Esquecimento*, para fazer um paralelo entre o trabalho de memória investido no indivíduo e o trabalho de elaboração em termos coletivos através da narrativa histórica.

O ponto de partida do trabalho de memória é a identificação de um de trauma, uma ferida que foi aberta e que necessita de tratamento<sup>203</sup>. Muitas vezes, como no caso das vítimas de guerras, a linguagem parece ser insuficiente para resgatar essa experiência tão forte e negativa. Porém, segundo Ricœur (e também Freud), não existe outra possibilidade para o homem se tratar além do trabalho pela linguagem. Esse tratamento, no entanto, não é simples, nem no nível individual nem no coletivo. A via longa da hermenêutica de Ricœur e o procedimento da clínica psicanalítica são exemplos desse exaustivo trabalho de linguagem, em que o tempo é essencial. “A lembrança não se refere apenas ao tempo: ela requer tempo – um tempo de luto”<sup>204</sup>.

Em *Recordar, Repetir e Elaborar*, Freud analisa a necessidade de resgatar essa memória ferida – que se esconde atrás de um mecanismo de defesa – a qual Ricœur denomina “memória impedida”. Esse tipo de esquecimento, de memória recalçada, leva o indivíduo à repetição: o que não pode ser lembrado é expresso em atos<sup>205</sup>. A repetição do sintoma pelo impedimento da memória traz sofrimento, pois a palavra cede lugar ao ato em um mecanismo violento e imbuído de ressentimento. A possibilidade de tratamento para o

---

<sup>203</sup>Um exemplo desse passado ruminante da história francesa é a república de Vichy. Henry Rousso trabalha esse tema no Livro : *Vichy, un passé qui ne passe pas*, Paris : Fayard, 1994.

<sup>204</sup> RICOUER, 2010a, p. 87

<sup>205</sup> FREUD, 1996

ciclo vicioso do recalque, da repetição do ato, é o trabalho de perlaboração que faz movimentar a linguagem em direção ao difícil trabalho de luto.<sup>206</sup>

O trabalho de luto é um importante momento de superação e difere do estado melancólico pelo seu desfecho positivo, já que nele é ultrapassado o trauma ou a perda vivida. Ricœur, em *A Memória, a História e o Esquecimento*, é muito sucinto em relação ao estágio melancólico; seu interesse é atribuir ao trabalho de luto uma positividade que impede o sujeito de cair no estágio deplorável do ressentimento. Mesmo que de alguma forma o luto tenha características da melancolia, em sentido maior eles são opostos. O luto tem a função positiva de superação do trauma, que possibilita ao *ego* novas investidas da *libido* em outros objetos, já a melancolia faz com que o sujeito padeça num eterno estágio de sentimento de perda.

Ricœur, portanto, é a favor do trabalho de luto para evitar a repetição e também a melancolia: “é o par luto/melancolia que deve ser tomado em conjunto, e é a propensão do luto à melancolia e a dificuldade do luto de escapar dessa tremenda neurose que devem suscitar nossas reflexões ulteriores sobre a patologia da memória e sobre as perspectivas terapêuticas assim abertas”<sup>207</sup>.

As categorias patológicas propostas por Freud para a memória individual podem ser transportadas para a memória coletiva pela sua natureza de constituição bipolar, privada e pública, segundo Ricœur. Porém, no tocante ao nosso estudo, essa associação, mais do que uma transposição de método - que é complexa<sup>208</sup> - faz perceber uma das dimensões

---

<sup>206</sup> FREUD, 1996

<sup>207</sup> RICOEUR, 2010a p. 85

<sup>208</sup> O método psicanalítico é analisado a nível da psique individual, a técnica é singular, a transposição de método é complexa, mas já foi problematizada por muitos estudiosos, inclusive Freud. Segundo Christopher

fundamentais da historiografia para Ricœur. Ao se vincular a Freud, a escrita histórica se torna um meio para a elaboração em direção ao reencontro e ao apaziguamento do passado ferido. Por esse olhar, o ofício do historiador pode ser comparado ao trabalho do psicanalista que procura, através da palavra, do discurso, ultrapassar os traumas de experiências no mundo.

O esquecimento é, à primeira vista, o grande inimigo da memória e da história. O dever de memória, a restituição das identidades e a elaboração do passado, todos eles têm como máxima a luta contra o esquecer. Essa seria a função do psicanalista e do historiador: trazer à luz um passado que não quer se mostrar, que está escondido. No entanto, é importante precisar alguns paradoxos. Primeiramente, não há memória sem esquecimento. Além disso, acentuando-se o paradoxo, a finalidade última de todo o trabalho de memória é atingir certo esquecimento, o “esquecimento de reserva”.

A memória total é impossível, assim como um conhecimento total é impossível. Ricœur se apropria do conto de Jorge Luís Borges, *Funes o memorioso*, para explicitar como uma memória absoluta, além de impossível, é opressora. O correlato direto da memória é o esquecimento, toda memória é seletiva; o que deve ser combatido são os abusos, tanto da memória quanto do esquecimento.

Se para Nietzsche a felicidade é o esquecimento, para Ricœur, ela está relacionada à “memória apaziguada” ou pode-se falar em “esquecimento feliz”, que é o horizonte ideal para toda memória ferida: o perdão. “Num sentido, o perdão faz par com o esquecimento:

---

Lasch : “A insistência de Freud na continuidade entre saúde psíquica e enfermidade psíquica possibilita ver as neuroses e as psicoses, em certo sentido, como a expressão característica de uma determinada cultura”. LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

não é ele uma espécie de esquecimento feliz? Certamente”<sup>209</sup>. O lado mais cristão de Ricœur ironicamente se encontra com o mais pagão de Nietzsche. Mas a possibilidade de uma memória feliz não é tratada de forma imediata ou ingênua, ela exigiria um trabalho doloroso sobre as feridas do passado<sup>210</sup>. Isso não significa ruminar eternamente um passado indigesto, mas elaborar para superá-lo definitivamente. Ricœur eleva a função da história a um trabalho de buscar a justa medida entre memória e esquecimento.

Neste capítulo, esse passeio sobre o labirinto da filosofia de Ricœur pretendeu ser um diálogo com um pensamento que aprofunda a reflexão do historiador preocupado com a densidade teórica de seu ofício. Nosso ponto de inflexão foi a relação entre história e memória, que Ricœur procura reconciliar após o rompimento dessa relação promovido por parte dos historiadores na segunda metade do século XX. Para Ricœur, as condições existenciais de retrospectão e acesso ao tempo pretérito são comuns à história e à memória, ou seja, para alcançar o campo do passado, a querela de prioridade entre elas é indecível. A história é feita da experiência humana e para a experiência humana, e nada melhor do que a memória, que reconhece o que passou, para validar o conhecimento histórico.

---

<sup>209</sup> RICOEUR, 2010a p.300

<sup>210</sup> LORIGA 2006

## CAPÍTULO 3

### MICHEL FOUCAULT E A HISTÓRIA COMO CONTRAMEMÓRIA

Viver é ser outro. Nem sentir é possível se hoje se sente como ontem se sentiu: sentir hoje o mesmo que ontem não é sentir – é lembrar hoje o que se sentiu ontem, ser hoje cadáver vivo do que ontem foi vida perdida.

Fernando Pessoa

#### 3.1 Foucault e os historiadores

É inegável a importância de Michel Foucault para a filosofia e o pensamento contemporâneo. O filósofo francês se tornou uma das maiores referências no âmbito das ciências humanas no fim do século XX, para pesquisadores que se aliam a suas ideias e também para aqueles que combatem suas proposições. Foucault produziu uma obra extensa que, como a de Ricœur, se orienta em múltiplas direções, abrangendo variados domínios disciplinares. Ao analisar sua trajetória, seus comentadores geralmente a classificam em três momentos; ainda que haja entre elas pequenas variações na denominação, em sentido amplo, convergem para mesma ideia taxonômica, sendo elas as fases: arqueológica, genealógica e ética ou cuidado de si<sup>211</sup>.

As três figuras do filósofo são certamente alvo de debate. Afinal, não é simples normatizar uma obra como a de Foucault, pois sua heterogeneidade reclama uma diversidade autêntica, estabelecida como um conjunto de máscaras de um pensamento em permanente mutação. Sua obra, como sua filosofia, é conduzida por rupturas, por fragmentos, ao contrário da de Ricœur, que pressupõe uma unidade, uma coesão. Enquanto Ricœur busca um embasamento filosófico na tradição fenomenológica-hermenêutica,

---

<sup>211</sup> Veiga Neto, por exemplo, utiliza o termo “domínios foucaultianos” para designar os momentos “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”.

Foucault estabelece primeiramente uma ligação com o círculo epistemológico francês de Georges Canguilhem e Gaston Bachelard para, mais tarde, na fase genealógica, empreender um profundo vínculo com a filosofia alemã de Nietzsche. Diante dessas filiações podemos ter alguns indícios de por que Foucault recusa, para o saber histórico, a função de reminiscência, que busca restituir no presente a identidade do passado vivido. Para Foucault a história não tem essência, não tem origem, não há sentido oculto, pois tudo é histórico. Talvez esta seja a maior exaltação do conhecimento; se tudo é histórico, esta ciência é elevada ao seu patamar mais glorioso. Todavia, esta proposição carrega uma negatividade: a pretensão de historicidade absoluta incorreria na perda de qualquer possibilidade de sustentação de referência. Portanto, a historicização radical de Foucault é ponto de desacordo com Ricœur e com os historiadores que ainda pretendem ancorar seu discurso num humanismo de referência sólida, seja ela ética, ontológica ou epistemológica.

Foucault, avesso a qualquer tipo de classificação, rejeita toda a taxonomia em torno de sua obra, tanto essas que propõem a descontinuidade em torno de seus escritos, quanto outras que procuram dar-lhe coerência unificante. Para ele, a escrita é o lugar da liberdade de pensamento; o autor aviltava qualquer tentativa de engessá-la em classificações e conceitos preestabelecidos, e afirmou: “Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever”<sup>212</sup>.

Foucault era uma figura retórica, não podemos levar todos seus comentários ao extremo. A pretensão de ser inclassificável, inapreensível, colocava-o em uma posição

---

<sup>212</sup> FOUCAULT, 2008a, p. 20

“privilegiada”, de lugar vazio, onde poderia gozar de liberdade plena para lançar suas críticas sarcásticas a grande parte da tradição do pensamento filosófico. Essa plasticidade acarreta uma dificuldade em relação à sistematização de sua obra, mas, ao mesmo tempo, gera toda potência de sua filosofia iconoclasta. No entanto, para uma pesquisa como esta, é necessário um nível de sistematização que permita uma reflexão esquemática, que viabilize uma inteligibilidade para trabalhar nossa questão específica. Seguiremos, portanto, a grande maioria de seus comentadores, que divide sua obra em três fases.

A primeira delas, a arqueológica, é associada à tradição estruturalista e se volta para a análise das condições históricas de possibilidade dos saberes. Entre os livros mais importantes dessa fase destacam-se *A História da Loucura* (1961) e *As Palavras e as Coisas* (1966), nos quais se encontra uma maior aproximação do filósofo com a corrente de Lévi-Strauss. François Dosse chama o período da publicação destes livros de “sagração estruturalista” de Foucault<sup>213</sup>. A última obra dessa primeira fase seria *A Arqueologia do Saber*, na qual se um esboça abandono, mesmo que parcial, da análise estrutural.

A segunda fase se caracteriza pela abertura da investigação sobre a noção de poder. Nesse momento, a análise arqueológica sobre a formação dos saberes é complementada por uma analítica das relações de forças que engendrariam a possibilidade de existência desses saberes. Na guinada genealógica a partir de 1970, marcada pela publicação da grande obra histórica *Vigiar e Punir* transparece com intensidade a herança nietzschiana de Foucault.

A terceira fase, algumas vezes denominada o “último Foucault”, caracteriza-se pelo retorno transversal à cultura greco-romana para investigar as práticas que conformam a

---

<sup>213</sup> DOSSE, 2001. p. 203

subjetivação do indivíduo através da noção de ética e cuidado de si. A retomada da questão da subjetividade é menos um retorno à questão do sujeito como ser fundante do conhecimento do que a continuação do “projeto anterior”, que se propõe a desconstruir esse sujeito essencial da tradição metafísica.

A problemática da história perpassa as três fases de Foucault, porém nosso recorte focalizará, sobretudo, as duas primeiras, na medida em que seu conjunto formula um método arqueogenealógico que consideramos conformar a historiografia como escrita antimemorial.

Mesmo privilegiando as duas primeiras fases, o saber histórico é fundamental em todo percurso filosófico de Foucault. Judith Revel aponta três domínios para o termo *história* em Foucault: O primeiro seria sua retomada explícita da genealogia de Nietzsche, constituindo-se numa crítica da história tomada como contínua e linear, que se engaja na procura das essências e das origens. Trata-se de retomar o filósofo alemão para reencontrar, através da história genealógica, a descontinuidade, o acontecimento e as singularidades. O segundo eixo seria a formulação do “pensamento do acontecimento”; a história se voltaria para as migalhas da existência, para os traços silenciosos e cantos obscuros, onde habitam os fragmentos de vida aparentemente sem nenhuma importância. Desse interesse pelo porão da história nasce sua fixação pelo arquivo, que encaminha o terceiro eixo; ao elaborar a partir de um olhar para o singular, Foucault empreende um novo diálogo entre história e filosofia. Sua divergência com a filosofia da história tradicional leva-o a interrogar a

historiografia francesa, a partir da década de 1960, sob outra perspectiva, a saber, uma filosofia crítica<sup>214</sup>.

Revel aponta muito claramente os três pontos em que Foucault interpela a história e faz dela, a nosso ver, uma nova relação com a memória: um retorno à genealogia de Nietzsche, uma visão de acontecimento como algo singular, inédito e uma nova sensibilidade para o arquivo e para análise dos documentos. Assim, cria-se outra maneira, oposta à de Ricœur, de questionar a relação entre memória e história através da filosofia desconstrucionista. A partir dessa outra perspectiva, a história ganha um novo “lugar” como salienta Arlette Farge:

Ler Michel Foucault ajuda a efetuar este trabalho [de ver a história de um outro lugar]; ele vai a contrapelo das ideias feitas e dilacera as certezas; ser historiador não é algo óbvio, e, se esse filósofo foi historiador, foi ao preço de questionamentos fundamentais das posturas, dos métodos e das convicções de ambas disciplinas<sup>215</sup>.

A história, para a filosofia de Foucault, é um assunto controverso; se para Revel, Paul Veyne, Arlette Farge Foucault é um entusiasta e exaltador deste saber, para outros pensadores, como Jean-Paul Sartre, seu pensamento, sobretudo sua arqueologia, formula a negação da própria história. Em uma entrevista de 1968, ao ser questionado sobre ao papel e a relevância da “nova geração de intelectuais”, Sartre dá o seguinte depoimento, ressaltando a recusa da história no pensamento de Foucault:

Uma tendência dominante, pelo menos, pois o fenômeno não é geral: a recusa da história. O sucesso que obteve o último livro de Michel Foucault é característico. Que encontramos em *As palavras e as Coisas*? Não uma “arqueologia” das ciências humanas. O arqueólogo é alguém que

---

<sup>214</sup> REVEL, 2005

<sup>215</sup> FARGE, 2011, p. 8

procura os vestígios de uma civilização desaparecida para tentar reconstruí-la. Ele estuda um estilo que foi concebido e posto em prática por homens. Esse estilo, é certo, impôs-se depois como uma situação natural, tomou a feição de um dado. Mas nem por isso deixa de ser resultado de uma *praxis* cujo desenvolvimento o arqueólogo descreve.

O que Foucault nos apresenta é, como muito bem viu Kanters, uma geologia: a série das camadas sucessivas que formam o nosso “solo”. Cada uma destas camadas define as condições de possibilidade de um certo tipo de pensamento que triunfou durante um certo período. Mas o que Foucault não nos diz o que seria mais interessante, a saber, como é que cada pensamento é construído a partir destas condições, nem como os homens passam de um pensamento pra outro. Ser-lhe-ia necessário, para isso, fazer intervir a *praxis*, portanto a *história*, e é precisamente isso que ele recusa.<sup>216</sup> (grifo nosso)

Para Sartre, a história em Foucault aparece como um fenômeno puramente passivo, seja porque a estrutura contém em si, desde a origem, os seus germes de morte, seja porque um acontecimento exterior a destrói. Nunca são os homens, eles próprios, que a modificam, porque não são eles que a fazem: pelo contrário, eles são feitos por ela. O desaparecimento ou o descentramento do sujeito, para Sartre, está ligado ao descrédito da história. O homem não pensa, é pensado, não fala, é falado, o sujeito nesse processo não ocupa uma posição central. E para o filósofo existencialista não é possível fazer história sem que o indivíduo tenha papel central; isso seria, no mínimo, um absurdo lógico.

Foucault causou desgostos tanto na esquerda marxista quanto na direita conservadora. *Vigiar e Punir* foi uma revisão crítica da teoria repressiva ligada à análise marxista, mas, mesmo antes de sua publicação, os herdeiros da filosofia de Karl Marx repudiavam o pensamento “burguês de Foucault” como foi expresso nas palavras de Sartre: “Para lá da história, bem entendido, é o marxismo que é visado. Trata-se de constituir uma

---

<sup>216</sup> SARTRE, 1968, p.125, 126

ideologia nova, a última barragem que a burguesia pode ainda erguer contra Marx”<sup>217</sup>. Do outro lado, Foucault colecionou críticos de direita que consideravam sua filosofia, juntamente com seu comportamento, subversivos demais. Aqui, sua posição de combate político em defesa dos homossexuais, numa época que estes eram considerados perversos e imorais, foi relevante<sup>218</sup>. O livro de James Miller<sup>219</sup> é o maior exemplo dessa crítica conservadora feita a Foucault. O escritor americano tece uma narrativa interligando a vida do autor a sua obra, unindo-as em torno de uma suposta perversão moral e sexual. Essas críticas lançadas pela ala ultraconservadora norte americana, país onde Foucault fez muito sucesso, são avaliadas por Didier Eribon como monstruosas e carentes de qualquer rigor filosófico, construídas basicamente por elementos ficcionais. Mesmo assim, elas ganharam certa repercussão em universidades e em revistas acadêmicas, demonstrando o mal estar que a filosofia e o comportamento transgressor do francês causaram em certos meios intelectuais<sup>220</sup>.

As proposições e provocações de Foucault se tornaram referência para todas as ciências humanas, porém entre ele e os historiadores se estabeleceu uma relação especial, pois esse, além de formular uma nova forma filosófica de questionar a história, também se aventurou pela escrita histórica em *Vigiar e Punir*. Mesmo que seus livros anteriores já tenham chamado atenção de grande parte dos intelectuais do mundo inteiro, após essa obra o confronto com os historiadores ficou mais estreito, na medida em que muitos deles começaram a questionar não somente as questões filosóficas de Foucault, mas também sua

---

<sup>217</sup> SARTRE, 1968. p. 126

<sup>218</sup> ROUDINESCO, 2005, 140.

<sup>219</sup> Ver: MILLER, James, *The Passion of Michel Foucault*. Nova York: Simon and Schuster, 1994. Miller acusa Foucault, o filósofo da “morte do homem”, de ter transmitido deliberadamente o vírus da AIDS para seus parceiros ao frequentar casas de sadomasoquismo enquanto morava na Califórnia. O autor propõe uma conexão absurda entre seu pensamento filosófico e fragmentos de sua biografia, sobretudo de sua vida sexual.

<sup>220</sup> ERIBON, 1996, p.45,46

forma de fazer história. Sua perspectiva inédita de problematizar a história seduziu muitos historiadores, e irritou outros tantos.

O historiador Jacques Léonard, no artigo “*L'historien e le philosophe*”<sup>221</sup>, critica o filósofo alegando que sua tese sobre as prisões projeta uma visão demasiadamente ampla, que desconsiderou detalhes importantes, fechando os olhos para a “poeira dos fatos”. Dito de outra forma, o historiador o acusa de ser leviano com as minúcias dos procedimentos históricos em nome da defesa de sua hipótese. Foucault responde às críticas, em *La poussière et le nuage*, ironizando a postura do historiador que pretende ser guardião da realidade passada: “o cavaleiro virtuoso da exatidão”<sup>222</sup>. Para Foucault, é ingênuo ou prepotente o historiador que supõe que, ao se agarrar em seu “método”, estaria imune a cometer erros sobre os fatos passados. Além do sarcasmo de Foucault em relação a Léonard, é importante atentar para a delimitação formal de sua pesquisa: mesmo que o filósofo tenha se aventurado nas proximidades da história, seus questionamentos não são os mesmos da história tradicional. Foucault não quer restituir a identidade de um período histórico, nem fazer uma narrativa dos sujeitos aprisionados; no caso de *Vigiar e Punir*, o que ele pretende é refletir, trabalhar a problemática filosófica do poder a partir das práticas do aprisionamento<sup>223</sup>. No debate com historiadores, Foucault, mais uma vez, revela suas ambiguidades e sua posição de entre-lugar: “Meus livros não são tratados filosóficos ou estudos históricos, no máximo fragmentos filosóficos em canteiros de história”<sup>224</sup>.

---

<sup>221</sup> LÉONARD, Jacques *L'historien et le philosophe : à propos de Surveiller et punir*, In : *Annales historiques de la révolution française*, numéro 288, 1977

<sup>222</sup> FOUCAULT, 2001 (I), “ le chevalier vertueux de l'exactitude”

<sup>223</sup> FOUCAULT, 2001(II) p.841

<sup>224</sup> FOUCAULT, 2001(II) p.840 «« Mes livres ne sont pas de traités de philosophie ni des études historiques ; tout au plus des fragments philosophiques dans des chantiers historiques »

Ao responder Léonard, Foucault pretende se esquivar do rigor da exatidão documentária, afirmando não querer “refazer” narrativamente um período histórico. Ou, de acordo com nosso entendimento, se recusa a refazer a narrativa da memória dos fatos e dos discursos que definiram a loucura e o aprisionamento. Essa resposta provavelmente é insuficiente aos olhos desses historiadores, já que a descrição dos fatos continua, aparentemente, carente de rigor. A crítica de Léonard a *Vigiar e Punir* no que diz respeito às falhas e equívocos referentes à exatidão das datas, dos fatos, dos documentos, era uma ressalva já recorrente desde *História da Loucura*. Para os críticos, Foucault, em sua vontade cega de comprovar sua hipótese, cometia sérios desvios, alucinando os arquivos e os fatos em nome de sua assertiva inicial. Segundo Elisabeth Roudinesco: “assim como os psiquiatras e psicólogos, os historiadores da psicopatologia tiveram a impressão de que a loucura que eles não souberam perceber nos arquivos, e que Foucault parecia ter magicamente exumado, deriva de uma construção literária brilhante, mas irresponsável”<sup>225</sup>.

Foucault, apesar de sua filosofia escorregadia – muitas vezes difícil de apreender – e de cometer gafes documentárias aparentemente inaceitáveis do ponto de vista histórico, tem uma legião de historiadores ao seu lado. O historiador Paul Veyne, grande admirador e amigo de Foucault, a despeito de todas as críticas mencionadas acima, destaca, em *Michel Foucault revoluciona a história*<sup>226</sup>, a importância do filósofo para a consciência histórica contemporânea. Veyne apresenta como o método de Foucault é influente para os historiadores e como ele revela uma nova forma de se pensar a história: “...descobriremos nesse pensamento difícil, algo muito simples e muito novo, que só pode encher de satisfação o historiador (...) Foucault é o historiador acabado, o remate da história. Esse

---

<sup>225</sup> ROUDINESCO, 2007, p.116

<sup>226</sup> Dosse ao escrever “Riceur revoluciona a história” provavelmente contrapõe este artigo de Veyne.

filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores”<sup>227</sup>.

Segundo Veyne, a grande intuição inicial de Foucault não é a estrutura, nem o corte, nem o discurso, mas a *raridade*<sup>228</sup>. A história não é o estudo das repetições ou das variações semânticas dentro das mesmas estruturas, os historiadores devem atentar para o que é estritamente singular. Isso significa que não existem objetos naturais cuja variação ao longo do tempo o historiador deve desvelar, o exemplo dado por Veyne para iluminar esse pensamento complexo e difícil de assimilar é o conceito de Estado. Mesmo que saibamos, antes de Foucault, que o Estado é uma instituição que varia radicalmente de sociedade para sociedade ao longo do tempo, continuamos acreditando em um “Estado”, que por mais que mude, está lá, como algo que sempre existiu naturalmente. A intenção de Foucault não é afirmar a inexistência do Estado, ele existe, mas sempre objetivado por uma prática, o problema é crer num Estado naturalizado ou em variedades de Estados, ao invés de estudar as práticas que o projetam.

Este exemplo procura clarificar a inovação do método de Foucault, que se concentra em investigar minuciosamente as práticas que determinam o que os objetos são, e não o inverso. Os objetos pareciam, ilusoriamente, vistos pelo método histórico tradicional, determinar nossa conduta, mas, antes de tudo, são as práticas que determinam os objetos. A partir desse pensamento baseado nas investigações das práticas em sua positividade bruta, Veyne anuncia Foucault como um positivista. Mas como assimilar que um filósofo, considerado pós-moderno e pós-estruturalista por muitos comentadores, e

---

<sup>227</sup> VEYNE, 1982, p.150

<sup>228</sup> VEYNE, 1982, p.150

muitas vezes vacilante em relação à exatidão dos fatos, seja positivista? Pois sua investigação almeja descrever as práticas sociais exatamente como elas realmente são, isso quer dizer, despojadas de preconceitos metafísicos e de falsas naturalizações.

Vê-se o método seguido: consiste em descrever, muito positivamente, o que um imperador paternal faz, o que faz um chefe-guia, e *em não pressupor nada mais*; em não pressupor que existe alvo, um objeto, uma causa material, (os governados eternos, a relação de produção, o Estado eterno), um tipo de conduta (a política, a despolitização). Julgar as pessoas por seus atos e eliminar os eternos fantasmas que a liguagem suscita em nós. A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz)<sup>229</sup>.

Veyne demonstra como o novo método rompe com a racionalidade teleológica da história. O método tradicional consistia em segurar duas extremidades da cadeia histórica e religar passado e presente através de relações causais. Foucault, ousadamente, rompe essa corrente “imaginária” tecida pelo historiador e propõe que cada acontecimento, cada conjuntura, seja analisada em seu ineditismo. Veyne, nesta análise, nos dá os primeiros indícios do que seria uma história como contramemória. Todas essas características que o historiador francês aponta como inovação de um método para história anunciam uma escrita que se projeta como a investigação que exalta o novo, o impensado, que se opõe à tradição que pretende, através da historiografia, restituir a memória do passado no presente. O modelo de inteligibilidade histórico é reelaborado em direção às práticas e ao discurso, abandonando as pretensões metafísicas e identitárias como função da historiografia, vista intrinsecamente como resgate de um passado que deve ser “lembrado”.

Pierre Nora é o historiador que mais efetiva a ideia da história desconstrutora da memória; ele promove, dentro da historiografia, essa inversão de método, desnaturalizando

---

<sup>229</sup> VEYNE, 1982. p. 157,158

a questão da memória ligada à identidade nacional. Nora manteve uma relação muito próxima de Foucault, tanto como pesquisador que alinha seu projeto historiográfico às ideias do filósofo, quanto como editor que publicava seus livros pela Gallimard. O historiador, no artigo *Nos années Michel Foucault*<sup>230</sup>, pronuncia uma espécie de luto público pela morte do filósofo. Muito elogioso e solene, Nora relata os últimos dias de Foucault, engrandecendo sua coragem e força para terminar os dois últimos tomos da *História da Sexualidade* – confiados a Nora para serem publicados pela Gallimard – mesmo depois da doença afligir duramente seu cotidiano<sup>231</sup>.

Dois anos após esse artigo, Nora organiza uma edição da revista *Le debat* intitulada *Michel Foucault*<sup>232</sup>, com a contribuição de vários intelectuais, em um tributo ao filósofo. Ao introduzir o dossiê-homenagem, Nora, em *Mémoire de Michel Foucault*, afirma que para se pensar o itinerário político e intelectual francês em sua nova configuração, dos anos 1960 aos 1980, a figura e o pensamento de Michel Foucault são indispensáveis<sup>233</sup>. Michel de Certeau e Arlette Farge são dois historiadores que rendem suas homenagens ao filósofo na edição da revista. Os dois tiveram suas pesquisas historiográficas muito influenciadas por seu pensamento. Michel de Certeau tem grande conformidade com o método da arqueogenealogia para elaborar sua investigação das práticas sociais em *A Invenção do Cotidiano*. Arlette Farge, por sua vez, aponta a importância de Foucault para uma nova perspectiva dos historiadores em relação à investigação no arquivo<sup>234</sup>.

---

<sup>230</sup> Este artigo foi primeiramente publicado no *Le nouvel observateur*, em 28 de junho de 1984 (três dias após a morte do filósofo). Foi reeditado no livro de Nora *Historien Publique 2011*

<sup>231</sup> NORA, 2011, p.405

<sup>232</sup> Le Debat. Michel Foucault, n° 41, septembre-novembre 1986. Paris, Gallimard.

<sup>233</sup> NORA, 1986.

<sup>234</sup> Ver : FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

No Brasil, alguns historiadores tiveram produções relevantes em publicações nas quais promoveram a desconstrução histórica aos moldes de Foucault. Margareth Rago, Durval Muniz de Albuquerque e Roberto Machado, sendo este último filósofo, são nomes de destaque que desenvolveram pesquisas ligadas às concepções foucaultianas da história. Rago, em *O efeito Foucault na historiografia brasileira*, demonstra que sua filosofia para os historiadores Brasil foi tão impactante quanto na França e em outros países: “Em suma, de um minuto para o outro, todas as nossas frágeis, desgastadas, mas reconfortantes seguranças haviam sido radicalmente abaladas por uma teoria que deslocava o intelectual dos seus espaços e funções orgânicas, questionando radicalmente seus próprios instrumentos de trabalho e modos de operação”<sup>235</sup>. Rago propõe três tipos de momentos que caracterizam a apropriação do pensamento de Foucault na historiografia. O primeiro seria o do privilegiamento do poder como positividade; o segundo se refere à eliminação do sujeito como agente histórico e fundante em relação aos acontecimentos; o terceiro remete aos modos de subjetivação do homem ao longo da história<sup>236</sup>. A lógica de Rago, para a apropriação de suas ideias na historiografia, segue como se os historiadores fossem absorvendo suas ideias de acordo o desenvolvimento de suas “fases”.

Mapear a recepção das obras de Foucault pelos historiadores neste estudo não seria possível e também não é nossa intenção, porém a importância desse filósofo para este círculo e o caráter ambíguo de sua apropriação são indiscutíveis. Sua obra tem uma relação especial com os historiadores, mas a polêmica em torno dela movimentou filósofos e intelectuais das ciências humanas em todo o mundo. Portanto, apesar de ser muitas vezes considerado um filósofo marginal, Foucault está no centro do debate nas ciências humanas

---

<sup>235</sup> RAGO, 1993.

<sup>236</sup> RAGO, 1993, p. 20

da segunda metade do século XX. A biografia de Didier Eribon confirma essa ambiguidade. Eribon faz um relato detalhado da vida do filósofo, desde sua infância difícil em Poitiers, até suas últimas experiências de vida, enquanto morava na Califórnia, antes da AIDS comprometer seriamente sua saúde. Interessa-nos ressaltar aqui dois pontos dessa rica biografia: seus “desencontros” com Paul Ricœur e sua trajetória ao mesmo tempo marginal e “gloriosa”.

Eribon relata dois encontros de Foucault com Ricœur. O primeiro foi em 1967 em Tunis, onde Foucault lecionava filosofia e Ricœur foi convidado pelo “Centro cultural de Catharge” para se apresentar numa série de conferências sobre filosofia da linguagem. Foucault estava presente na fala do hermeneuta e segundo Gérard Deladalle, fazia comentários “humorísticos” enquanto “ouvia” a palestra. Porém, depois da apresentação, quando foi aberto o debate, Foucault não pronunciou uma só palavra, ele não se dispôs, infelizmente, a iniciar um debate de ideias após a palestra. De toda forma, Foucault não se furtou de deixar clara a sua posição perante seus alunos; durante um seminário anunciou: “Eu vou resumir o que disse Ricœur”, e então reproduziu o que havia proferido o hermeneuta para, em seguida, perguntar se os alunos tinham entendido; após a confirmação de seus ouvintes, proclamou: “está bem, nosso objetivo é destruir isso tudo!”<sup>237</sup>.

O segundo “encontro” é mais trágico para Ricœur, pois se trata da eleição para assumir uma cadeira no Collège de France. O concurso é aberto com três propostas: “História dos sistemas de pensamento” defendida por Foucault, “Filosofia da ação” por Paul Ricœur” e “História do pensamento racional” por Yvon Belaval<sup>238</sup>. Foucault vence com a maioria absoluta dos votos e aos 43 anos é eleito professor de um dos institutos mais

---

<sup>237</sup> ERIBON, 2011, p. 297, 298

<sup>238</sup> ERIBON, 2011, p.342

célebres da França. Certamente, esse feito não seria possível para um pensador à margem da inteligência francesa. Sua filosofia se direcionou para as margens do pensamento, para os loucos, para os prisioneiros, para os anormais, mas este era um movimento que estava em ascensão – o que explica também seu grande sucesso – na França e no mundo inteiro.

A grande repercussão, tanto a negativa quanto a positiva, da obra de Foucault fez com que seus escritos, artigos e entrevistas fossem (e ainda são) reunidos de diversas formas. Estudiosos e comentadores do filósofo agruparam seus textos propondo seleções temáticas nas quais ressaltam diversos aspectos de sua obra. Com exceção da edição francesa *Dits et Écrits*, que publica toda a obra fragmentada de Foucault em ordem cronológica, o que se encontra comumente é a reunião temática dos textos.

Pretendemos buscar, dentro do baile de máscaras que é seu pensamento, os aspectos importantes para o conhecimento histórico em sua relação com a memória ou com os jogos de memórias. Não existe em Foucault um estudo dedicado exclusivamente à noção de memória, como se encontra na filosofia de Paul Ricœur. Não que ele não tenha se debruçado sobre essa questão, mas quando o fez, foi por meio de outros temas, como da identidade e história. No entanto, a memória foi ressaltada por organizadores e editores, que reuniram certo número de textos nos quais o tema *contramemória* era o eixo central. Como exemplo, as publicações editadas por universidades norte-americanas são emblemáticas. Uma delas consiste em uma seleção de ensaios e entrevistas intitulada *Language, Counter-Memory, Pratic History*. Esta reúne, na parte *Counter-memory, the philosophy of difference*, os textos 1) *What is an author?* 2) *Nietzsche, Genealogy and History*, e 3) *Theatrum Philosophicum*. Outra, *History as an Art of Memory*, do historiador Patrik H. Hutton, debate o conceito de memória na historiografia francesa e dedica capítulo exclusivo

(*History as Counter-Memory*) ao esclarecimento desta mesma ideia de contramemória em Foucault<sup>239</sup>.

Os exemplos corroboram a hipótese do presente estudo, pois, mesmo não existindo uma análise em Foucault dedicada exclusivamente à memória, é possível refletir a partir de seu pensamento uma espécie singular de memória histórica, ou melhor, de contramemória histórica. É sobre essa faceta do trabalho de Michel Foucault, que se refere à concepção de uma história que pretende ser antireminiscente e anti-identitária, que intenta refletir este capítulo. Pretende-se, portanto, estreitar o diálogo com o filósofo francês para perceber como sua proposta arqueogenealógica, intensamente apropriada pelos historiadores, produziu uma escrita histórica que se propõe e se desenvolve como contramemória.

---

<sup>239</sup> Como o importante é perceber a classificação dos textos, foram mantidos os títulos originais das publicações norte-americanas.

### 3.2 História, arqueologia, genealogia e arqueogenealogia

A segunda parte deste capítulo intenta explorar de perto as duas primeiras fases de Foucault, a arqueologia e a genealogia, como conjunto inovador para a análise do processo histórico. Este novo modelo opera uma desconstrução da filosofia do sujeito que afeta a nova história em todos os níveis, como demonstrou Veyne em *Foucault revoluciona a História*. A perspectiva de Foucault, em sua arqueogenealogia, tem em Ricœur sua antinomia direta. Para esclarecer essa hipótese é necessário primeiramente explorar mais de perto os pressupostos de Foucault, nos quais é proposta uma arqueologia do saber e uma genealogia do poder e, em seguida, analisar como estas duas “fases” se complementam. Ao esmiuçar esse método, poderemos refletir sobre qual é o seu funcionamento, o que ele pretende e como ele inverte a forma de se pensar a investigação histórica. Assim feito, poderemos iluminar o campo para pensar como o conjunto desta arqueogenealogia pode figurar uma história como contra memória.

A *Arqueologia do Saber* é lançada em 1969, como um processo de revisão e inovação no qual Foucault elabora e amadurece o procedimento *teórico-metodológico* aplicado em suas obras anteriores. O objetivo seria esclarecer as dúvidas e críticas que as análises de suas primeiras obras suscitaram. Ao propor o modelo arqueológico para a investigação histórico-filosófica, Foucault esbarra nas fronteiras da abordagem estruturalista<sup>240</sup>. O filósofo recusava este rótulo, como demonstra sua resposta para pergunta feita por Lucien Goldmann, após sua aula inaugural no Collège de France, sobre

---

<sup>240</sup> Não é tarefa simples falar de uma corrente estruturalista coesa, como já ressaltava Jean Pouillon em 1966, em seu artigo *Estruturalismo, uma tentativa de definição*. Roland Barthes se detém no mesmo empreendimento embaraçoso: traçar uma definição para a abordagem, em *A atividade estruturalista*. Esses textos são encontrados no livro: COELHO, Eduardo Prado. *Estruturalismo: Antologia de textos teóricos*. Martins Fontes: Lisboa, 1968.

seu vínculo com os estruturalistas: “A primeira coisa que direi é que jamais, de minha parte, empreguei a palavra estrutura. Procurem em *As Palavras e as Coisas*, e não a encontrarão. Então, gostaria muito que todas as facilidades sobre o estruturalismo me sejam poupadas, ou que se dê ao trabalho de justificá-las”<sup>241</sup>. No entanto, deve-se considerar que há certo exagero na fala, mais retórica que efetiva, de Foucault; basta uma breve pesquisa no *Vocabulário de Foucault*, de Edgar Castro, e descobre-se que o filósofo recorre, em mais de vinte passagens, ao uso da palavra “estrutura” em *As Palavras e as Coisas*.

Interessa-nos perceber em que nível a abordagem estruturalista exerceu influência sobre a obra de Foucault, e que, de certa forma, esta esteve presente em toda a sua trajetória, inclusive em suas obras mais tardias. Possivelmente, a mais relevante convergência com a abordagem estruturalista seja a questão do descentramento do sujeito. Essa problemática, segundo Foucault, seria o ponto comum a todos eles. Foucault alega que se fossem interrogados Althusser, Lacan, Lévi-Strauss e ele mesmo sobre o que teriam em comum entre si, somente em um aspecto todos eles se encontrariam: no que se refere à consciência e à existência humana, todas as análises tomariam como mote o questionamento antropológico do privilégio do homem e do sujeito<sup>242</sup>.

Foucault parte de uma profunda crítica à tradicional filosofia da história calcada na centralidade da consciência, na noção de sujeito fundador e na verdade essencial como a tradição metafísica postulava. Essa postura crítica o liga, certamente, ao círculo estruturalista. O filósofo francês pretende, portanto, em sua arqueologia, elaborar nova forma de analisar a história, na qual intenta se distanciar desses pressupostos humanistas que dominaram por muito tempo o pensamento da filosofia ocidental.

---

<sup>241</sup> FOUCAULT, 2000, p.39

<sup>242</sup> FOUCAULT, *apud* CASTRO, 2004.

A arqueologia se difere da filosofia do sujeito pela sua abordagem, porque se afasta de outros discursos científicos que tratam do sujeito; suas estratégias teóricas independem da escolha consciente dos homens ou constituem a expressão ideológica de práticas sociais, limitando-se ao nível estritamente discursivo. Pelo seu objeto, porque o ponto de inflexão sobre o qual ela se detém deixa de lado as ciências constituídas, como a matemática e a física, para mover-se na região frágil e movediça das chamadas ciências do homem, pelo seu caráter polêmico, porque entre aqueles discursos cujos domínios dizem respeito à questão do homem (no sentido de evidência epistemológica), há um deles em relação ao qual ela pretende escapar, que é o discurso fenomenológico.<sup>243</sup>

De acordo com Foucault, foram formuladas duas propostas que miravam sair dos limites da filosofia do sujeito: o positivismo lógico com a teoria do saber objetivo, e o estruturalismo. Porém, sua estratégia de escapar dessa filosofia parte de uma postura estruturalista para depois abandoná-la. A tentativa de superar essa abordagem é a tarefa de *A Arqueologia do Saber*, que se propõe a ser uma análise do discurso, mais especificamente das práticas discursivas. Foucault se concentra num esforço teórico e analítico para criar estratégias metodológicas que possibilitariam uma investigação objetiva em relação aos discursos e enunciados. Para compreender e analisar com maior intensidade as implicações do uso do novo procedimento e sua relação entre memória e história, é imprescindível revisitar esses dois importantes elementos que ganharam significado original na “metodologia arqueológica” de Foucault.

O discurso, segundo Foucault, deve ser analisado em sua forma mais elementar, mais “positiva”, desnudado das classificações que usualmente o aprisionam. As categorias classificatórias, como literatura, ciência, filosofia, história, buscavam estabelecer pretensa unidade ao discurso, e para Foucault essa unidade se configurava falsa. Os discursos em nenhum nível de análise possuiriam, portanto, princípio unificador, sendo, na realidade, uma dispersão de elementos. A síntese do heterogêneo, como princípio de inteligibilidade

---

<sup>243</sup> CANDIOTTO, 2010, p. 39

do texto em Ricœur<sup>244</sup>, a partir da perspectiva arqueológica, é pensada como um esforço abusivo de unificação em função da criação de sentido. O discurso deve ser visto como ele é: uma dispersão. “Não buscaríamos mais, então, uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e introduzi-los no mesmo edifício dedutivo; tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão”<sup>245</sup>. A suposta unidade do discurso é comumente atrelada a quatro elementos: objeto, estilo, conceitos e tema – todos recusados por Foucault. Os discursos estão em dispersão, e o historiador deve entendê-los desse modo<sup>246</sup>.

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, uma ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador<sup>247</sup>.

Os elementos acima citados são balizados pela arqueologia de forma diferente da investigação convencional em que são tratados como coisas em si; o processo arqueológico os pensa como categorias objetivadas pelas práticas. Os objetos, como política, governo, povo, sujeito – podemos inferir também a memória – não existem por si, mas são objetivados por uma “prática discursiva”, que se torna, dessa forma, a categoria fundamental do processo investigativo da arqueologia. Nora, ao se debruçar sobre os lugares de memória, analisa como os discursos, ao longo do tempo, objetivaram e construíram a memória do povo francês. Nesse sentido, sua reflexão está muito próxima da metodologia arqueológica de Michel Foucault, ao propor que a memória nacional não

---

<sup>244</sup> Ver : RICŒUR, O que é um texto : in *Do texto a Acção: ensaios de hermenêutica II*. Rés, Porto, 1989

<sup>245</sup> FOUCAULT, 2008a, p.40

<sup>246</sup> FOUCAULT, 2008a.

<sup>247</sup> FOUCAULT, 2008a, p. 180

existe em si mesma, mas é conformada por práticas sociais passíveis de descrição pela pesquisa histórica<sup>248</sup>. Rejeitando as elaborações tradicionais do discurso, a arqueologia pretende partir do princípio mais elementar e positivo: o das práticas discursivas.

Se a arqueologia aceita os discursos em sua dispersão, para que este modelo de análise serviria? Segundo Roberto Machado, a descrição arqueológica procuraria estabelecer as regularidades que funcionam dentro da lei da dispersão<sup>249</sup>. Regularidades que, longe de serem falsas criações unificadoras fictícias da história, são as regras de formação que definem a condição de existência do discurso. A análise arqueológica procura não se fechar no interior do discurso, na medida em que se preocupa em descrever o que possibilita sua existência. Procura-se, dessa forma, articular – mesmo que de forma sutil e questionável – o discurso com as regras não-discursivas<sup>250</sup>. O problema reside na incapacidade do método em elaborar uma análise que calcule, ou ao menos que discuta, esse nível de relação entre eles. Esse pode ser um dos obstáculos enfrentados pela arqueologia que impulsionaria o passo à frente em direção à arqueogenealogia.

Cada discurso deve ser analisado em seu momento, seu contexto, seu referente, e de forma única. Essa maneira de olhar para o discurso revela ao historiador que tudo é singular na história universal. Não se pode mais falar em invariantes históricos, nem em essências, nem em objetos naturais, o discurso deve ser pensado em sua formação histórica e em nada mais que o banalize e o racionalize<sup>251</sup>. Esse é o esforço de percebê-lo dentro do que ele realmente é, a saber, um acontecimento único. A sugestão tácita de Foucault aos

---

<sup>248</sup> Nossa análise vai ao encontro das proposições de Patrick Hutton que alinha a proposta de Nora à desconstrução operada por Michel Foucault.

<sup>249</sup> MACHADO, 1974, p.9

<sup>250</sup> A impossibilidade de determinar o nível de causalidade entre discursivo e não discursivo é um dos motivos que levam Foucault a afirmar que seu estudo não pode cunhar uma teoria.

<sup>251</sup> VEYNE, 2009, p.11, 12

historiadores consiste em levar o mais longe possível a análise das formações históricas ou sociais, até pôr a nu sua “estranheza singular”<sup>252</sup>. Veyne insiste, com razão, que a noção de discurso de Foucault introduz ao conhecimento histórico uma dimensão inovadora sobre singularidade do acontecimento, e que essa ideia bem compreendida impossibilita que pensemos a partir de pressupostos universais, deixando assim a inquietude tomar lugar das muitas certezas antes preconcebidas. Indagamo-nos se nessa história, onde tudo é singular, há algum espaço para o conceito de reconhecimento, de memória e de identidade. Ela executa o tipo de abordagem que Ricœur classifica como pertencente ao gênero do Outro, produtor de uma ontologia negativa do passado, em que a alteridade radical prevalece sobre a identidade<sup>253</sup>. Dessa forma, a possibilidade de reafirmação do passado inexistente, pois a singularidade ligada a uma autenticidade do fato não busca o reconhecimento, mas a diferenciação.

O enunciado é a matéria que constitui o discurso - sua unidade elementar. A fim de caracterizá-lo, Foucault primeiramente esclarece o que ele não é: o enunciado não é frase, proposição ou ato de fala. O enunciado não é uma estrutura, não é em si mesmo uma unidade, e sim uma função de existência, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que as faz aparecer como conteúdos concretos no tempo e no espaço. Giorgio Agamben ressalta que a teoria do enunciado é novidade incomparável da arqueologia, justamente por ela tomar como objeto não as frases ou as proposições, mas os enunciados, não o texto dos discursos, mas o fato de eles terem um lugar<sup>254</sup>. Dentro das dificuldades de explicar o que é o enunciado, Foucault elenca quatro elementos que o definiriam: 1) referente (ou seja, um princípio de diferenciação); 2) sujeito (no sentido de

---

<sup>252</sup> VEYNE, 2009, p.17

<sup>253</sup> RICŒUR, 2010b (III). p. 247.

<sup>254</sup> AGAMBEM, 2008, p.140

“posição” a ser ocupada, sintático); 3) campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e 4) materialidade específica – por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução<sup>255</sup>.

Descrever essas especificidades é a função da arqueologia que busca relatar a singularidade dos acontecimentos e apreendê-los em seu tempo e lugar. O enunciado não é livre, desprendido, mas imbricado em um emaranhado de outros enunciados, portanto, descrevê-lo é detalhar sua função enunciativa, da mesma forma que descrever um discurso é descrever sua formação discursiva. Como o enunciado é o elemento constitutivo do discurso, existem entre essas duas descrições uma correspondência<sup>256</sup>. A partir desse correlato é possível delimitar a noção de formação discursiva: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”<sup>257</sup>.

É inegável a força das novidades trazidas pela arqueologia. Pode-se dizer que uma delas seria o esforço pela descrição o mais positiva possível das práticas discursivas, através da maneira inédita de avaliar os discursos e os enunciados. Este novo método desperta inquietudes que, por si só, já contém uma potência reflexiva. No entanto, a arqueologia é de difícil apreensão, ela muitas vezes diz mais do que não quer ser do que esclarece precisamente como traçar o seu caminho investigativo. Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, em *Michel Foucault – uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*, apontam certas insuficiências e limites da metodologia arqueológica de

---

<sup>255</sup> FOUCAULT, 2008a

<sup>256</sup> FOUCAULT, 2008a

<sup>257</sup> FOUCAULT, 2008a, p. 133

Foucault. Os autores chegam a falar de seu “fracasso metodológico”, na medida em que a descrição das regras de formação dos discursos e dos enunciados apresenta dificuldades operacionais aparentemente insolúveis como sugere o trecho abaixo:

Foucault o arqueólogo, rejeita esse apelo do sentido. [dos objetos e dos sujeitos] Ele argumenta que as práticas discursivas, consideradas do ponto de vista de sua neutralidade exterior, abrem um espaço de transformações sem sentido, que obedecem a certas regras em que os enunciados, os sujeitos, os objetos, os conceitos etc. são percebidos como tendo sentido. Devemos agora perguntar: como, de acordo com Foucault, as práticas discursivas, consideradas acontecimentos sem sentido, em um espaço de exterioridade puramente lógico, formam e regulam os sujeitos do discurso e os enunciados, os sujeitos e os objetos de discurso considerados com sentido?<sup>258</sup>

A arqueologia serve como técnica para isolar discursos-objetos e desnaturalizá-los dentro da lógica metafísica, porém ela encontra um limite. O problema, segundo Dreyfus e Rabinow, situa-se na impossibilidade de trabalhar a causalidade entre o discursivo e o não-discursivo; como já tínhamos apontado anteriormente, a arqueologia não é capaz de responder essa questão, ela não pode explicitar esse funcionamento. No entanto, não se pode negar que, em certa medida, há uma tentativa primária de integrar o extra-discursivo à análise dos discursos práticos. Segundo Foucault, a dispersão dos discursos, com suas lacunas, fraturas, incompatibilidades, colocações e substituições, pode ser descrita na sua singularidade se pudermos determinar as regras específicas segundo as quais se formaram objetos, enunciados e conceitos<sup>259</sup>. Dessa forma, a investigação das regras que regem os sistemas dos saberes seria uma tentativa de alcançar a descrição ao nível do extra-discursivo, porém, é exatamente essa tentativa que, para Dreyfus e Rabinow, configura-se num dos grandes fracassos do método. O poder causal atribuído às regras que regem os sistemas discursivos, segundo os autores, é ininteligível, tornando-se incompreensível o

---

<sup>258</sup>DREYFUS;RAINBOW, 2010, p. 106

<sup>259</sup>FOUCAULT, 2008a, p.156,157

tipo de influência que as instituições sociais, como o Estado, têm sobre as práticas discursivas<sup>260</sup>.

Ricœur, como Dreyfus e Rabinow, é extremamente crítico ao “primeiro Foucault”, porém as discordâncias do hermeneuta ultrapassam as questões de métodos, ele não aceita a falta de referência com que o filósofo da suspeita opera em sua teoria arqueológica: “... as negações abundam: nem interpretação, nem reconstrução das continuidades, nem enfoque no sentido das obras à maneira psicológica, sociológica ou antropológica; em *resumo*, a *arqueologia não procura reconstituir o passado, repetir o que foi*; Mas o que ela quer e o que ela pode?”<sup>261</sup> (grifo nosso). Essa pergunta de Ricœur não é retórica como as muitas de Foucault, ela parte de seu grande receio sobre o alcance do novo método, sobretudo, no que diz respeito à grande potência de desconstruir o que é caro ao hermeneuta, a saber, a tradição metafísica da filosofia do sujeito. Uma das possíveis consequências desse empreendimento está expressa no grifo acima, que toca no cerne de nossa questão central, pois se é retirada da história sua função antropológica, sua ligação fundamental com sujeito, coloca-se em xeque sua função memorial.

A problemática sobre a relação entre o discursivo e o extra-discursivo consiste em um desafio para Foucault, porém sua saída não é recuar em direção à aceitação da formulação de sentido como proporia Ricœur. Seu passo vai ao encontro de uma análise sobre as relações de poder, que envolvem em todos os níveis a formação e a elaboração dos discursos. Entre as publicações de *A Arqueologia do Saber* e de *Vigiar e Punir* existe uma lacuna de seis anos, daí podemos inferir que ele passou muito tempo remodelando e expandindo seus instrumentos intelectuais. Depois da arqueologia ele se desviou da

---

<sup>260</sup> DREYFUS;RAINBOW,2010 p. 106

<sup>261</sup> RICŒUR, 2010a p. 210

tentativa de desenvolver uma teoria do discurso, e usou a genealogia de Nietzsche como um ponto de partida para o desenvolvimento de um método que lhe permitiria tematizar a relação entre verdade, teoria, instituições e as práticas sociais. Isso o leva a prestar uma crescente atenção ao poder nas suas relações com as ciências humanas. Este desenvolvimento é certamente uma ampliação das perspectivas, mas o método arqueológico não é rejeitado<sup>262</sup>. A causalidade histórica, que estava sem motor, encontra na analítica das relações de poder não um reestabelecimento da lógica evolutiva, mas uma engrenagem positiva das mudanças do caleidoscópio da história.

Portanto, estudar o poder torna-se mais evidente e central para Foucault, fato que o leva a uma investigação genealógica; porém, é preciso estabelecer primeiramente uma ressalva: não há em Michel Foucault teoria geral sobre o poder, se se entende a teoria como uma exposição sistemática. Não existe uma natureza do poder que deva ser desvendada, portanto, é impossível estabelecer uma teoria conceitual sobre ele. Ou seja, não existe o poder em si, mas práticas, situações nas quais é exercido. As relações de poder estão por toda parte, em todas as esferas sociais – desde as mais formalizadas, como o Estado e as instituições, até as redes capilares, mais íntimas e cotidianas.

Para Foucault, o poder não pode se limitar à análise economicista ligada ao estabelecimento do Estado e de seus mecanismos repressivos. O poder seria mais capcioso, extrapolando os limites da repressão estatal; está por toda parte, enraizado nas mais distintas relações sociais.

Uma análise marxista que se apoie unicamente nas relações de Estado e de economia para entender os mecanismos de poder está absolutamente incompleta. No século

---

<sup>262</sup> DREYFUS; RAINBOW, 2010 p. XXV ; MACHADO, 2008

XIX havia um grande problema a ser resolvido: a miséria causada pela exploração de riquezas. Para entender esse mecanismo, os intelectuais se apropriaram basicamente dos instrumentos conceituais marxistas, portanto, a explicação econômica reinava quase absoluta no horizonte teórico. Entretanto, passado o século XIX, o problema do poder persistiu e, segundo Foucault, “o século XX descobriu o contrário; podem-se resolver todos os problemas econômicos que quiserem, os excessos do poder permanecem”. Foucault utiliza o problema político da guerra da Argélia – em que a França insistia em manter a colônia quando a questão financeira não era mais favorável, mas as relações de poder e de subordinação ainda se impunham – para exemplificar a falência dessa tentativa de explicação<sup>263</sup>.

A análise desse acontecimento, portanto, deveria extrapolar a “simples” explicação econômica em direção à complexificação do assunto em outras variáveis. O grande desafio dos intelectuais do século XX seria entender os mecanismos do poder, seu funcionamento e instrumentalização, dentro de uma rede complexa de relações sociais. O século XIX descobriu e investigou os mecanismos de exploração; o desafio do século XX seria desvendar as relações de poder por trás de tudo isso<sup>264</sup>. Sua abordagem da noção de poder rompe com a concepção instrumentalista do marxismo e promove uma pluralização<sup>265</sup>. Nesse âmbito, Foucault se dedica às formas complexas do exercício das relações de poder em seus estudos genealógicos.

A “genealogia do poder” não tem uma obra dedicada ao estudo metodológico como há na arqueologia, porém *Vigiar e Punir* esclarece alguns procedimentos

---

<sup>263</sup> FOUCAULT, 2006, p. 226

<sup>264</sup> FOUCAULT, 2006, p. 95

<sup>265</sup> DOSSE 2001, 223

metodológicos e explícita como se pretende trabalhar a noção de poder em suas relações com o mecanismo punitivo dos séculos XVII ao XIX.

O objetivo do livro é traçar uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar “uma genealogia do atual complexo científico-judiciário, onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”<sup>266</sup>. Para esse estudo, Foucault pretendeu escapar de duas análises usuais: a primeira, que percebe uma ideia de progresso na sensibilidade coletiva em relação aos suplícios e às punições e, assim, faz uma correlação dos processos penais com uma evolução do humanismo; e a segunda, que se contenta em apenas analisar as formas sociais gerais à esteira de Durkheim. Com efeito, Foucault mais uma vez pretende escapar da hermenêutica e do estruturalismo. Para isso, define quatro regras, das quais três serão aqui ressaltadas por serem propostas mais gerais para a análise investigativa da ideia de poder. 1) Não focar mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos repressivos, mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir. Portanto, colocar a punição como função social complexa. 2) Analisar os métodos punitivos como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Entender os castigos como tática política. 3) Colocar a tecnologia do poder no princípio da humanização da penalidade e do conhecimento do homem<sup>267</sup>.

A reflexão parte de uma perspectiva relacional, de forma que o poder não é concebido como propriedade, mas como estratégia. Como não se trata de uma “coisa”, de uma substância, mas de uma relação, o poder não pode ser “apoderado”, mas usado como dispositivo tático passível de desenvolvimento técnico e funcional.

---

<sup>266</sup> FOUCAULT, 1998, p.23

<sup>267</sup> FOUCAULT, 1998 p.24

Se a arqueologia permite desconstruir a ideia de uma tradição memorial que deve ser resgatada, a exemplo do empreendimento de Nora em *Les Lieux de Mémoire*, a genealogia é mais um passo contra a história desvinculada da memória. Esse mecanismo analítico do poder instiga os historiadores a buscarem as relações de força que estão por trás da suposta reivindicação memorial e identitária. Como não há discurso neutro, a narrativa histórica que busca restituir a identidade passada é imbuída de questões estratégicas que se entrelaçam nas redes de força. Todo projeto de reivindicação de identidade em nome da memória do passado está necessariamente envolto de relações de poder, e não de relações de sentido.

O pesquisador historiador, ao se envolver com a pesquisa sobre o passado, está inexoravelmente dentro dessa relação; sua própria escrita é saber-poder. Nessa perspectiva de Foucault não há saber neutro, o que leva Ricœur a indagar: Como fica a perseguição inicial da arqueologia que era aficcionada pela descrição da objetivação “do território purificado dos enunciados”<sup>268</sup>, em busca da neutralidade e da positividade? Como um historiador mantém-se na descrição pura dos enunciados, se pretende associar as formações discursivas às representações e práticas sociais, sem considerar que o discurso esteja dotado de um sentido extra-discursivo que, de certa forma, o retira dessa suposta neutralidade? O sentido do argumento de Ricœur sugere que a arqueologia – ao pretender uma descrição dos discursos, na qual aparentemente o pesquisador se anula para atingir a maior objetivação da análise dos documentos – seria incompatível com a genealogia.

A pergunta de Ricœur é pertinente, mas desconsidera que esse descolamento ao não-discursivo não é uma elaboração de redes de sentido, mas de uma rede complexa de

---

<sup>268</sup> RICŒUR, 2010a, p 212

forças, que são positivas e viscerais, e não metafísicas. Por isso, a arqueologia do saber e a genealogia do poder são entendidas aqui como dois projetos que se complementam. Segundo Roberto Machado, não há aí contradição alguma, pois a arqueologia procura estabelecer a constituição dos saberes, privilegiando as relações discursivas e sua ligação com as instituições, respondendo, assim, *como* os saberes apareciam e se transformavam. A proposta genealógica, partindo da análise arqueológica, pretende responder à questão do *porquê*. “A análise do porquê dos saberes pretende explicar sua existência e suas transformações, situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político...”<sup>269</sup>. As duas propostas são complementares, fazem parte de um processo na trajetória do pensamento de Foucault. Propostas que se fundem para resultar numa nova forma de investigação.

A ampliação do campo investigativo, a qual inclui a genealogia de maneira mais precisa para o estudo das práticas não discursivas, em direção aos jogos de poder, ajuda a melhor definir e assimilar a precisa definição formulada por Foucault de práticas discursivas: “As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discurso. Elas tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e mantêm”<sup>270</sup>. Ele, dessa forma, busca uma saída para a crítica de Dreyfus e Rabinow que dizia que a arqueologia era incapaz de explicar como as práticas discursivas afetam as práticas sociais e vice versa, aparentemente se fechando num território linguístico<sup>271</sup>. Deleuze, comentador e amigo de Foucault, corrobora com a visão de que as

---

<sup>269</sup> MACHADO, 2008, p. X

<sup>270</sup> FOUCAULT, 1997, p.12

<sup>271</sup> DREYFUS;RAINBOW, 2010 p. XXII

relações entre discursivo e não discursivo são justamente a fusão das duas abordagens: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade”<sup>272</sup>.

O saber e o poder são indissociáveis, temos que admitir que o poder produz saber e que os dois estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder.

Então, é toda essa ligação do saber e do poder, mas tomando como central os mecanismos de poder, é isso, no fundo, o que constitui o essencial do que eu quis fazer, quer dizer, isto não tem nada a ver com estruturalismo, e se trata, sem dúvida nenhuma, de uma história – bem-sucedida ou não, não me cabe julgar,- de uma história dos mecanismos de poder e da maneira como eles se engendram<sup>273</sup>.

Portanto, saber e poder são as categorias principais de uma análise que podemos chamar de arqueogenealógica, em que o discurso manifesta um saber envolto nas relações de poder. “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder”<sup>274</sup>.

O método de Foucault inverte e subverte o olhar para a tradição e a história, sua proposta é radicalmente iconoclasta, seu posicionamento, antimemorial, seu olhar para o passado não intenta resgatar, mas cortar, como afirma: “o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite”<sup>275</sup>. A arqueologia desnaturaliza os objetos e os conceitos, dessa forma, colocando em xeque as noções de memória e identidade como algo que deva

---

<sup>272</sup> DELEUZE, 1988, p. 23

<sup>273</sup> FOUCAULT, 2005, p. 227

<sup>274</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 142

<sup>275</sup> FOUCAULT, 2008a, p.6

ser desvelado. A busca dessas categorias metafísicas em nome de um sujeito ou de uma humanidade que quer se reencontrar com seu passado é uma operação criadora de simulacros, exatamente do que arqueologia pretende se afastar. Ao incluir a genealogia do poder, Foucault acentua a crítica à busca identitária de resgate da experiência, na medida em que a memória construída discursivamente pelos historiadores seria elaborada por uma operação regida por interesses, por relações políticas de força. É esse mecanismo que revela Pierre Nora e outros historiadores<sup>276</sup> ao denunciar a efervescência memorial que vem subjugando a história. Portanto, a partir da análise arqueogenealógica, acreditamos ficar claro como o procedimento *metodológico* de Foucault se afasta de uma história vinculada à memória, como postula Paul Ricœur.

---

<sup>276</sup> Ver os artigos : OZOUF Mona, “Célébrer, savoir et fêter”, *Le Débat*, 1989/5 n° 57, p. 16-31; RAYNAUD Philippe, “La commémoration : illusion ou artifice ?”, *Le Débat*, 1994/1n° 78, p. 99-110 ; BENSOUSSAN Georges, “Histoire, mémoire et commémoration. Vers une religion civile”, *Le Débat*, 1994/5 n° 82, p. 90-87.

### 3.3 A operação historiográfica: documento-monumento

A análise do documento merece destaque, pois a forma como o historiador o trata é chave para entender seu processo teórico-metodológico. No que diz respeito à sua interpretação na prática do historiador, essa é uma contribuição autêntica de Foucault. A história, segundo o filósofo, não deve procurar nos documentos a verdade escondida por trás de sua opacidade, no intuito de desvelar sua essência. O documento não é o vestígio deixado pelo passado, como um rastro que sobrevive ao tempo e que guarda, em si, parte resgatável da experiência anterior, passível de ser decifrada em investigação. Esta é uma diferença marcante entre ele e Paul Ricœur, que constitui pedra de toque para diferenciar a relação entre história e memória para cada um. Para o hermeneuta, o documento guarda o grande enigma da presença ausente, absorvendo em si todo mistério do passado que o historiador deve descobrir. Para Foucault é exatamente este ponto de vista que é preciso mudar em direção a uma análise objetivante. Diante dessa mudança de olhar para o documento, a história se volta para a arqueologia e o documento deve ser tratado como monumento:

ela [a história arqueológica] o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações<sup>277</sup>.

Jaques Le Goff foi o historiador responsável por disseminar a noção de documento monumento de Foucault para o círculo dos historiadores. A crítica ao documento, segundo

---

<sup>277</sup> FOUCAULT, 2008a p.7

Le Goff, já vinha sendo formulada em profundidade desde a primeira geração dos *Annales* com Lucien Febvre e Marc Bloch. Porém, Michel Foucault o submete a uma crítica ainda mais radical, que implica levar em consideração a sua utilização pelo poder. Essa novidade trazida por Foucault insinua diretamente uma modificação da relação da história com a memória, como explicita a citação abaixo:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, que por si mesmo, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem: em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.<sup>278</sup>

Esta longa citação é importante para perceber como a crítica ao documento, desde a análise arqueológica, implica uma inversão da história memorial para uma história crítica e como esta articulação se aprofunda quando o filósofo elabora sua genealogia. Ao retirar da análise do documento o sujeito que marca sua escritura, Foucault anula sua dimensão testemunhal. O arqueólogo não trata o enunciado como um ato de fala, ele descola o sentido do enunciadador para valorizar somente a marca, a exterioridade que restou. Esse olhar se diferencia do tratamento ao documento almejado por Ricœur, em que existe um vínculo inexorável do documento com a voz da testemunha, e, na medida em que o documento não é testemunhal, ele não pode ser memorial<sup>279</sup>.

---

<sup>278</sup> LE GOFF, 2010, P. 535

<sup>279</sup> Ver o texto de François Hartog: Da testemunha dispensada ao retorno da testemunha em *Evidências da história- o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Quando falamos do afastamento de Foucault em relação à interpretação dos documentos, referimo-nos à interpretação hermenêutica, aquela que tem a finalidade de desvelar o sentido escondido que levaria à compreensão. A arqueologia, segundo Foucault, é a análise para um método histórico que renuncia a toda esta interpretação<sup>280</sup>. Enquanto a hermenêutica tenta desvelar o discurso em seu conteúdo semântico, a arqueologia, por sua vez, busca descrever as regras históricas de sua formação. Com efeito, ela não pretende descobrir o que estaria de alguma forma oculto sob os signos; por isso, os enunciados não se referem à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito determinado<sup>281</sup>. Aqui se instaura outro ponto de discórdia entre a análise dos dois filósofos. Para Ricœur, a interpretação hermenêutica é inerente ao trabalho histórico, ela perpassa toda a operação histórica, sobretudo a fase documental. O pesquisador está sempre em busca de uma iluminação dos fatos que se adeque à “verdade do passado”.

Falar da interpretação, em termos de operação, é trata-la como um complexo de atos de linguagem – de enunciações – incorporados aos enunciados objetivantes do discurso histórico. Nesse complexo, vários componentes podem ser discernidos: primeiramente, a preocupação em deixar mais claro, explicitar, desdobrar um conjunto de significações consideradas obscuras visando a uma melhor compreensão pelo interlocutor<sup>282</sup>.

Foucault, no método arqueológico, recusa essa forma de operar a historiografia, pois a arqueologia se interessa por discursos reais efetivos e não por discursos que devem ser compreendidos em seu ocultismo. Pretendendo romper com a visão teleológica da história, Foucault recusa a abordagem hermenêutica e dialética. Sua interpretação não percebe o arquivo como ele é: uma singularidade. A interpretação metafísica o interpela para recolocá-lo, indevidamente, em seu berço de sentido, transformando sua pesquisa, a

---

<sup>280</sup> FOUCAULT, 2008a

<sup>281</sup> CASTRO, 2004, p. 231

<sup>282</sup> RICŒUR, 2010a, p. 351

operação historiográfica, em uma efetivação da evolução da consciência que é, para Foucault, uma criação ideológica<sup>283</sup>.

As práticas históricas, para Foucault, são heterogêneas e não se configuram como partes sucessivas de um desenvolvimento dialético, não se explicam por um progresso da consciência ou da razão. Para Foucault, a metáfora do caleidoscópio exprime o desenrolar da história: os recortes históricos são diferentes, entre uma configuração e outra não existe uma evolução e sim um rearranjo de forças. A história é descontínua, marcada pela ruptura, não diz respeito à experiência do sujeito, mas à configuração social revelada pelas práticas discursivas.

A operação histórica deve ser marcada pela sensibilidade que deixa transparecer a raridade que o documento carrega, essa posição é solidária a outro conceito importante para Foucault: a descontinuidade, apropriada da teoria de George Canguilhem sobre a história da ciência<sup>284</sup>. Segundo Roberto Machado, o epistemólogo avalia que a ciência, como um saber que se constitui ao longo do tempo, caminha em progresso. Mas é necessário precisar a natureza desse progresso: “A tese geral é a de que, ao invés de contínuo ele é descontínuo”<sup>285</sup>. Essa elaboração de Canguilhem é incorporada por Foucault, que passa a perceber a ciência histórica dentro de um regime de descontinuidade. Nesse sentido, o conceito de documento monumento e a descontinuidade histórica permitem abandonar a visão de uma operação histórica teleológica, memorialística, que une passado no presente, para dar lugar a uma história de cortes e singularidades.

---

<sup>283</sup> Na definição de Paul Veyne: ideologia é um estilo nobre e vago, próprio a idealizar as práticas sob pretexto de descrevê-las; é um amplo drapeado, que dissimula os contornos desconchavados e diferentes das práticas reais que sucedem (VEYNE, 1982, p. 251).

<sup>284</sup> FOUCAULT, 2008a, p.4

<sup>285</sup> MACHADO, 2006, p.29

Falar que o progresso é descontínuo não resolve todos os problemas, é necessário vincular essas rupturas à problematização do conceito de verdade nas ciências, proposta por Canguilhem. Para o epistemólogo, não existe o falso em ciência, toda hipótese aceita em uma conjuntura do pensamento científico em determinado período é necessariamente verdadeira. Foucault transpõe essa ideia para pensar o regime de verdade dentro do processo histórico. Sua conclusão é próxima de Canguilhem: há verdade(s), porém ela(s) é(são) sempre histórica(s) e datada(s) por uma configuração social. Segundo Paul Veyne, essa proposição não transforma Foucault em um relativista, ou historicista, mas em um cético<sup>286</sup>. Não há uma lógica contínua e evolutiva em que os predecessores teriam iniciado um caminho linear que seria completado no futuro, pois, entre o passado e o presente não existe um aperfeiçoamento em direção à verdade. Essa linha contínua é rompida em nome do novo olhar para o arquivo e para o documento, no sentido em que eles não devem ser lidos como peças que devem ser montadas dentro de uma linha contínua de desenvolvimento. Não existe um antes e um depois, no sentido de evolução em direção à verdade, como se ela existisse em gérmen desde o mais longínquo passado, na mais distante origem, que evolui linearmente até a atualidade<sup>287</sup>.

Canguilhem fala de outro lugar, ele é um médico filósofo que se ocupa da epistemologia da história da ciência. Porém é notável, como expõe Machado, como suas proposições são absorvidas por Foucault quanto à verdade, ao mito de origem e, sobretudo, ao aspecto da descontinuidade na história das ciências.

Em relação à primazia da descontinuidade, já expusemos as ressalvas de Ricœur no segundo capítulo; quanto à noção de verdade, é muito esclarecedor um debate – ocorrido

---

<sup>286</sup> VEYNE, 2009, p. 45

<sup>287</sup> MACHADO, 2006, p.30

em 1965 – sobre a “verdade filosófica”<sup>288</sup> em que, entre outros filósofos, participaram Michel Foucault, George Canguilhem e Paul Ricœur. O diálogo entre Foucault e Ricœur não é muito fácil, o primeiro sarcástico e o segundo prolixo, a conversa é marcada pelas breves frases de Foucault nas quais ele se restringe a fazer algumas perguntas, algumas vezes irônicas, a Ricœur. A questão do debate gira em torno da possibilidade de verdade em filosofia e de sua função.

Iniciando pela questão da verdade, Hubert Dreyfus pergunta se é possível admitir uma verdade em filosofia e estabelecer um critério através do qual é possível definir o que é verdadeiro ou falso para avaliar um sistema filosófico. Tanto Foucault quanto Canguilhem afirmam que não, admitindo nesse sentido que não há verdade atemporal. Canguilhem relata não ser capaz de formular tais critérios, Foucault, por sua vez, constata que há somente a existência de uma “vontade de verdade” e não de uma verdade essencial, fato que impossibilitaria quaisquer critérios objetivos de validação universal<sup>289</sup>.

Canguilhem afirma que a nova proposta de verdade em ciência deslocou-a de um referente único. Para os epistemólogos, a noção de totalidade foi abandonada e essa proposição resvala também nas ciências humanas: a metafísica estaria em decadência, não há mais ontologia, não há mais teologia, não há mais qualquer categoria objetiva que preexistia à ciência<sup>290</sup>. Em filosofia, por exemplo, seria impossível firmar um critério de avaliação para análises diferentes: não é possível dizer que Kant estava certo ou Nietzsche errado, ou o inverso<sup>291</sup>.

---

<sup>288</sup> FOUCAULT, 2001(I), p.478

<sup>289</sup> FOUCAULT, 2001(I), p.480

<sup>290</sup> FOUCAULT, 2001(I), p. 483

<sup>291</sup> FOUCAULT, 2001(I), p. 484

É notável o deslocamento da filosofia de Ricœur em relação à epistemologia francesa da década de 1960. Os epistemólogos afirmam a impossibilidade de se fazer, na contemporaneidade, uma tradicional filosofia do sujeito. Porém, Ricœur não a abandona ao preço da descontinuidade total e da impossibilidade de verdade ou de critérios pra alcançá-la. Sobre a concepção da verdade como uma conformação cultural, Ricœur adverte. “A história da filosofia não pode ser reduzida a uma história cultural relativista, ela deve ser uma história filosófica da filosofia”<sup>292</sup>. Ricœur afirma que não há questão filosófica ultrapassada, e que, mesmo sem saber as formas e os recursos das normas de verdades – questão focada pelos epistemólogos –, é possível avaliar a grandeza ou a força de um pensamento filosófico.

Um dos traços mais notáveis para a operação histórica de Foucault é sua problematização da análise documental, seu questionamento da verdade universal e o deslocamento para o descontínuo. Esses três elementos, anteriormente tratados como obstáculos à historiografia, passam a ser ressaltados, tornando-se a força inovadora da operação. Aliando essas três proposições – história tomada como descontinuidade, a verdade historicizada e o documento monumento –, cria-se a impossibilidade da memória ser parte da história. O conceito de memória, segundo Nora, e também segundo Ricœur em sua fenomenologia – a reflexão de Ricœur é, sem dúvida, muito mais densa que a de Nora –, tem um caráter de continuidade com o passado e se conforma como veículo de ligação direto para que a subjetividade dos antepassados se faça presente. É exatamente essa dupla ligação de continuidade e tradição que a arqueologia quer romper.

---

<sup>292</sup> FOUCAULT, 2001(I), p. 487

A operação histórica como propõe Foucault liga-se profundamente à nova história cultural das representações, que ganha força e domina grande parte da historiografia contemporânea. Nesse sentido, concordamos com Durval Muniz de Albuquerque, que afirma que Foucault está muito mais próximo da operação historiográfica praticada a partir dos anos 1970 e que, nesse sentido, é errôneo criar uma identificação com a tradição anterior. Albuquerque compara o tipo de história produzida por Foucault e por Fernand Braudel. Há entre os dois intelectuais um respeito mútuo. Foucault é leitor de Braudel e o reconhece como um intelectual inovador e um dos mais importantes historiadores franceses. Por sua vez, Braudel também reconhece o talento de Foucault, que estava ainda no início de sua carreira; ele comenta de forma entusiástica o livro *As Palavras e as Coisas*, e mais tarde é um dos primeiros a elogiar a *História da loucura*<sup>293</sup>. Porém, o historiador da *Invenção do Nordeste* pretende marcar a diferença da operação histórica de longa duração produzida por Braudel e da proposta de Foucault, contrariando assim muitas interpretações que associam o filósofo à segunda geração dos *Annales*.

Braudel faz a história que Foucault não quer mais fazer, a história de uma *identidade*, de uma civilização, a história de uma nacionalidade, história em que o historiador se identifica com o próprio objeto que estuda, em que é ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua escrita. Uma história de *reconhecimento de uma identidade*, de uma continuidade entre passado e presente, a história que projeta seu passado com o mesmo rosto do tempo presente. (grifo nosso)<sup>294</sup>

Braudel faz uma história vinculada à memória; mesmo que não promova a lembrança ou a narrativa de um sujeito, ele narra a memória de um espaço, o mediterrâneo. O foco principal de Braudel era a memória perdida da Europa, uma continuidade; ele permanece etnocêntrico, ao passo que Foucault busca a diversidade das margens que não estão nos limites do mediterrâneo. O importante para nós é perceber que Braudel ainda está

---

<sup>293</sup> ALBUQUERQUE, 2008 p. 93

<sup>294</sup> ALBUQUERQUE, 2008 p. 97

produzindo uma história da semelhança, do reconhecimento, enquanto Foucault foge deste reencontro<sup>295</sup>.

Propomos que a operação histórica de Foucault está muito mais próxima da geração de Pierre Nora e de Roger Chartier<sup>296</sup>, a mais recente geração de historiadores franceses. O ponto de Foucault que converge com esses historiadores é que o passado está continuamente sendo remodelado em nosso discurso presente. O que é lembrado sobre o passado depende da forma em que é representado, o que tem mais a ver com o poder atual de determinados grupos de definir sua imagem do que com a habilidade de historiadores em evocar sua memória. Em vez de colher no passado memórias residuais, cada era reconstrói o passado com imagens que se adequem às suas necessidades atuais. Na interpretação de Foucault, o que uma vez havia sido concebido como o passado transmitido, foi reconcebido como o passado reconstruído. A realidade do passado, segundo ele, reside nos artefatos de suas representações discursivas. A história do discurso, então, habilita o historiador a discriminar entre as diversas formas através das quais o passado pode ser lembrado<sup>297</sup>.

Ao questionar o conceito de identidade para a historiografia, Foucault justapôs o que caracterizamos como a contramemória do historiador do discurso. A história do discurso inventoria e descreve as imagens nas quais ideias são representadas, já que cada era remodela seu discurso para servir a novas causas. Numa análise histórica assim, a tradição, com sua pretensão de manter um traço contínuo do passado relembado, revela-se como uma fabricação. Sob as memórias consagradas nas tradições oficialmente sancionadas, contramemórias não faltam.

---

<sup>295</sup> ALBULQUERQUE, 2008, p.100

<sup>296</sup> Sobre a história das representações ver : CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS

<sup>297</sup> HUTTON, 1993, p. 7.

Hutton descreve como o procedimento histórico-filosófico em *A história da Loucura* constitui uma contramemória: Foucault escava e descreve as ruínas que sedimentam os esforços da humanidade em segregar suas minorias. Ele traça uma rota retrospectiva a partir dos asilos atuais, passando pelas casas de confinamento do século XVIII e chegando aos leprosários do século XIII. Ao elaborar um método historiográfico que lida com as formas retóricas com as quais se justifica a institucionalização, em vez de tratar do desenvolvimento das próprias instituições, Foucault abriu um novo domínio de pesquisa da história - que se preocupa principalmente com a história do discurso, ou, mais amplamente, da representação dele<sup>298</sup>.

Na esteira dessa história das representações, que indica uma contramemória, voltemos ao maior exemplo de uma operação histórica desconstrutora da memória nacional: Nora e seus colegas em *Les Lieux de Mémoire* estudam os locais de memória como sítios que uma vez forneceram acesso direto a tradições vivas, contudo, atualmente, não o fazem mais. Hoje eles evocam somente as indicações do que essas tradições podem ter sido no passado. Os autores inventariam as obras formais da memória nacional – monumentos comemorativos e santuários, manuais cívicos e textos de história, arquivos públicos e museus – que foram produzidas em nome de uma identidade francesa desde a Idade Média. Como Foucault, eles partem do presente em direção ao passado: no volume 1 buscam os lugares de memória significativos na produção da auto-imagem da Terceira República no final do século XIX; no volume 2 passam pelo ambiente de memória a partir do qual a imagem da nação foi formada no início da era moderna; e, finalmente, no volume

---

<sup>298</sup> HUTTON, 1993, p.107

3, investigam a memória coletiva mais ampla da sociedade francesa tradicional da Idade Média<sup>299</sup>.

Muito diferente desse procedimento de Nora, a história tradicional pretendia que memória se confundisse com documentos no arquivo, onde seu conteúdo tornava-se artifício do qual os historiadores se utilizavam para exteriorizar o passado que gostariam de relembrar, como afirma o excerto abaixo:

O ponto de Nora é que, ao tomar posse da memória, a história a materializou. Isso é evidenciado na historiografia do século XIX, o que fez do documento, particularmente o oficial do estado, uma forma privilegiada de evidência em si. Ao consultar documentos os historiadores modernos acreditavam acumular conhecimento, ao passo que na realidade estavam apenas explorando contextos: os lugares de memória nos quais as conexões com o passado tinham sido codificadas em forma documental. Em outras palavras, a documentação moldava a forma como o passado deveria ser lembrado. (...) Não se encontra conhecimento objetivo em dados. Em vez disso, dados apontam para reminiscências específicas. Se não fosse pela vasta documentação acumulada nos arquivos públicos durante a era revolucionária, Nora argumenta, a história da Revolução inventada por seus autores do século XIX teria sido impossível de produzir. Estes historiadores foram involuntariamente memorialistas e a conservação, organização e preservação de documentos nos arquivos pré-condicionaram a natureza do passado que seria lembrado<sup>300</sup>.

Esta é a operação historiográfica que se modifica a partir da crítica do documento como produtor de memória. A operação historiográfica de Nora eleva a história, a partir da desconstrução arqueológica à esteira de Michel Foucault, e sugere que a memória está relegada aos estilhaços da sociedade contemporânea. Os historiadores, hoje, que seguem

---

<sup>299</sup> HUTTON, 1993, p.148 ; NORA.,1984

<sup>300</sup> HUTTON, 1993 p.150: Nora's point is that in taking possession of memory, history materialized it. This is evinced in nineteenth-century historiography, which made of the document, particularly the state paper, a privileged form of evidence. In consulting documents, modern historians thought of themselves as accumulating knowledge, whereas in fact they were only exploring contexts: the places of memory where connections with the past had been encoded in documentary form. In other words, documentation shaped the way the past was to be remembered. (...) One does not discover objective knowledge in data. Rather data cue particular reminiscences. Were it not for the vast documentation accumulated in public archives during the revolutionary era, Nora argues, the history of the Revolution invented by its nineteenth-century practitioners would have been impossible to produce. These historians were unwittingly memorialists, and the conservation, organization, and preservation of documents in the archives preconditioned the nature of the past they would recall.

essa linha de pensamento, estão mais conscientes com relação às diversas formas de construção de memórias, fazendo com que a história reapareça como uma grande dispersão de representações.

### 3.4 A história como contramemória

Começaremos esta última parte com uma indagação que a princípio parece impertinente, devido a toda nossa exposição anterior. Foucault achava imprudente usar a palavra *método* para arqueologia. O uso do termo “método de Foucault”, aplicado à história, acarreta, nesse sentido, uma reflexão. O filósofo alega não ter feito em *A Arqueologia do Saber* um método ou uma teoria: “Podemos dizer que para mim a arqueologia não era completamente uma teoria, nem completamente uma metodologia”<sup>301</sup>. Ele afirma que o projeto arqueológico tratava de definir o nível particular no qual o analista deve se colocar para fazer aparecer a existência do discurso científico e o seu funcionamento na sociedade. A arqueologia marcaria, portanto, não um método, mas o lugar de onde falavam suas obras anteriores.

Em Foucault, a noção de método, entendido tradicionalmente, não se aplicaria? Seu argumento é que não existe método a ser seguido pela pesquisa que seja capaz de regular uma estratégia para desvelar o sentido do fenômeno a ser pesquisado, ou de fazer chegar a melhores resultados. O método e a prática se entrelaçariam na medida em que se adaptam de forma particular para o desenvolvimento de cada pesquisa.

A arqueologia do saber não é um livro de metodologia, não tenho um método que aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objeto, um domínio de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim no exato momento que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema de método<sup>302</sup>.

Parece, no entanto, ser um contrassenso afirmar que Foucault não funda um novo método<sup>303</sup>. Essa ideia é diversas vezes proclamada por seus “seguidores” e, na medida em

---

<sup>301</sup> FOUCAULT, 2006, p. 19

<sup>302</sup> FOUCAULT, 2006, p.229

<sup>303</sup> DOSSE, 2001, p.226

que eles acompanham à risca, em suas próprias pesquisas, os caminhos trilhados por Foucault, é inevitável negar esse legado. Porém, a reflexão foucaultiana, como a de Ricœur, ultrapassa a metodologia e penetra as fronteiras da ontologia histórica. Contudo, devemos ressaltar que Foucault não pretende em nenhum nível fazer ontologia como Ricœur, como afirma André Duarte: “Foucault não enxerga a história à luz de um *fundamento* ontológico...”<sup>304</sup>. Porém, podemos perceber em seu pensamento argumentos que extrapolam a questão epistemológica, sem que isso o coloque na mesma direção da filosofia do sujeito, como Ricœur postula.

O encontro de Foucault com Nietzsche ilumina as motivações para uma história anti-memorial, que incluem, mas estão para além da proposta teórico-metodológica. Estes motivos vão ao encontro de uma função de existência da escrita, que nos permite fazer um contraponto aos argumentos ontológicos de Ricœur por uma história aliada à memória. Se Ricœur, para trabalhar a condição hermenêutica histórica, promove um diálogo mais conflitivo que solidário com Nietzsche e Heidegger, Foucault, por sua vez, se diz muito próximo dos filósofos alemães. A herança de Nietzsche é mais explícita que a de Heidegger:

...certamente, Heidegger foi sempre para mim o filósofo essencial. Comecei a ler Hegel, depois Marx, e me pus a ler Heidegger em 1951 ou 1952; e em 1953 ou 1952, li Nietzsche. Tenho ainda aqui as notas que fiz sobre Heidegger no momento em que o lia (tenho toneladas), e elas são mais importantes do que as que eu tinha feito sobre Hegel e Marx. Mas reconheço que foi Nietzsche quem ganhou. Eu não conheço suficientemente Heidegger, não conheço praticamente *Ser e Tempo* nem as coisas editadas recentemente. Meu conhecimento de Nietzsche é muito melhor do que o que tenho de Heidegger. No entanto, essas são as duas experiências fundamentais que fiz<sup>305</sup>.

---

<sup>304</sup> DUARTE, 2010, p.100

<sup>305</sup> FOUCAULT apud, CASTRO 2004 p. 200

Mesmo que a filosofia de Nietzsche não tenha sido alvo de um estudo detalhado e publicado por Foucault, ele afirma que sua influência está na base de seu pensamento. Sua pretensão, mais do que ser um comentador de Nietzsche, era fazer um uso rigoroso de sua filosofia. Apesar das poucas referências explícitas que fez à sua obra, uma maneira de homenageá-lo foi intitular o primeiro volume da história da sexualidade, de *La volonté de savoir*<sup>306</sup>.

É em *Nietzsche, a Genealogia e a História*, que Foucault apresenta um ensaio aos moldes de seu mentor: provocador, literário e demolidor. Texto importante que nos dá muitos esclarecimentos do que o filósofo postula para a função do saber histórico. Neste ensaio, Foucault eleva a toda potência uma história genealógica que é crítica da tradição e de toda pretensão identitária da historiografia. Trabalharemos o texto em dois momentos, que tiram igualmente toda pretensão memorial de uma pesquisa histórica genealógica. A primeira parte consiste na substituição da busca da origem e da continuidade em história, pela pesquisa da emergência e da proveniência. A segunda compõe as três formas de história tradicional e suas correlações críticas a partir de um olhar genealógico.

A busca da origem é a maior marca de uma história metafísica. A origem solene, ligada à essência, está associada à possibilidade do resgate do que ainda não foi corrompido pelo tempo, que não foi desgastado pelo homem. Nesta origem estaria a verdadeira memória que a história metafísica procura obstinadamente. Procurar tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo”, uma imagem exatamente adequada a si<sup>307</sup>. Só uma história atrelada à metafísica pode conceber algo tão idealista: “A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do

---

<sup>306</sup> FOUCAULT, 2001(II) p.1263

<sup>307</sup> FOUCAULT, 2008b, p.17

lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia.”<sup>308</sup>. Nietzsche zomba dessa suposta sacralidade; o genealogista não pode buscar uma origem sagrada, na medida em que sua pesquisa é visceral:

a história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma da idealidade longínqua da origem<sup>309</sup>.

A segunda característica da genealogia é abolir a continuidade, pois ela não pretende recuar no tempo para reestabelecer uma linha contínua para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente<sup>310</sup>. A tradição seria esta conexão invisível que cobriria as gerações por uma espécie de fio condutor. Esta linha seria o que Ricœur chama de sequência de gerações, o vínculo no presente entre predecessores e sucessores, característica irreduzível para a possibilidade da escrita histórica, segundo o hermeneuta<sup>311</sup>.

Para substituir a busca da origem e a linha contínua da tradição, a genealogia recorre à noção de emergência e proveniência. A primeira é o instante em que, ao longo do tempo, um conjunto de forças se rearranja possibilitando outra configuração de poder. Essa mudança não é a origem perdida, mas o início de algo novo, sempre possível e real. A proveniência busca descrever a heterogeneidade de um percurso que é marcado muito mais por falhas e fissuras do que pela tradição e herança. A pesquisa pela proveniência não enraíza o passado pela tradição ou pela memória, ela, pelo contrário, agita o que parecia estável e fragmenta o que supostamente era unido.

---

<sup>308</sup> FOUCAULT, 2008b, p.18

<sup>309</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 20

<sup>310</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 21

<sup>311</sup> RICŒUR, 2010b (III) p.185

As características gerais da história genealógica apresentadas por Foucault esclarecem a posição de combate em relação à história-tradição. Se *As Considerações Intempestivas* são demasiadamente anti-históricas para Ricœur, Foucault mergulha em cada uma das propostas de Nietzsche para formular sua “nova” função para a história. A batalha contra a história atrelada à metafísica, ou história “platônica” elaborada pelos historiadores da cultura ocidental, à qual se opõe, é dividida em três tipos. 1) história-reminiscência, reconhecimento; 2) história-continuidade ou tradição; 3) história-conhecimento. A essa tipologia tradicional são apresentados três contrapontos aos quais se direciona a genealogia<sup>312</sup>.

Em primeiro lugar, contra a história do reconhecimento, propõe-se o uso paródico e burlesco. Aqui, se insere a sátira que rechaça o espírito de seriedade e a veneração aos antigos monumentos. A história monumental dá lugar à sátira que pretende promover “um carnaval do tempo em que as máscaras reaparecem incessantemente”<sup>313</sup>. O segundo uso da história pretende dissolver a história-continuidade ou tradição e tem como objetivo desconstruir a identidade forjada, sem pretender, no entanto, procurar uma identidade mais “verdadeira”. O historiador genealógico tem consciência do caráter fragmentado da suposta identidade – ela é sempre um conjunto de máscaras. Ao historiador não cabe criar essência unificada das múltiplas faces, simulando identidade irreal; resta-lhe indicar a irregularidade, a diferença<sup>314</sup>. O terceiro uso crítico recusa a história-conhecimento e promove a abolição do sujeito de conhecimento. Contrapõe-se aqui uma ciência histórica que se pretende “verdadeira”, neutra, ilusoriamente despojada de toda paixão, obstinada em conhecer o lado

---

<sup>312</sup> FOUCAULT, 2008b

<sup>313</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 33

<sup>314</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 34

oculto e essencial do saber. A genealogia, portanto, deve ser impregnada de querer-saber e de vontade de potência. Foucault, em relação à história genealógica nietzschiana, conclui:

Em certo sentido a genealogia retorna às três modalidades da história que Nietzsche reconhecia em 1874. Retorna a elas, superando objeções que lhe fazia então em nome da vida, de seu poder de afirmar e criar. Mas retorna a elas, metamorfoseando-as: a veneração dos monumentos torna-se paródica; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática, a crítica das injustiças do passado pela verdade que o homem detém hoje se torna destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria pela injustiça da vontade de saber<sup>315</sup>.

A metafísica camufla a história ao recobri-la com seu véu de sentido e de humanismo, somente a genealogia pode enxergar a história em sua potência e também em sua tragédia. Aceitar a história em toda sua errância: esta é a mensagem maior da genealogia nietzschiana.

Essa apropriação de Nietzsche leva o pensamento de Foucault para um centramento no presente; ao passo que Ricœur projeta a temporalidade da história como um balanço entre passado, presente e futuro à esteira de Reinhart Koselleck<sup>316</sup>. Essa mediação forjada, aos olhos de Foucault, é mera ficcionalidade, pois a direção do tempo é determinada no curso da ação dos acontecimentos, e não reflexivamente. O tempo visto dessa maneira é uma sequência de acontecimentos, que muitas vezes são o desenrolar de sucessivos acasos; nesse sentido, o que resta aos homens é criar estratégias de manobra dentro do imprevisível curso da história.

Essa formulação temporal leva à impossibilidade do historiador, ou de qualquer intelectual, usar o conhecimento do passado histórico para formular projeções em relação

---

<sup>315</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 37

<sup>316</sup> Ver : KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

ao futuro. O que resta ao intelectual é fazer um diagnóstico do presente, para que, a partir dele, cada indivíduo possa ter mais clareza do terreno e se movimentar da maneira que lhe convier<sup>317</sup>. Foucault não busca compreender o presente a partir do passado, nem olhar para o futuro como uma promessa do presente, mas intenta pensar o hoje a partir de si mesmo, em sua diferença com os outros tempos<sup>318</sup>.

o que eu gostaria de dizer também a respeito desta função do diagnóstico do presente é que ele não consiste somente em caracterizar o que nós somos. Mas em seguir as linhas de fragilidade do presente, para conseguir localizar o que somos e como poderíamos deixar de sê-lo. Este seria o sentido da descrição feita sempre sobre uma espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade entendido como espaço de concretude, isto é, de transformação possível.<sup>319</sup>.

O novo, radicalmente novo, só poderia ser imaginado ou vivido na medida em que o homem aceita o tempo, a história, para abandonar as formulações metafísicas e “acordar do seu sono antropológico”.

Fazer essa história da diferença que Foucault propõe não é algo fácil na prática cotidiana de confronto com o texto e com os arquivos. Nora procurou operar essa história em torno da desconstrução da memória nacional. Porém, Foucault nos chama atenção não somente para a construção artificial da memória coletiva, mas para o esfacelamento e inventividade da identidade do sujeito. Não há identidade essencial, o que existem são invenções de subjetividades, máscaras atrás de máscaras. Nessa perspectiva a nova história

---

<sup>317</sup> FOUCAULT, 2006.

<sup>318</sup> CASTRO, 2004

<sup>319</sup> FOUCAULT, 2001(II) p, 1268. “ce que je voudrais aussi dire a propos de cette fonction du diagnostic sur ce qu’est aujourd’hui, c’est qu’elle ne consiste pas à caractériser simplement ce que nous sommes. Mais en suivant les lignes de fragilité d’aujourd’hui, à parvenir à saisir par où ce qui est et comment ce qui est pourrait ne plus être ce qui est. Et c’est en ce sens que la description doit être toujours faites selon cette espèce de fracture virtuelle, qui ouvre un espace de liberté entendu comme espace de liberté concrète, c’est-à-dire de transformation possible”

do gênero<sup>320</sup>, que surge a partir da década de 1980, basicamente apoiada na teoria na desconstrução de Foucault, esfacela completamente a subjetividade naturalizada dos indivíduos sociais.

Os estudos atuais sobre a história do gênero amplificam ainda mais a desconstrução foucaultiana, abrindo um caminho inovador para se pensar a constituição do sujeito contemporâneo em sua relação complexa com as práticas sociais. Estes estudos ampliam as perspectivas do pensamento engessado em oposições binárias, como feminino-masculino, privilegiando uma análise relacional, que postula os conceitos como discursivamente e socialmente construídos. Um dos efeitos dessa abordagem alcança de forma original um dos grandes objetivos de Foucault – a saber, o deslocamento da visão tradicionalista da formação do sujeito e a total desvinculação com a origem sagrada – na medida em que historiciza até mesmo nossas maiores certezas como a naturalidade dos gêneros masculinos e femininos. No caso específico desses estudos, eles desmistificam – a partir do questionamento das questões sobre gênero, sexualidade e identidade – as práticas consideradas erroneamente “anormais” e “desviantes”. Portanto, essa abordagem edifica brilhantemente o projeto foucaultiano antimemorialista, pois não se busca desvelar a essência do sujeito, mas elucidar as práticas que o conformam.

A problemática histórica, social e cultural não deve ter como objetivo delimitar o que deve ser o sujeito, mas multiplicar as potências do que ele pode ser. Nesse sentido, os estudos que se baseiam no pensamento de Foucault, ligados à história da diferença sob a

---

<sup>320</sup> Não estamos aqui falando da história das mulheres, da história feminista, mas da história do gênero, em que mesmo as noções de feminino e masculino são questionadas, a favor de uma historicização de seus conceitos e de sua desnaturalização. As principais referências teóricas desses estudos são : BUTLER, Judith P. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990 ; SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*, New York: Columbia University Press, 1988; HARAWAY, Donna, J. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. Routledge, December 1991.

herança de Nietzsche, têm por objetivo desmitificar a identidade e romper com a memória instituída. Ao propor esse olhar, Foucault nos chama atenção para uma sensibilidade em que o historiador se permita perceber, sem preconceitos, novos estilos de existência em que há sempre a possibilidade de ser outro: "As artes de existência são as práticas pelas quais os homens procuram transformar a si mesmos, modificar seu ser singular, para experimentar do que eles são capazes"<sup>321</sup>.

Ao final dos nossos três capítulos repletos de meandros e cheios de desvios, mas que tem por eixo central a problematização da relação entre memória e história a partir de duas filosofias diferentes, podemos nos indagar: entre Foucault e Ricœur há uma possível articulação ou suas divergências impedem qualquer tipo de encontro? Em *Herméneutiques croisées, conversation imaginaire entre Ricœur et Foucault*, Annie Barthélémy, procura aproximar os dois filósofos. A autora propõe um diálogo imaginário entre o "último Foucault" e Ricœur, em direção à convergência de suas hermenêuticas<sup>322</sup>. François Dosse segue o mesmo raciocínio ao comentar as últimas obras de Foucault: "trata-se não só de um retorno ao sujeito, mas ao indivíduo Foucault ao mais profundo de si mesmo"<sup>323</sup>. O próprio Ricœur assume essa aproximação:

É na medida em que Foucault se afastou de si mesmo, com seus dois últimos livros, que eu me senti mais perto dele; mas não tive a chance de lhe dizer. É um encontro que não teve lugar. Certamente ele não esperaria nada, e eu estava em outro caminho onde o encontrei pouco, a não ser por interseções muito pontuais<sup>324</sup>.

---

<sup>321</sup> FOUCAULT, 1984:16-17 " Ces arts de l'existence sont des pratiques par lesquelles les hommes cherchent à se transformer eux-mêmes, à se modifier dans leur être singulier, à éprouver ce dont ils sont capables " <sup>321</sup>.

<sup>322</sup> BARTHÉLÉMY, 2010

<sup>323</sup> DOSSE, 1999, p.227

<sup>324</sup> RICEUR, 1995 p.32. "C'est dans la mesure où Foucault s'est éloigné de lui-même, avec ses deux derniers livres, que je me suis senti plus proche de lui; mais sans avoir l'occasion de le lui dire. C'est une rencontre qui n'a pas eu lieu. Certainement que lui n'en attendait rien, et moi j'étais sur des chemins où je ne le rencontrais peu, sinon par des intersections très ponctuelles ".

Ricœur, em seu comentário, é muito mais lúcido que Dosse; há certamente uma mudança entre as fases de Foucault, como trazem quase todos os seus comentadores – afirmamos isso na primeira parte deste capítulo. As questões de seus últimos estudos voltados para ética e para o cuidado do si certamente o aproximam, mesmo que tematicamente, de Ricœur. Contudo, afirmar que o terceiro Foucault retoma um indivíduo profundo, propõe um sujeito dotado de essência e de identidade, não parece ser apropriado para seu pensamento, mesmo que ele não seja comprometido com uma continuidade ou com uma coerência. Acreditamos que ele retoma o sujeito para elaborar como, ao longo dos anos, as práticas objetivaram nossa subjetividade. Portanto, nesse aspecto, nos aproximamos de Didier Eribon quando afirma: “é claro que querer fazer uma história da constituição do homem ocidental como sujeito de desejo, é precisamente o contrário de um retorno à filosofia do sujeito”<sup>325</sup>.

Portanto, tendo em vista nosso estudo e, sobretudo, a arqueogenealogia de Foucault, acreditamos que entre ele e a hermenêutica de Ricœur abrem-se dois caminhos distintos para tratar a relação entre memória e história; relação esta que determina, a nosso ver, as funções existenciais da escrita da história. Os pensamentos dos dois filósofos são ricos e múltiplos o suficiente para impossibilitar que sejam enclausurados em uma oposição estritamente fechada, porém, no tocante ao recorte do nosso estudo da posição entre história e memória, a união entre os dois é dificultada.

Ao analisar os dois filósofos, acreditamos ser a história da diferença mais interessante para a história contemporânea, pois ela abre caminhos para o novo e não mais para o velho e para a repetição. Ao invés de rogar a memória e reviver a tradição desgastada da história ocidental, devemos buscar nos cantos escusos da história o inédito,

---

<sup>325</sup> ERIBON, 1996, p.

pois, quem sabe dessa forma, abertos para uma alteridade radical, não possamos encontrar uma saída mais inventiva e original para os problemas, aparentemente insolúveis, da sociedade contemporânea.

A nossa preferência não nos impede de admirar a filosofia de Ricœur, que contribuiu enormemente para o conhecimento reflexivo da história; não se trata aqui de apontar Foucault como certo e Ricœur como errado. Rose Goertz<sup>326</sup> é muito perspicaz ao atribuir a noção de “caixa de ferramentas” para a apropriação do pensamento filosófico dos dois pensadores pelos historiadores. Portanto, “escolher” um ou outro ponto de partida teórico depende da função existencial que cada historiador pretende para sua escrita.

---

<sup>326</sup> GOERTZ, 2004.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo foi um passeio reflexivo que buscou iluminar uma questão central dentro do debate teórico e filosófico da historiografia contemporânea. A problemática entre memória e história está presente em grande parte dos estudos históricos atuais. Além disso, a reflexão epistemológica e ontológica sobre o estatuto do saber histórico tem ganhado espaço entre os historiadores, e no Brasil está se tornando um campo de pesquisa cada vez mais rico e diverso.

Sem dúvida, o esforço teórico é essencial ao trabalho cotidiano nos arquivos, pois fornece suporte para o historiador elaborar uma escrita que realmente penetre na vida dos homens e que seja crítica da realidade social. Os estudos que pretendem trabalhar as polêmicas e impasses filosóficos sobre a história estão longe de ser improdutivos; são, na verdade, defesas contra ataques rápidos, críticas impertinentes, certezas rasas, exclusões desesperadas e tomadas de decisão definitivas. A história através da reflexão teórica deve se aprofundar para sofisticar seu saber em busca de soluções criativas e trabalhar os impasses da atualidade<sup>327</sup>.

Nosso estudo pode ser visto como uma travessia cheia de entrecruzamentos, limites e bifurcações. Desde o princípio lidamos com interseções e fronteiras entre: história e memória, identidade e diferença, teoria e prática, filosofia e história. Contudo, esses pares não são avaliados em posições bipolares, pois conforma-se uma rede em que eles se entrecruzam a todo momento.

---

<sup>327</sup> RAGO, In: JENKINS,. 2001, p. 9-13.

No primeiro capítulo, trilhamos o desafio de caminhar em um plano horizontal, buscando mapear mais amplamente o terreno da problemática proposta. Nesse sentido, retomamos o diálogo com historiadores, sociólogos e filósofos que problematizam a relação entre história e memória. Essa querela, longe de estar fechada somente nos círculos universitários, penetra na sociedade, tornando-se um dos grandes temas cívicos do final do século XX e início do XXI. A reivindicação de memórias é hoje uma realidade em nossa sociedade. Para clarificar essa questão viva, terminamos a primeira parte analisando a querela voltada especialmente para a sociedade francesa, mas que é índice de toda essa questão. As leis memoriais movimentaram um debate público acalorado em diversas instituições, colocando essa temática no centro do debate público.

Entre o primeiro e os dois últimos capítulos há uma passagem. Começamos com uma análise mais ampla, porém a partir dessa travessia nos encontramos verticalmente com duas filosofias densas, que aprofundam reflexivamente a questão proposta. Este mergulho não pretende chegar a certezas e conclusões exatas, mas trabalhar as aporias para aprofundar a discussão. A intenção não é dar um ponto final, mas apontar possibilidades.

Paul Ricœur, nossa primeira companhia, com toda sua erudição filosófica, chamou os historiadores a voltar a pensar, com profundidade, sobre a função de seu próprio ofício. Sua via mediadora entre memória e história em direção à reconciliação com o passado certamente está de acordo com grande parte das pesquisas históricas contemporâneas. O importante de seu trabalho é esclarecer a função existencial desses estudos, pois muitas vezes o historiador escreve sem estar ciente da dimensão do poder de sua escrita. Em Ricœur esta potência está ligada à configuração da identidade, ao reencontro com o passado e ao reconhecimento de si mesmo e dos outros.

Entre o primeiro e o segundo capítulos existe um espelho em que uma imagem invertida se produz. Propomos confrontar as imagens de Ricœur e Foucault, não para projetar uma imagem narcísica do *mesmo*, mas para produzir um estranhamento. A imagem que se forma entre eles não é óbvia nem simétrica, pois a complexidade da filosofia dos dois pensadores impede que este confronto seja simples e paralelo.

Foucault traz para os historiadores a inquietação, a falta de certezas. Sua vontade é de mudança, de romper. O sujeito, para o filósofo da diferença, não pode se encontrar consigo mesmo, nem com o outro, pois o si já é o outro! Tem-se a habilidade de ser sempre diferente e a história para Foucault serve para acentuar essa característica: devemos olhar para o passado não para lembrar, mas para diferenciar.

Foucault busca um mundo diferente e Ricœur procura um mundo mais reflexivo reconciliado consigo mesmo. Abriremos espaço para um trecho literário que nos permitirá concluir esse estudo.

Uma noite, na época em que Rebeca se curou do vício de comer terra e foi levada para dormir no quarto das outras crianças, a índia que dormia com eles acordou por acaso e ouviu um estranho ruído intermitente no canto. Sentou-se alarmada, pensando que tinha entrado algum animal no quarto, e então viu Rebeca na cadeira de balanço, chupando o dedo e com os olhos fosforescentes como os de um gato na escuridão. Pasmada de terror, perseguida pela fatalidade do destino, Visitación reconheceu nesses olhos os sintomas da doença cuja ameaça os havia obrigado, a ela e ao irmão, a se desterrarem para sempre de um reino milenário no qual eram príncipes. Era a peste da insônia.

(...)

Mas a índia explicou que o mais temível da doença da insônia não era a impossibilidade de dormir, pois o corpo não sentia cansaço nenhum, mas sim a sua inexorável evolução para uma manifestação mais crítica: o esquecimento. Queria dizer que quando o doente se acostumava ao seu estado de vigília, começavam a

apagar-se da sua memória as lembranças da infância, em seguida o nome e a noção das coisas, e por último a identidade das pessoas e ainda a consciência do próprio ser, até se afundar numa espécie de idiotice sem passado.

(...)

Não dormiram um minuto sequer, mas no dia seguinte se sentiam tão descansados que se esqueceram da noite ruim. Aureliano comentou assombrado na hora do almoço que se sentia muito bem, apesar de ter passado a noite toda no laboratório, dourando um broche que pensava em dar a Úrsula no dia de seu aniversário. Não se alarmaram até o terceiro dia, quando na hora de deitar se sentiram sem sono, e deram conta de que estavam há mais de cinquenta horas sem dormir.(...)

Haviam contraído, na verdade a, doença da insônia.<sup>328</sup>

Parece mesmo existir um grau de insônia em nossa sociedade, uma aceleração temporal que gera um estado de alerta constante. Não há lugar para pausa e para reflexão neste ambiente alucinante. Precisamos mesmo adormecer, desacelerar! Mas este sono não deve servir para voltar ao que éramos antes, pois o que éramos nos levou a este estado. Já se fizermos deste sono uma reflexão produtiva, quando acordarmos, seremos outros, tomaremos novos rumos e não teremos, assim, mais insônia.

---

<sup>328</sup> MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record,2012. P. 85,86.

## BIBLIOGRAFIA

### Michel Foucault

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité*, vol. 2: L'usage des plaisirs, Paris, Gallimard, 1984

\_\_\_\_\_, Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)/ Michel Foucault. RJ: Zahar, 1997

\_\_\_\_\_, *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_, DEFERT, Daniel; EWALD, François; LAGRANGE, Jacques. *Dits et Écrits: 1954-1988*. Paris: Gallimard, 2001, I e II volumes.

\_\_\_\_\_, *Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_, *Estratégia e poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_, *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b.

### Paul Ricœur

RICŒUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_, *O conflito das interpretações*: ensaios sobre hermenêutica. Porto: Rés, 1988.

\_\_\_\_\_, *Do texto à Acção*: ensaios de hermenêutica II. Ed. Porto: Rés, 1989

\_\_\_\_\_, *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_, *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2010a

\_\_\_\_\_, *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b; I, II, II volumes.

### Geral

- AGOSTINHO. *Confissões: Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- ASSAMANN, Aleida. *Espaços de recordação*. Unicamp: Campinas, 2011.
- BENBASSA, Esther. “À qui sert la guerre des mémoires?” in *Les guerres de mémoires :La France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. Paris: La Découverte, 2008.
- BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer; OLIVEIRA, Carlos; BABILLOT, Jean-Pierre. *"Temps et récit" de Paul Ricœur en débat*. Paris: CERF, 1990.
- BURKE, Peter. “History as Social Memory”. In: BUTLER, Thomas (Org.). *Memory: history, culture and the mind*. Oxford: Blackwell, 1989.
- \_\_\_\_\_, *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CANDIOTO, César. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELACROAIX, Cristian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes Históricas na França – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_, *A história do estruturalismo*. Bauru: EDUSC, 2007. 2 volumes.
- \_\_\_\_\_, *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- \_\_\_\_\_, *Pierre Nora: Homos historicus*. Paris: Perrin, 2011.
- DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul; FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.
- DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Paris: Flammarion, 2011.
- \_\_\_\_\_, *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

FREUD, Sigmund. “Recordar, repetir e elaborar”, 1914. In. *O caso de Schreber e artigos sobre técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 159-172. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 12).

GIORGIO, Agamben. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOUZIAUX, Alain. (Org); DOSSE, François; FINKIELKRAUT, Alain; GUILLEBAUD, Jean-Claude. *La mémoire pour quoi faire ?*. PARIS: editions d’atelier, 2006.

HANNAN, Arendt. *Origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

HUTTON, Patrick H. *History as an Art of Memory*. Hanover: Univesity Press of New England, 1993.

JENKINS, Keith; VILELA, Mário. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOUBI, Geneviève. “Entre sentimentos e ressentimento: as incertezas de um direito das minorias”. In BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento – indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MANCERON, Gilles, “La loi: régulateur ou acteris des guerres de mémoires?” In: *Les guerres de mémoires: La France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. Paris: La Découverte, 2008.

NIETZCHE, Friedrich *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2003.

NORA, Pierre; MESQUITA, Henrique; LE GOFF, Jacques. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

NORA, Pierre. *Les lieux de memoire*. Paris: Gallimard, 1984.

\_\_\_\_\_, *Fazer história: novos problemas*. Amadora, 1977.

\_\_\_\_\_, *Historien Public*. Paris: Gallimard, 2011.

\_\_\_\_\_, Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PELLAUER, David. *Compreender Ricœur*. Petrópolis: Vozes, 2009.

REIS, José Carlos. *História: a ciência dos homens no tempo*. Londrina: Eduel, 2009.

\_\_\_\_\_, *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_, *História da “Consciência Histórica” ocidental contemporânea - Hegel, Nietzsche, Ricœur*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REMOND, Réne. *Quand l'état se mele de l'histoire*. Paris: Stock, 2006.

REVEL, Jacques. *Proposições. Ensaio de história e historiografia*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

REVEL, Judith; PIOVEZANI FILHO, Carlos; MILANEZ, Nilton. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Filósofos na tormenta Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Percurso de memória em terras de história: problemáticas atuais”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les assassins de la mémoire*. “Un Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme. Paris: La découverte, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1982.

\_\_\_\_\_, *Foucault: o pensamento a pessoa*. Lisboa: Edições texto & grafia, 2009.

WHITE, Hayden V. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

### **Artigos em revistas**

BACKOUCHE Isabelle, “Histoire et oubli”, *Genèses*, 2005/4 no 61, p. 2-4.

BADINTER Robert, “Fin des lois mémorielles?”, *Le Débat*, 2012/4 n° 171, p. 96-100.

BEDARIDA, François “Le métier d'historien”, *L'Histoire*, n°206, janvier 1996. Disponível em:

[http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31%3Afrancois-bedarida-l-le-metier-dhistorien-r&Itemid=34&lang=fr](http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=31%3Afrancois-bedarida-l-le-metier-dhistorien-r&Itemid=34&lang=fr) BENSOUSSAN Georges, “Histoire, mémoire et commémoration.” Vers une religion civile, *Le Débat*, 1994/5 n° 82, p. 90-87.

CAJANI, Luigi. 2009. “Les historiens sous la menace de la loi” Disponible en : [http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=124&Itemid=178&lang=fr](http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=178&lang=fr)

CHARTIER, Roger. “Le passé au présent”, *Le Débat*, 2002/5 n° 122.

ESCUDIER, Alexandre. “Entre épistémologie et ontologie de l'histoire”, *Le Débat*, 2002/5 n° 122, p. 12-23.

GARTON, Timothy. 2008. “La liberté du débat historique menacée par la police de la mémoire”, disponible en : [http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=85&Itemid=177&lang=f](http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=177&lang=f)

GOETZ, Rose. “Paul Ricœur et Michel Foucault”, *Le Portique* [En ligne], 13-14 | 2004

JULLIARD, Jacques, “Les poisons de la mémoire”, *Le Nouvel Observateur*, 22 décembre 2005.

LAMOUCHE, Fabien. “Herméneutique et psychanalyse”. Ricœur lecteur de Freud, *Esprit*, 2006/3 Mars/avril, p. 84-97.156

MACHADO, Roberto. “A Arqueologia do saber e a construção das Ciências Humanas”. *Discurso*, São Paulo, n.5, p. 87-118. 1974.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “A história, cativa da memória?” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, 1992, p.9-24

NORA Pierre, “La mémoire est de plus en plus tyrannique”, interview au *Figaro littéraire*, 22 décembre 2005. Disponible en : [http://www.lphasso.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25%3Ajacques-julliard-l-les-poisons-de-la-memoire-r&Itemid=34&lang=fr](http://www.lphasso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=25%3Ajacques-julliard-l-les-poisons-de-la-memoire-r&Itemid=34&lang=fr)

\_\_\_\_\_, “Pour une histoire au second degré”, *Le Débat*, 2002/5 n° 122, p. 24-31.

\_\_\_\_\_, “Malaise dans l'identité historique”, *Le Débat*, 2006/4 n° 141, p. 44-48.

\_\_\_\_\_, “Sous le signe de la commémoration”, *Le Débat*, 2000/4 n° 111, p. 209-211.

OZOUF Mona, “Célébrer, savoir et fêter”, *Le Débat*, 1989/5 n° 57, p. 16-31.

RAYNAUD Philippe, “La commémoration : illusion ou artifice? ”, *Le Débat*, 1994/1n° 78, p. 99-110.

RICŒUR, Paul. “Mémoire, Histoire, Oubli”, *Esprit*, 2006/3 Mars/avril, p. 20-29.

RIOUX Jean-Pierre, “Dossier : Mémoire et histoire”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 2002/1 no 73, p. 99-99.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração / Comemoração: as utilizações sociais da memória”. *Revista brasileira de história*. ano/vol. 22 n. 044. São Paulo. pp 425-438.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

VIGNE Éric, “Accords et désaccords avec les historiens”, *Esprit*, 2006/3 Mars/avril, p.30-42.